



Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

LARISSA PARAVENTI

**CONSTRUÇÃO E EVIDÊNCIAS DE VALIDADE DE UMA
MEDIDA DAS DIMENSÕES DA PARENTALIDADE PARA PAIS
E MÃES DE CRIANÇAS PRÉ-ESCOLARES**

Orientador: Prof. Dr. Mauro Luís Vieira

Florianópolis, SC
2018

LARISSA PARAVENTI

**CONSTRUÇÃO E EVIDÊNCIAS DE VALIDADE DE UMA
MEDIDA DAS DIMENSÕES DA PARENTALIDADE PARA PAIS
E MÃES DE CRIANÇAS PRÉ-ESCOLARES**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção de grau de Mestre em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Mestrado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Prof. Dr. Mauro Luís
Vieira

Florianópolis, SC
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Paraventi, Larissa

CONSTRUÇÃO E EVIDÊNCIAS DE VALIDADE DE UMA
MEDIDA DAS DIMENSÕES DA PARENTALIDADE PARA PAIS E
MÃES DE CRIANÇAS PRÉ-ESCOLARES / Larissa Paraventi ;
orientador, Mauro Luis Vieira, 2018.

141 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia,
Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

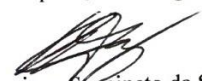
1. Psicologia. 2. Parentalidade. 3. Propriedades
psicométricas. 4. Validade. 5. Precisão. I. Vieira,
Mauro Luis. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Psicologia.
III. Título.

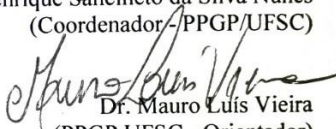
Larissa Paraventi

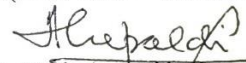
**CONSTRUÇÃO E EVIDÊNCIAS DE VALIDADE DE UMA MEDIDA
DAS DIMENSÕES DA PARENTALIDADE PARA PAIS E MÃES DE
CRIANÇAS PRÉ-ESCOLARES**

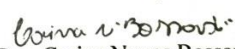
Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 16 de Agosto de 2018.


Dr. Carlos Henrique Sancineto da Silva Nunes
(Coordenador - PPGP/UFSC)


Dr. Mauro Luis Vieira
(PPGP UFSC - Orientador)


Dra. Maria Aparecida Crepaldi
(PPGP UFSC - Examinadora Interna)


Dra. Carina Nunes Bossardi
(MSGT UNIVALI - Examinadora Externa)

Dr. Carlos Henrique Sancineto da Silva Nunes
(PPGP UFSC - Examinador Interno Suplente)

Dra. Luciana Fontes Pêsoa
(PPGP PUC Rio - Examinadora Externa Suplente)

Dedico esta dissertação à minha mãe e
ao meu pai que exercem sua
parentalidade da melhor forma
possível!
Dedico também ao meu irmão parceiro
nesta empreitada que é ser filho(a)

AGRADECIMENTOS

Ao Rafa, meu amor e companheiro na vida, meu mais sincero obrigada. Você quem deu o ponta pé inicial nessa jornada, me abrindo para o mundo e indicando a possibilidade de morar e estudar em uma cidade até então desconhecida. Obrigada por sempre me tirar da minha zona de conforto, por todo carinho, apoio, motivação e palavras de incentivo e determinação quando eu mais precisava. Agradeço a paciência e a compreensão que nessa nossa parceria muitas ondas foram e ainda serão surfadas sozinhas enquanto eu mergulho no mundo das produções científicas. Obrigada por tudo!

Agradeço à minha mãe e ao meu pai, Lia e Cesar, por aguentarem a saudade de estarmos longe e pelas visitas para acalmar o coração. Vocês são meu maior exemplo de fazer qualquer coisa acontecer, independente do tempo ou do quanto ela exija de nós. Fe, meu modelo desde criança, que aos meus olhos fazia parecer muito fácil estudar, entender teorias e produzir trabalhos. Isso me fez vivenciar de uma forma muito mais leve a vida acadêmica e profissional, mas hoje tenho consciência de que não era e não é tão fácil assim, o que me faz te admirar ainda mais. À minha avó Ondina, independente e talentosa, sou grata por sempre me ensinar a ter autonomia, a ser perseverante e criativa.

Agradeço à família e aos amigos que acompanharam esse processo e que aproveitaram ao máximo comigo os momentos em que conseguimos estar juntos, mostrando a importância do descanso e da descontração em meio a tanto trabalho. Fe e Andi; Dé e Dan; Laura e Conceição; Tios e Tias; Primos e Primas; Bia e Má; Nati, Gelson, Vivi e Andy; Mari e Monica; Bruna M. e Victória - obrigada por cada um dos conselhos, conversas, aconchegos, risos e abraços. Bruna M, muito obrigada pela revisão do texto. Agradeço também aos meus colegas de sala de aula pelo compartilhar de experiências, reflexões, aprendizagens e confraternizações.

Agradeço o conhecimento, as aprendizagens e os amigos que o Nepedi me trouxe ao longo da iniciação científica, mestrado e agora doutorado. Um agradecimento especial à Carol por toda orientação e amizade, devo muito do que sou e onde estou hoje à você. Agradeço ao Erik e ao Gu por compartilharem a Carol e a amizade de vez em sempre. À equipe que tornou esse e tantos outros trabalhos possíveis, Rovana, João Paulo, Monica, Bia, Bibiana, Fernanda, Malú, Gabi, Lari Fetter, Anndrey, Isabella, João Rodrigo, Prof^ª Dr^ª Ana, Mariajosé e colegas do LABSFAC. Ro, agradeço tua amizade e a paciência em sanar cada uma

das minhas várias dúvidas. Quele e Tati obrigada pela parceria no Nepedi, nas aulas e nos novos desafios que estão por vir com o doutorado. Bibiana e Fernanda obrigada pelo empenho na revisão de parentalidade com tão pouco tempo. Monica e Mari obrigada por me acolherem com tanto carinho, a amizade de vocês me faz ser uma pessoa melhor a cada dia.

Agradeço aos professores pelos ensinamentos e pelas trocas realizadas que hoje são base dessa trajetória acadêmica. Sou grata à Profª Drª Marina, Profª Drª Carolina, Profª Drª Daniela e ao Prof Dr Roberto por terem colaborado diretamente com esse trabalho nas bancas de qualificação, com apontamentos que contribuíram para aperfeiçoar essa dissertação. À Profª Drª Cida por compor a banca examinadora, e pelas reflexões e incentivos nesses anos de parceria entre Nepedi e LABSFAC. E à Profª Drª Carina que hoje compõe a banca examinadora, mas que foi minha primeira fonte de inspiração no Nepedi a continuar essa trajetória na pós-graduação.

Ao meu orientador Prof. Dr. Mauro Luís Vieira agradeço por acreditar no meu potencial desde as primeiras fases da graduação e por desafiar-lo propondo novos temas a cada projeto de iniciação científica, desconhecidos métodos no mestrado, e a produção de um projeto com qualidade e conhecimento suficientes para a mudança de nível para o doutorado. Com você aprendi: a dosar os meus dias, guardando sempre um tempo para mim mesma e para a família e amigos; que na pesquisa os momentos de confraternização são tão importantes quanto a realização da pesquisa; e que o trabalho em grupo além de ferramenta instrumental, é também suporte emocional, compartilhamento, proatividade e dedicação. Convivi com o exemplo de um orientador que participa junto com o aluno de todas as etapas da dissertação, desde a definição do problema de pesquisa, coleta de dados, análise, discussão dos resultados, até a escrita. Agradeço todo o desenvolvimento profissional, e acima de tudo pessoal que me proporcionou.

Agradeço as instituições que contribuíram para a concretização do mestrado: Instituições de Educação Infantil parceiras da pesquisa; Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP) da UFSC; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) pelas bolsas concedidas e pelo financiamento da pesquisa. Por fim, meu muito obrigada às famílias que gentilmente nos permitiram entrar em seu mundo, essa dissertação só foi possível pela disponibilidade de vocês!

Paraventi, L. **Construção e evidências de validade de uma medida das dimensões da parentalidade para pais e mães de crianças pré-escolares**. Florianópolis, 2018. Dissertação de Mestrado em Psicologia – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina. Orientador: Dr. Mauro Luís Vieira. Data da defesa: 16/08/2018.

RESUMO

Parentalidade envolve comportamentos paternos e maternos que promovem cuidado, disciplina e estímulo direcionados a assegurar o pleno desenvolvimento dos(as) filhos(as). A Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, os modelos de parentalidade existentes e a Teoria da Relação de Ativação fundamentam as reconhecidas implicações desse fenômeno para o desenvolvimento social e emocional da criança. Apesar dos avanços científicos direcionados à definição e mensuração deste construto, existe uma escassez de instrumentos para avaliação da parentalidade no contexto brasileiro. O objetivo deste estudo foi investigar as evidências de validade de um instrumento para medir as dimensões da parentalidade para pais e mães de crianças pré-escolares. Para tanto, propôs-se um estudo referente à construção de um instrumento de medida e à busca de suas evidências de validade. Caracterizado como exploratório, descritivo, transversal, com caráter de levantamento. A técnica para coleta de dados empregada foi pesquisa de campo com observação por meio de questionários e abordagem quantitativa dos dados. A amostra deste estudo foi composta por 336 participantes cujas famílias eram biparentais, heteroafetivas, com pelo menos um filho(a) entre quatro e seis anos de idade, da região Sul do Brasil. Os dados do Questionário Sócio-demográfico indicaram que, dessas pessoas, 50% eram mães com média de idade de 35,20 (DP \pm 0,45) anos e 50% eram pais com média de idade de 37,99 (DP \pm 0,52) anos. A construção do novo instrumento denominado Inventário das Dimensões da Parentalidade se deu por meio dos itens das dimensões “Cuidados Diretos e Indiretos” e “Suporte Emocional” do Questionário de Engajamento Paterno, do Questionário de Abertura ao Mundo e do inventário *Child-Rearing Practices Report*. Realizou-se uma análise fatorial exploratória para verificação de sua dimensionalidade, cujos principais procedimentos passaram por: análise preliminar da adequação dos dados, estimação do modelo, determinação da estrutura fatorial, rotação oblíqua *promax* dos fatores, retenção das variáveis nos fatores e análise da confiabilidade da estrutura fatorial. A solução de seis

fatores se mostrou a mais adequada, cujas dimensões remetem a domínios da parentalidade e não estilos parentais, sendo elas: Suporte Emocional, Cuidados Básicos, Estímulo à Autonomia, Estímulo à Perseverança, Disciplina Coercitiva e Disciplina Indutiva. O *pool* de itens inicial era de 87 itens, após a retirada de 33 itens com propriedades inadequadas, a composição final do inventário foi de 54 itens. A precisão para cada dimensão, calculada por meio do Alfa de Cronbach e do Lambda-2 respectivamente, foi de 0,88 e 0,88 em Suporte Emocional, 0,86 e 0,86 em Cuidados Básicos, 0,78 e 0,79 em Estímulo à Autonomia, 0,74 e 0,75 em Estímulo à Perseverança, 0,77 e 0,78 em Disciplina Coercitiva e 0,72 e 0,73 em Disciplina Indutiva. A partir dos resultados obtidos, conclui-se que o instrumento apresenta boas propriedades psicométricas, com evidências de validade e precisão adequadas e favoráveis.

Palavras-chave: Parentalidade. Propriedades psicométricas. Validade. Precisão.

Paraventi, L. **Construction and validity evidences of a parenting dimensions measure for fathers and mothers of preschool children.** Florianópolis, 2018. Dissertação de Mestrado em Psicologia – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina.

ABSTRACT

Parenting involves paternal and maternal behaviors that promote care, discipline and encouragement aimed at ensuring full development of the children. The Bioecological Human Development Theory, existing parenting models and Activation Relationship Theory support the recognized implications of this phenomenon for child's social and emotional development. Despite the scientific advances directed to the definition and measurement of this construct, there is a shortage of instruments to evaluate parenting in the Brazilian context. The aim of this study was to investigate the validity evidence of an inventory of parenting dimensions for parents of preschool children. To do so, a study was proposed concerning the construction of a psychological instrument and the search for its validity evidences. Characterized as exploratory, descriptive, transversal, with character of survey. The technique for data collection employed was field research with observation through questionnaires and quantitative data approach. The sample of this study consisted of 336 participants whose families were two-parent, hetero-affective, with at least one child between four and six years old, from the southern region of Brazil. Data from the Socio-demographic Questionnaire indicated that 50% of these people were mothers with a mean age of 35.20 (SD \pm 0.45) years and 50% were parents with a mean age of 37.99 (SD \pm 0,52) years. The construction of the new instrument called "Inventário de Dimensões da Parentalidade" was done through the items "Direct and Indirect Care" and "Emotional Support" dimensions of the Parental Engagement Questionnaire, the Openness to the World Questionnaire and the Child-Rearing Practices Report. An exploratory factorial analysis was performed to verify its dimensionality. Its main procedures were: preliminary analysis of data adequacy, model estimation, determination of factorial structure, *promax* oblique rotation of factors, retention of variables in factors and reliability analysis of the factorial structure. The six-factor solution was the most adequate, whose dimensions refer to domains of parenting and not parenting styles, and they are: Emotional Support, Basic Care, Stimulus to Autonomy, Stimulus to Perseverance, Coercive Discipline

and Inductive Discipline. The initial item pool was 87 items, after the removal of 33 items with inappropriate properties, the final composition of the inventory was 54 items. The precision for each dimension, calculated by Cronbach's Alpha and Lambda-2 respectively, was 0.88 and 0.88 in Emotional Support, 0.86 and 0.86 in Basic Care, 0.78 and 0.79 in Autonomy Encourage, 0.74 and 0.75 in Perseverance Encourage, 0.77 and 0.78 in Coercive Discipline and 0.72 and 0.73 in Inductive Discipline. From the obtained results, it is concluded that the instrument presents good psychometric properties, with adequate and favorable evidences of validity and precision.

Keywords: Parenting. Psychometric properties. Validation. Accuracy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Modelo integrativo da parentalidade de Hoghughi.....	40
Figura 2 Teste do <i>Scree Plot</i> para indicação do número de fatores do IDP.	85
Figura 3 Autovalores segundo o critério de Kaiser-Guttman para indicação do número de fatores do IDP.	86
Figura 4 Autovalores pareados da análise paralela para indicação do número de fatores do IDP.....	87

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Procedimentos, métodos, técnicas, critérios e programas estatísticos utilizados para realização da análise fatorial exploratória.....	72
Tabela 2 Tamanho de amostra mínimo recomendado para análise fatorial.....	74

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACP – Análise de Componentes Principais
AFC – Análise Fatorial Confirmatória
AFE – Análise Fatorial Exploratória
APQ – *Alabama Parenting Questionnaire*
APQ-Pr - *Alabama Parenting Questionnaire - Preschoolers*
CECPAQ – *Comprehensive Early Childhood Parenting Questionnaire*
CEPSH – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNS – Conselho Nacional de Saúde
CRPR – *Child Rearing Parenting Practices*
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDP – Inventário das Dimensões da Parentalidade
KMO – Kaiser- Meyer-Olkin
LABSFAC – Laboratório de Psicologia da Saúde, Família e Comunidade
GLS – *Generalized Least Squares*
MLE – *Maximum Likelihood Estimation*
NEPeDI – Núcleo de Estudos e Pesquisa em Desenvolvimento Infantil
PAF – *Principal Axis Factoring*
PP – Processos Proximais
PPCT – Processo, Pessoa, Contexto e Tempo
PPGP – Programa de Pós-Graduação em Psicologia
PPQ – *Parenting Practices Questionnaire*
PSDQ – *Parenting Styles and Dimensions Questionnaire*
QDEP – Questionário de Estilos e Dimensões Parentais
QEP – Questionário de Engajamento Paterno
QOM – Questionário de Abertura ao Mundo
QS – Questionário Sociodemográfico
SAPSI – Serviço de Atendimento Psicológico
SPSS – *Software Statistical Package for the Social Sciences*
TBDH – Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
ULS – *Unweighted Least Squares*

1	APRESENTAÇÃO.....	23
2	INTRODUÇÃO	25
3	OBJETIVOS.....	33
3.1	Objetivo geral.....	33
3.2	Objetivos específicos	33
4	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	35
4.1	Parentalidade.....	35
4.2	Suporte teórico da parentalidade.....	42
4.2.1	Teoria do Apego	42
4.2.2	Teoria da Relação de Ativação.....	44
4.2.3	Teoria de Hoffman	46
4.2.4	Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano	47
4.3	Mensuração da parentalidade	51
5	MÉTODO	59
5.1	Delineamento	59
5.2	Contextos	59
5.3	Participantes	60
5.4	Instrumentos.....	61
5.5	Procedimentos e Aspectos Éticos.....	67
5.6	Análise dos dados.....	70
6	RESULTADOS.....	83
6.1	Caracterização dos participantes	83
6.2	Determinação da estrutura fatorial	83
6.3	Propriedades Psicométricas.....	87
7	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	91
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
9	REFERÊNCIAS	109
10	APÊNDICES.....	125
10.1	Apêndice A – Autorização Institucional	126
10.2	Apêndice B – Carta-Convite	127
10.3	Apêndice C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	128

10.4	Apêndice D – Estrutura fatorial com as cargas fatoriais de todas as variáveis para os seis fatores.	129
10.5	Apêndice E – Estrutura Fatorial do Inventário de Dimensões da Parentalidade.....	133
10.6	Apêndice F – Consistência interna e correlação dos fatores e itens do IDP	135
10.7	Apêndice G – Inventário de Dimensões da Parentalidade (IDP).....	136
11	ANEXOS.....	137
11.1	Anexo A – Questionário Sociodemográfico (QS)	138
11.2	Anexo B – Questionário de Engajamento Paterno (QEP) ..	139
11.3	Anexo C – Questionário de Abertura ao Mundo (QOM) ...	140
11.4	Anexo D – Inventário de Práticas Parentais (CRPR).....	141

1 APRESENTAÇÃO

O interesse no mestrado foi sendo construído ao longo de três anos de iniciação científica no Núcleo de Estudos e Pesquisa em Desenvolvimento Infantil (NEPeDI) durante a minha graduação em Psicologia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Nesse período, me foi apresentada a importância do método científico não só para a pesquisa, mas também para a prática do profissional psicólogo. A partir de então, decidi-me por seguir o caminho do mestrado por compreender que, para mim, a pesquisa e a prática sempre irão caminhar juntas.

Durante esses anos, dois momentos foram marcantes e determinantes para a realização desta dissertação. O primeiro foi quando fui agraciada com o prêmio destaque de iniciação científica no 26º Seminário de Iniciação Científica da UFSC em 2016. Foi a renovação das energias para continuar o mestrado, pelo reconhecimento da relevância científica dos temas que o NEPeDI e o Laboratório de Psicologia da Saúde, Família e Comunidade (LABSFAC) vêm trabalhando e da qualidade do meu trabalho e de toda uma equipe enquanto pesquisadores. O segundo momento foi a visita à UFSC do professor canadense Daniel Paquette, autor da Teoria da Relação de Ativação, recém apresentada ao grupo de pesquisa. Sua convicção ao falar da teoria e de seus desdobramentos encheu-me de reflexões e questionamentos abarcados nessa dissertação.

Nesses anos, trabalhei com temáticas sobre envolvimento paterno, abertura ao mundo, personalidade paterna e *maternal gatekeeping*. Cada qual com seus conceitos e suas dimensões foram me inquietando cada vez mais sobre as semelhanças e diferenças em relação aos papéis paternos e maternos. Daí surgiu o interesse em trabalhar no mestrado com a parentalidade. E a partir de então, pensar quais são as dimensões da parentalidade, sem diferenciar os comportamentos entre pai e mãe previamente, agregando a recente Teoria da Relação de Ativação, que tanto me faziam sentido. Mas para isso teria que criar um instrumento de medida capaz de abarcar tantas idéias.

Um desafio e tanto que apresento nesta dissertação.

2 INTRODUÇÃO

Historicamente e culturalmente cabe aos pais¹ ou cuidadores a responsabilidade primordial de assegurar as condições de vida adequadas para o pleno desenvolvimento da criança. O que implica num desempenho de atividades por parte dos pais direcionados à criança que podem ser considerados como fatores de propulsão ou inibição do desenvolvimento sócio-emocional da criança (Ong et al., 2018; Reitz, Deković, & Meijer, 2006). Portanto, identificar e mensurar as dimensões da parentalidade podem ser considerados fatores de prevenção para um adequado desenvolvimento da parentalidade, por representarem um importante material de contribuição para os programas de intervenção com famílias (Cova et al., 2017; Dadds, Maujean, & Fraser, 2003; de la Osa, Granero, Penelo, Domènech, & Ezpeleta, 2014).

O uso do termo parentalidade é recente e ainda apresenta inconsistências em sua definição. Nesta dissertação, a parentalidade foi definida e compreendida considerando-se o conjunto da definição de Cruz (2005) com as complementações de Almeida (2015), Hoghughi (2004), Maccoby (2000) e Reder, Duncan e Lucey (2003), portanto, a parentalidade pode ser entendida como um conjunto de atividades realizadas pelos pais, ou por seus substitutos, que promovem a socialização e a autonomia da criança, em um ambiente seguro, valendo-se dos recursos familiares e comunitários disponíveis, a fim de garantir a sobrevivência e o pleno desenvolvimento da criança.

Essas interações entre o adulto e a criança historicamente têm sido investigadas com foco na díade mãe-criança, em sua maioria relacionadas às dimensões de cuidado e suporte emocional, o que se configura como uma das maiores limitações na investigação da parentalidade (Fagan, Day, Lamb, & Cabrera, 2014; Pedro, Carapito, & Ribeiro, 2015). Foi somente a partir da década de setenta que os estudos com o pai se intensificaram, sendo reconhecida a importância da díade pai-criança para o desenvolvimento infantil, com foco principalmente relacionado à dimensão de exploração (Bueno, Bossardi, & Vieira, 2015; Oliva, Vieira, Mendes, & Martins, 2017).

Nesse sentido, as pesquisas têm reconhecido que pai e mãe contribuem para um desenvolvimento saudável da criança (Bandeira,

¹ O termo “pais” foi utilizado nesta dissertação referindo-se aos homens e às mulheres como figuras parentais, ou seja, representa tanto pais quanto mães. Para representar o plural da palavra “pai”, o termo “pais” sempre aparece bem próximo ou em contraponto ao termo “mães”.

2009; Fagan et al., 2014; Gaumon & Paquette, 2013) e trazem à tona a discussão sobre as semelhanças e diferenças em relação aos comportamentos que são esperados no desempenho do papel de pai e de mãe. Os estudos mais direcionados ao comportamento paterno têm conceituado paternidade e maternidade como construtos diferentes, medidos por dimensões diferentes (Backes, 2015; Bossardi et al., (no prelo); Bossardi, 2015; Bueno et al., 2015; Paquette, 2004). No entanto, estudos recentes têm mostrado que paternidade e maternidade podem ser considerados como mesmo construto (Fagan et al., 2014; Finley, Mira, & Schwartz, 2008).

O estudo de Fagan et al. (2014) apresentou uma revisão teórica sobre o uso dos conceitos parentalidade, maternidade, paternidade e envolvimento. Ele aponta que paternidade e maternidade são o mesmo construto e que as dimensões da parentalidade podem ser conceituadas sem diferenciações para pai ou mãe. Indica, ainda, que existem evidências de que os comportamentos paternos e maternos influenciam os comportamentos da criança de maneira similar (Cabrera, Fagan, Wight, & Schadler, 2011; McDowell & Parke, 2009). Sugere a importância de incluir os mesmos construtos para mensurar a parentalidade materna e paterna quando se tem a pretensão de verificar seus efeitos no desenvolvimento social e emocional da criança (Fagan et al., 2014). Tal sugestão faz sentido tendo em vista que os estudos sobre a paternidade e parentalidade são recentes e a inclusão do pai na amostra se faz necessária (Bossardi, 2015; Macarini, Martins, Minetto, & Vieira, 2010; Pedro et al., 2015) para se estabelecerem maiores comparações.

As semelhanças e diferenças estabelecidas no relacionamento entre o pai e a criança e, entre a mãe e a criança, podem ser vistas como resultado de uma construção cultural de gênero (Fagan et al., 2014; Koltermann, Souza, Bueno, paraventi, & Vieira, (no prelo); Lafond, 2014) que sofre influência do momento sócio-histórico em que são observadas e pesquisadas. Portanto, neste estudo o fenômeno parentalidade foi investigado com foco similar para pais e mães. De modo que as semelhanças e diferenças entre os comportamentos maternos e paternos amplamente relatadas na literatura (Botton, Cúnico, Barcinski, & Strey, 2015; Fagan et al., 2014; Mozzaquatro & Arpini, 2017) foram devidamente consideradas com o objetivo de agregar comportamentos que historicamente e culturalmente estão relacionados ao papel que o responsável pela criança desempenha no seu desenvolvimento.

A dificuldade em definir o conceito de parentalidade se estende à determinação de suas dimensões enquanto construto e à sua mensuração.

Duas perspectivas conceituais parecem imperar nos estudos sobre parentalidade, uma com foco em estilos parentais, e outra com foco em práticas parentais (McKee, Jones, Forehand, & Cuellar, 2013). Grande parte da literatura sobre parentalidade (Baumrind, 1966; Maccoby & Martin, 1983; Reitman, C. Rhode, Hupp, & Altobello, 2002; Clyde C Robinson, Mandlaco, Olsen, & Hart, 1995) está pautada nos Estilos Parentais propostos por Baumrind (1966, 1967) e complementados por Maccoby e Martin (1983) que distinguem quatro estilos parentais agregando os diversos níveis de duas dimensões: controle/exigência e afeto/responsividade. Porém, a partir da década de 60, os estudos focados nas práticas parentais começaram a ser desenvolvidos de forma mais significativa (Darling & Steinberg, 1993; McKee et al., 2013; Valente, 2009) e perduram até hoje (Kimble, 2014; Valadão, 2018).

Apesar de sua vasta contribuição para o progresso dos estudos sobre parentalidade, as pesquisas têm apontado que a combinação das dimensões em estilos parentais pode levar a perda de informações (Reid, Roberts, Roberts, & Piek, 2015). Principalmente porque neste modelo, em sua maioria, as dimensões são medidas bipolarmente, indicando mais de um construto numa mesma dimensão, resultando em práticas positivas ou negativas, incapazes de avaliar índices moderados e práticas suficientes ou adequadas (Barber, 1996; Darling & Steinberg, 1993; Locke & Prinz, 2002).

Portanto, desagregar as dimensões combinadas em estilos e medir os elementos individualmente seria um método interessante para distinguir e operacionalizar as definições e o acesso aos elementos centrais da parentalidade (Reid et al., 2015; Skinner, Johnson, & Snyder, 2005). A validade de estudos com estilos parentais tem se baseado nos efeitos interativos entre as dimensões da parentalidade, porém são insuficientes para validar as especificidades que as dimensões individualmente ou associadas teriam com o comportamento da criança (Caron, Weiss, Harris, & Catron, 2006; Pedro et al., 2015).

O modelo de parentalidade, minimamente adequada, proposto por Hoghughi (2004) parece contribuir com as investigações acerca dos elementos da parentalidade de forma individualizada ao mesmo tempo em que contempla a complexidade de construtos que podem fazer parte da parentalidade. Isso porque seu foco está nos domínios que constroem a parentalidade, e dentro destes são identificadas as dimensões nas quais se enquadram as práticas parentais. Neste modelo, a parentalidade é descrita a partir de três domínios: atividades parentais, áreas funcionais e pré-requisitos.

Atividades parentais são definidas como o conjunto de atividades necessárias e suficientes para uma parentalidade adequada e se refere a cuidado físico, cuidado emocional, cuidado social, disciplina e desenvolvimento. Valendo-se dessas atividades os pais conseguem dar atenção às áreas funcionais da criança que requerem o seu desenvolvimento como a saúde física, a funcionalidade intelectual e educacional, o comportamento social e a saúde mental. Os pré-requisitos constituem um conjunto de especificidades necessárias para o desenvolvimento da atividade parental e englobam: os recursos que os pais necessitam ou desejam para os seus filhos, sendo eles a qualidade parental, a rede social, competências e recursos materiais; conhecimento e compreensão das necessidades da criança; motivação para concretizar suas ações; e oportunidades para estar com a criança ou prover suas necessidades (Barroso & Machado, 2015; Hoghugh, 2004).

Essa diferenciação entre os modelos de Baumrind (1966, 1967) e Hoghugh (2004) demonstra mais uma vez a falta de consenso na literatura sobre as dimensões da parentalidade, e reforçam sua implicação como obstáculo para o acesso empírico nas pesquisas deste fenômeno psicológico. Parte pelo embasamento teórico não proporcionar um respaldo coeso e bem definido sobre quais questões são mais importantes de serem acessadas no estudo da parentalidade, e a outra parte por problemas metodológicos que também são consequência dessa falta de um acordo teórico (Collett, Gimpel, Greenson, & Gunderson, 2001; Dadds et al., 2003; Reitman et al., 2002; Rhoades & O'Leary, 2007). Diversas potencialidades e limitações são apontadas pelos pesquisadores sobre os métodos utilizados para acessar a parentalidade, seja observação, entrevistas ou questionários, bem como os problemas nas propriedades psicométricas das medidas existentes (Bögels & Melick, 2004; Dadds et al., 2003; Reid et al., 2015; Rhoades & O'Leary, 2007).

Por questões práticas e econômicas, os instrumentos mais comuns para acessar a parentalidade são os questionários e inventários (Cova et al., 2017; Lovejoy, Weis, O'Hare, & Rubin, 1999; Reid et al., 2015). Diversos estudos têm apontado a importância destes instrumentos de avaliação tanto para o uso em pesquisas, quanto para seu uso na clínica (Cova et al., 2017; Hurley, Huscroft-D'Angelo, Trout, Griffith, & Epstein, 2014). Mas as revisões de Hurley et al. (2014) e Locke e Prinz (2002) demonstram claramente que a maioria dos questionários existentes para acessar a parentalidade não apresentam propriedades psicométricas adequadas para todas as dimensões da parentalidade mensuradas. O que vai ao encontro dos estudos de Cova et al. (2017),

Dadds et al. (2003), de la Osa et al. (2014) e Souza (2018) que indicaram a necessidade de construção de uma medida da parentalidade, principalmente para pais de crianças pré-escolares.

A falta de consenso na literatura sobre o fenômeno parentalidade e suas repercussões na operacionalização e acesso empírico ao construto expõem a fragilidade em termos científicos de tal fenômeno, apesar de sua importância para as áreas de construção e validação de instrumento, e do desenvolvimento infantil. Nesse sentido, a operacionalização do construto parentalidade e sua tradução em um instrumento de medida psicometricamente confiável que contemple a complexidade de suas dimensões podem ser apontados como lacunas significativas na literatura (Hurley et al., 2014; Locke & Prinz, 2002; Reid et al., 2015). Se preenchidas, podem contribuir cientificamente para uma maior apropriação do fenômeno parentalidade, levando a reflexões a partir de um denominador minimamente comum, com a possibilidade de acesso empírico pautado em propriedades metodológicas e psicométricas fidedignas e robustas, o que permite a replicação e ampliação dos estudos e intervenções por diferentes pesquisadores ou interventores nas mais variadas culturas e contextos (Cova et al., 2017; Dadds et al., 2003; Pedro et al., 2015).

A presente pesquisa objetivou, portanto, investigar as dimensões da parentalidade por meio da proposição de um instrumento de medida. Para tanto, foi utilizada extensa revisão crítica da literatura² sobre parentalidade e instrumentos de avaliação da mesma, a fim de construir um banco de dados teórico consistente que embasem a criação de um novo instrumento de medida das dimensões da parentalidade para pais e mães, conferindo um caráter de inovação para essa pesquisa. O instrumento de medida foi desenvolvido de forma a reconhecer os avanços pré-existentes na literatura, mas com a capacidade de adaptar, complementar e propor novas formas de acesso e reflexão sobre o fenômeno (DeVellis, 2016; Parent & Forehand, 2017). Partindo-se de um olhar que não diferencia os comportamentos maternos e paternos previamente, e sim focado em comportamentos que devem ser minimamente apresentados pelos responsáveis da criança para que seja assegurado um desenvolvimento saudável para a mesma.

Esta pesquisa teve como foco crianças na idade de quatro a seis anos, ou seja, em período pré-escolar. O estágio de desenvolvimento e

² A revisão de literatura sobre instrumentos de medida da parentalidade será apresentada de maneira detalhada em artigo a ser submetido para publicação.

de ciclo de vida das crianças é fator fundamental para discernir os tipos de atividades parentais exercidas. Crianças pré-escolares adquirem certa autonomia, começam a estabelecer relações sociais para além da família, e gradualmente, as brincadeiras e a comunicação adquirem um grau de maior complexidade, exigindo uma mudança nas atividades parentais que antes estavam mais voltadas ao cuidado direto (Fabes, Gaertner, & Popp, 2008; Marin, Piccinini, & Tudge, 2011). Além disso, as pesquisas (Cova et al., 2017; Dadds et al., 2003; de la Osa et al., 2014) tem indicado uma maior efetividades dos programas de intervenção direcionados às questões do desenvolvimento sócio-emocional da criança quando realizados com pais de e com as crianças em idade pré-escolar.

Os resultados dos estudos revelam que intervenções realizadas na parentalidade têm apresentado indicadores de eficácia na melhoria do bem-estar e no ajustamento psicológico da criança (Figueiredo & Lamela, 2014; Olds, Sadler, & Kitzman, 2007). Além disso, as informações individualizadas obtidas a partir da análise das atividades realizadas pelo pai e pela mãe têm sido apontadas como um importante fator em nível de terapia e de intervenção, pois indicam aspectos específicos que precisam ser trabalhados com os pais (Pedro et al., 2015; Rudd, Alkon, & Yates, 2017). E ainda, como colocado por Cruz & Ducharme (2006), a atualização dos conteúdos e da estrutura das intervenções deve ser consistente com os avanços das pesquisas sobre desenvolvimento e parentalidade. Estes fatores ressaltam a relevância desta pesquisa que se propõe a criar um novo instrumento que poderá ser utilizado por esses profissionais para acessar e avaliar os indicadores de parentalidade. Além da indicação de dimensões da parentalidade que poderão ser utilizadas como fundamentação para intervenções e terapias.

Considerando o exposto, espera-se que os resultados do presente estudo forneçam contribuições para a atuação clínica, saúde pública, funcionamento familiar e o desenvolvimento infantil, já que pode ser evidenciada a importância da participação de pais e mães na vida das crianças, bem como da organização e da dinâmica familiar que podem promover o bem-estar e um relacionamento saudável entre os membros. As evidências de validade do novo instrumento podem contribuir com o avanço dos estudos psicométricos no Brasil, por ter se baseado em um método rigoroso, garantindo maior confiabilidade. As evidências de validade baseadas na estrutura do instrumento e na precisão, indicando as dimensões centrais da parentalidade, tornam possível a avaliação de quais fatores da parentalidade podem ser revistos para a potencialização positiva de seus impactos para a criança. Intervenções nesse sentido

favorecerão o compartilhamento e a negociação de tarefas, funções e responsabilidades entre os cônjuges e promoverão relações familiares saudáveis e de qualidade.

Este estudo insere-se na área de Saúde e Desenvolvimento Psicológico do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGP/UFSC), uma vez que explora o contexto familiar e o desenvolvimento infantil. O presente trabalho também se justifica por inserir-se no âmbito do projeto “Parentalidade e desenvolvimento socioemocional na infância” do NEPeDI e do LABSFAC, o qual visa explorar a parentalidade, coparentalidade, comportamento da criança, habilidades sociais, qualidade de vida, entre outros.

A parentalidade é um fenômeno que envolve atividades de suporte, cuidado, disciplina e estimulação, com aspectos comuns a pais e mães, embora possam ser apresentadas especificidades na forma como são desempenhadas por cada um, e que por sua vez podem ter implicações e efeitos diferenciados no desenvolvimento sócio-emocional da criança. Desse modo, para responder à pergunta “Quais as evidências de validade de uma escala para mensurar parentalidade de pais e mães de crianças pré-escolares?” propõe-se a realização de um estudo referente à construção de um instrumento de medida e à busca de suas evidências de validade. Caracterizado como exploratório, descritivo, transversal, com caráter de levantamento. A técnica para coleta de dados empregada foi pesquisa de campo com observação por meio de questionários, e abordagem quantitativa dos dados.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

Investigar as evidências de validade de um instrumento para medir as dimensões da parentalidade para pais e mães de crianças pré-escolares.

3.2 Objetivos específicos

- a) Construir um instrumento de medida para avaliação do construto parentalidade para pais e mães de crianças pré-escolares;
- c) Buscar evidências de validade baseadas na estrutura interna;
- c) Descrever indicadores de precisão dos fatores identificados.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.1 Parentalidade

O contexto familiar é considerado o fator primeiro e mais importante para o desenvolvimento infantil por configurar-se como principal estrutura de suporte e estímulo afetivo, social, educacional e econômico. A família é reconhecida como sistema de socialização, proteção e aprendizagem onde ocorrem transmissões e introjeções de padrões de comportamentos, normas, valores, costumes, crenças e significados a partir de interações constantes entre adultos e crianças (Bossardi, 2015; Bronfenbrenner, 2005; Cano & Moré, 2008; Oliva, Vieira, Mendes, & Martins, 2017). Por isso a função da família para o desenvolvimento social e emocional da criança tem sido um dos temas mais bem estabelecidos nas pesquisas em Psicologia (Lovejoy et al., 1999; Parent & Forehand, 2017; Zarra-Nezhad et al., 2014).

A parentalidade é um dos fatores mais importantes e de maior influência no desenvolvimento social e emocional da criança (Ong et al., 2018; Parent & Forehand, 2017; Reitz et al., 2006; Zarra-Nezhad et al., 2014). Fato sustentado por significativas pesquisas empíricas cujos resultados reforçam os benefícios de uma parentalidade positiva para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional da criança, enquanto uma parentalidade negativa está associada a problemas de internalização, externalização e aumento do risco de desenvolvimento de psicopatologias (Kiff, Lengua, & Zalewski, 2011; Ong et al., 2018; Zarra-Nezhad et al., 2014). Portanto, qualquer modelo teórico ou pesquisa empírica que se proponha a investigar o desenvolvimento sócio-emocional infantil deve considerar as repercussões, diretas ou indiretas, da parentalidade (McKee et al., 2013; Parent & Forehand, 2017).

O uso do termo “parentalidade” para se referir à relação pai/mãe-criança é relativamente recente (Cruz & Ducharme, 2006) o que contribui para a falta de consenso na literatura sobre sua determinação. A definição proposta por Cruz (2005) parece ser referência nos estudos sobre parentalidade, sendo concebida como um conjunto de atividades realizadas em conjunto entre cuidadores e crianças que promovem o desenvolvimento da criança. Algumas complementações são feitas na tentativa de melhor definir o fenômeno, por exemplo, Reder, Duncan e Lucey (2003) acrescentam que tais ações são realizadas num ambiente seguro, e Maccoby (2000) reitera seu objetivo de socialização e autonomia. Já Almeida (2015) reconhece a complexidade, dificuldade e

os desafios da parentalidade, destacando-a como uma das tarefas de maior responsabilidade do ser humano ao longo da vida.

A denominação parentalidade pode ser usada tanto para pais quanto para mães, bem como para designar outras relações ou pessoas envolvidas em atividades com o propósito de garantir a sobrevivência e o desenvolvimento da criança (Orlanda Cruz, 2005; Hoghugh, 2004). Essa similaridade foi endossada pela revisão de Fagan, Day, Lamb e Cabrera (2014) cujos resultados reforçam que não foram achadas evidências suficientes que façam uma diferenciação entre as dimensões que refletem a parentalidade materna e a parentalidade paterna. Isso indica que um construto em comum, e suas dimensões, pode ser considerado tanto para pais quanto para mães, o que não impede a existência de especificidades e singularidades na maneira como a parentalidade é desempenhada por cada um.

O construto e a mensuração da parentalidade são apresentados de acordo com uma variedade de perspectivas conceituais pela literatura (McKee et al., 2013). Reflexo da mudança que ocorreu a partir da década de 60 em relação à natureza das dimensões reportadas nos estudos sobre parentalidade, medidos, até então, pelos estilos parentais (Baumrind, 1966, 1967). Nesse período, a parentalidade começou a ser medida e compreendida de acordo com dimensões subjacentes dos estilos parentais, que representavam as práticas parentais (Darling & Steinberg, 1993; Kimble, 2014; Schaefer, 1965). Atualmente, as perspectivas conceituais ainda apresentam esses dois focos, nas tipologias gerais de parentalidade (estilos parentais) e/ou nos comportamentos parentais mais específicos (práticas parentais).

As tipologias gerais de parentalidade, os estilos parentais, foram propostos por Baumrind (1966, 1967) diante da sugestão de pesquisadores, à época, de que era o conjunto fixo de comportamentos parentais que contribuía para a competência ou psicopatologia da criança e do adolescente, e não o impacto de qualquer comportamento parental isolado (McKee et al., 2013). Os estilos parentais podem ser definidos como o conjunto de atitudes em relação à criança que cria um clima emocional por meio do qual os comportamentos parentais são expressos (Almeida, 2015; Darling & Steinberg, 1993; Valente, 2009). Incluem aspectos que correspondem às práticas educativas e à atitude emocional como, por exemplo, tom de voz, atenção e linguagem corporal (Cruz, 2005). Baumrind (1966) e Maccoby e Martin (1983), por meio de dimensões semelhantes e complementares, conceituaram a parentalidade de acordo com uma combinação de diferentes níveis de afeto (responsividade, comunicação e interesse) e controle (exigência)

que distinguem os estilos parentais em autoritário, autoritativo, permissivo (Baumrind, 1966, 1967; Maccoby & Martin, 1983) e negligente (Maccoby & Martin, 1983).

De acordo com Diana Baumrind (1966), Maccoby e Martin (1983), McKee et al. (2013) e Sabbag (2017), os pais apresentam as seguintes características em cada estilo: 1) Autoritário - acionam de maneira prioritária a dimensão de controle, fazendo uso de práticas coercitivas e punitivas, mantêm um excesso de regras e controle rígidos sob a criança, restringem o desenvolvimento de sua autonomia, tendem a ser pouco afetuosos e responsivos. 2) Autoritativo - são afetivos, dão apoio emocional, têm regras e limites claros e apropriados à idade da criança, monitoram o comportamento da criança, são flexíveis e democráticos e estimulam sua autonomia ao solicitar opinião da criança e permitir que ela expresse seus sentimentos. 3) Permissivo - não têm regras rígidas, não punem a criança, mas também não monitoram seu comportamento e nem estabelecem limites claros, são afetivos, e deixam a criança tomar decisões por conta própria sem considerar sua maturidade. 4) Negligente - são ausentes, sem comprometimento com a educação da criança, não suprem as necessidades básicas de alimentação e higiene, e também não dão afeto ou limite para a criança.

A perspectiva voltada aos comportamentos parentais mais específicos indica que as práticas parentais referem-se a comportamentos e estratégias específicos utilizados para atingir os objetivos parentais para com a criança, principalmente de socialização e educação (Darling & Steinberg, 1993; Valadão, 2018; Valente, 2009). Elas podem ser classificadas como positivas ou negativas (Gomide, 2006). As práticas positivas estão relacionadas às dimensões de afeto positivo, responsividade, disciplina firme e positiva, envolvimento, entre outras (Baumrind, 1966; Gomide, 2006; Kimble, 2014). As práticas negativas são marcadas por afeto negativo, punição, disciplina negativa, abuso físico e psicológico, falta de consistência e de supervisão (Diana Baumrind, 1966; Gomide, 2006; Kimble, 2014).

Uma extensa literatura tem apontado para a relação entre os estilos parentais e o desenvolvimento da criança. Porém, segundo Darling e Steinberg (1993), McKee et al. (2013), Pedro, Carapito e Ribeiro (2015) e Skinner, Johnson e Snyder (2005) essa perspectiva não permite fazer uma relação direta entre cada uma das práticas parentais e seus desdobramentos em aspectos específicos do desenvolvimento infantil, o que pode levar à perda de informações sobre efeitos específicos, não lineares, ou resultantes da combinação entre as práticas no desenvolvimento sócio-emocional da criança, bem como à falta de

acesso a efeitos intermediários das práticas que indicam uma parentalidade suficiente, mas não ideal ou negativa.

Assim, parece que as práticas parentais têm um impacto direto nos aspectos específicos do desenvolvimento social e emocional da criança, enquanto os estilos seriam moderadores das relações entre as práticas parentais e os aspectos específicos do desenvolvimento social e emocional da criança (Darling & Steinberg, 1993; McKee et al., 2013). Diante disso, alguns pesquisadores defendem que os comportamentos parentais deveriam ser medidos e analisados individualmente, tal método permitiria a mensuração da parentalidade de forma mais abrangente, compreensiva e comparável em pesquisas futuras e também na prática clínica (Darling & Steinberg, 1993; Pedro et al., 2015; Skinner et al., 2005).

Em consonância com a perspectiva de comportamentos mais individualizados para compreender a parentalidade, inúmeras pesquisas têm demonstrado a relação entre comportamentos parentais específicos e o desenvolvimento sócio-emocional infantil. Atividades parentais focadas nas dimensões suporte, afeto e sensibilidade mostraram-se relacionadas à promoção de maior competência social e cognitiva da criança, maior autoestima, menos problemas de comportamento, melhor desempenho escolar e maior comportamento pró-social (Belsky, Pasco Fearon, & Bell, 2007; Grolnick & Gurland, 2002; Kuppens, Grietens, Onghena, & Michiels, 2009; McKee et al., 2013; Michiels, Grietens, Onghena, & Kuppens, 2010). Em oposição, atividades parentais que recorrem às práticas de rejeição, controle e pouco estímulo estão associadas à manifestação de problemas de internalização e externalização (Barber, 2006; Beltrão, 2015; Brown & Whiteside, 2008; McKee et al., 2013).

A partir de uma perspectiva desenvolvimental, o período pré-escolar é um importante estágio para acessar as práticas parentais (Tremblay et al., 2008; Pleck, 1983), pois os pais e mães passam mais tempo com as crianças e realizam diferentes práticas tendo em conta os vários contextos em que a criança está inserida, por exemplo, no campo acadêmico e social que requerem atividades lúdicas, disciplinares e cognitivas. Neste período, as práticas dos pais e das mães configuram-se como os principais determinantes das capacidades e dificuldades das crianças (Tremblay et al., 2008). As habilidades, capacidades, recursos e os problemas de conduta ou emocionais são fomentados exponencialmente neste período e ao serem introjetados, seguem com a criança nas fases seguintes do seu ciclo de vida. Com isso, a idade pré-escolar se configura como vasto e rico campo de pesquisa dos

indicadores de desenvolvimento social e emocional da criança (Beltrão, 2015), sendo imprescindível avaliar a parentalidade neste período de vida da criança.

O desenvolvimento de competências e habilidades na idade pré-escolar como autorregulação da ansiedade e da agressividade, expressão de emoções, capacidade de atenção, cumprimento de regras, autocontrole e autoconfiança, comportamento pró-social e enfrentamento de situações de desafio ou perigo se mostraram facilitadas pela parentalidade com foco nas práticas de afeto, estimulação à autonomia e à perseverança, e apoio emocional (Daniel, Madigan, & Jenkins, 2016; Gaumon, Paquette, Cyr, Émond-Nakamura, & St-André, 2016; Koltermann et al. (no prelo); Sandler, Schoenfelder, Wolchik, & MacKinnon, 2011; StGeorge, Fletcher, Freeman, Paquette, & Dumont, 2015). Em contrapartida estudos têm sugerido que uma parentalidade com alto nível de disciplina coercitiva, porém baixa em afeto e estimulação está relacionada a dificuldades e problemas de externalização na idade pré-escolar ligados a desajustamento comportamental, dificuldades de integração social e delinquência (Barber, 1996, 2006; McKee et al., 2013; Reef, Donker, Van Meurs, Verhulst, & Van Der Ende, 2011).

Como visto, o desenvolvimento sócio-emocional da criança é influenciado pela parentalidade. Essa, por sua vez, é multideterminada a partir de fatores que se influenciam mutuamente e que podem potencializar ou interferir negativamente no comportamento parental. De acordo com o Modelo dos Determinantes da Parentalidade (Belsky, 1984) esses fatores são: 1) Características parentais, por exemplo, idade, escolaridade, personalidade, saúde mental, crenças, valores, expectativas e competências; 2) Características das crianças relacionadas ao comportamento, temperamento, idade e sexo; e 3) Características do contexto social como relacionamento conjugal, coparentalidade, rede de suporte, cultura e economia (Belsky & Jaffee, 2006; Bronfenbrenner & Morris, 2006; McKee et al., 2013; Verhoeven, Deković, Bodden, & van Baar, 2017).

Perante todos esses aspectos históricos e conceituais da parentalidade abordados, atualmente, o modelo integrativo da parentalidade proposto por Hoghughi (2004) parece ser o que melhor contribui com esse foco mais compreensivo e abrangente da parentalidade, tendo em vista que abarca seus elementos de forma individualizada ao mesmo tempo em que contempla a complexidade dos determinantes e construtos que dela fazem parte. Para o autor, a parentalidade se refere a uma relação, um processo e um conjunto de

atividades com o objetivo de garantir a sobrevivência e o desenvolvimento infantil e está dividida em três dimensões principais: atividades parentais, áreas funcionais e pré-requisitos, representadas na Figura 1.

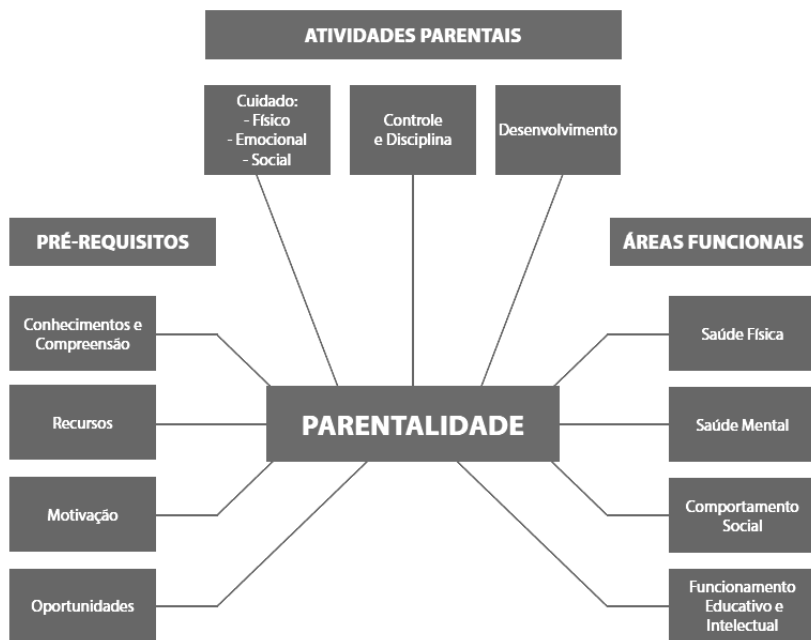


Figura 1 Modelo integrativo da parentalidade de Hoghugh

Fonte: Barroso, R. G., & Machado, C. (2015). Definições, dimensões e determinantes da parentalidade. In G. A. Pluciennik, M. C. Lazzari, & M. F. Chicaro (Eds.), *Fundamentos da família como promotora do desenvolvimento infantil* Parentalidade em foco (pp. 16–32). São Paulo, SP: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal – FMCSV.

A dimensão “áreas funcionais”, diz respeito às áreas do funcionamento da criança que necessitam de atenção parental e que serão desenvolvidas por meio das atividades parentais. Sendo distintas em quatro funcionalidades: 1) Física, relacionada a aspectos do estado de saúde físico da criança, necessidades de sobrevivência e bem-estar, com foco na prevenção de danos e provisão de oportunidades para um crescimento positivo; 2) Intelectual, é requerida aos pais a realização de todas as diligências necessárias para incrementar a aquisição de conteúdos acadêmicos e potencializarr as competências educacionais, de

trabalho e de resolução de problemas nos seus filhos; 3) Comportamento social frisa o esforço que os pais devem colocar, no sentido de facilitar o desenvolvimento social infantil, focando a obtenção de competências de resposta apropriada nos relacionamentos sociais e o reconhecimento e a internalização das normas culturais e legais dos comportamentos respeitantes às pessoas e propriedades; 4) Saúde Mental, constituída por pensamentos, sentimentos e comportamentos que a criança manifesta em relação a si própria e aos outros, considerando-se sua própria personalidade e questões clínicas (Almeida, 2015; Barroso & Machado, 2015; Hoghughi, 2004).

A dimensão “pré-requisitos” integra os extensos e variados recursos necessários para o complexo desenvolvimento da atividade parental, além dos determinantes, e incluem: o conhecimento e compreensão - prendem-se com as competências parentais para reconhecer as “necessidades” dos seus filhos ao longo do ciclo de vida; motivação - diz respeito aos desejos e compromissos dos pais em canalizar os esforços necessários para manter e melhorar as condições de socialização da criança; recursos - qualidades parentais (abordagem interativa com a criança, traços de personalidade), competências parentais (adquiridas pela própria experiência, observação de outros pais, ou educação formal), redes sociais (presença, envolvimento e responsividade dos outros, sendo eles amigos, vizinhos ou familiares) e recursos materiais (recursos econômicos necessários para a subsistência e para o desenvolvimento da criança); e oportunidades – tempo necessário para que os pais exerçam da melhor forma as suas atividades parentais, nas quais se inserem as situações resultantes da necessidade contemporânea de envolvimento profissional de ambos os elementos do casal, o qual por vezes acarreta um menor tempo despendido com os filhos (Almeida, 2015; Barroso & Machado, 2015; Hoghughi, 2004).

Por fim, as “atividades parentais” são realizadas com o objetivo de prevenir adversidades e qualquer outro elemento que possa machucar a criança, e promover situações positivas e que ajudem a criança. Divide-se em três subdimensões: cuidado (físico, emocional e social), disciplina e desenvolvimento. O cuidado engloba atividades que garantem a sobrevivência da criança. Cuidado físico inclui prover necessidades básicas como alimentação, abrigo, higiene, sono adequado e prevenção de doenças e acidentes. Cuidado Emocional abrange respeitar a criança como indivíduo, fazer a criança se sentir amada, e promover oportunidades para que ela gerencie seus próprios riscos e faça suas próprias escolhas. Cuidado Social abarca garantir o contato social da criança com seus pares ou adultos significativos durante seu

desenvolvimento, ajudar a criança a se tornar competente socialmente, integrada nos ambientes e capacitar diante de responsabilidades (Almeida, 2015; Barroso & Machado, 2015; Hoghughi, 2004).

A subdimensão disciplina está associada a estabelecer e reforçar limites para a criança em relação a comportamentos, de forma culturalmente apropriada para a idade, essenciais para o funcionamento social. Não há um consenso teórico sobre quais são comportamentos apropriados, eles irão variar cultural e eticamente, mas aparecem de forma similar em diferentes culturas, principalmente em questões ligadas a hábitos de higiene pessoal, frequentar a escola, violência e comportamento sexual. E a subdimensão desenvolvimento inclui atividades para promover competências desportivas, artísticas e/ou culturais e, também, inculcar valores tais como a tolerância, honestidade, coragem e respeito, entre outros, por meio de atos de encorajamento e criação de novas oportunidades que concretizem todo o potencial da criança (Almeida, 2015; Barroso & Machado, 2015; Hoghughi, 2004).

4.2 Suporte teórico da parentalidade

Como visto, a parentalidade é um fenômeno complexo, multideterminado e multidimensional, cuja definição, determinação e mensuração sofreram alterações ao longo dos anos a partir dos resultados de pesquisas teóricas e empíricas. O modelo de parentalidade de Hoghughi (2004) foi capaz de abarcar a maioria dessas mudanças de forma integrativa e a dimensão “Atividades Parentais” apresenta-se de acordo com a perspectiva de focar nos comportamentos parentais mais específicos.

Sua divisão em Cuidado, Disciplina e Desenvolvimento está de acordo com os estudos de Skinner et al. (2005) e Verhoeven et al. (2017) que sustentam a ideia de que a parentalidade pode ser melhor representada por múltiplas dimensões (ex: afeto e rejeição unipolares) e não por uma série de dimensões bipolares (ex: um *continuum* entre afeto e rejeição) como os primeiros e mais tradicionais modelos de parentalidade o fazem. Três teorias parecem ser centrais para dar suporte teórico à centralização nessas três dimensões, e uma quarta teoria parece sustentar a compreensão do modelo de parentalidade como um todo. As quais estão descritas nos próximos tópicos desta dissertação.

4.2.1 Teoria do Apego

A Teoria do Apego proposta por Bowlby (1969) retrata as primeiras relações de apego estabelecidas pela díade mãe-criança

consideradas como primordiais para o desenvolvimento sócio-emocional das crianças (Groh, Fearon, IJzendoorn, Bakermans-Kranenburg, & Roisman, 2016; Heidi Keller, 2018). Os bebês desde o nascimento apresentam a necessidade de manter proximidade com uma figura de referência, mais apta a lidar com o mundo, para assegurar a sua sobrevivência. Segundo Bowlby (2002) e Gomes e Melchiori (2012) os bebês já apresentam um sistema inato de comportamentos de apego - como chorar, sorrir, contato visual e busca de aconchego - que fazem com que ele seja capaz de buscar e manter contato íntimo com esse cuidador, principalmente em situações ameaçadoras e estranhas para o bebê, ou quando tem fome ou cansaço.

A figura de apego, apontada pelo autor como a mãe ou mãe substituta, é essa figura de referência com a qual a criança estabeleceu um vínculo afetivo e que lhe proporciona segurança, conforto emocional e garantia das necessidades básicas para sua sobrevivência e para o seu desenvolvimento social e emocional (Bowlby, 1969; Heidi Keller, 2018). Porém, o desenvolvimento de um apego infantil saudável está mais relacionado às capacidades da figura de apego, do que ao sistema de comportamentos da criança. A qualidade do apego (segurança do apego) é consequência das experiências sociais da criança com a figura de apego, especialmente relacionada à sua capacidade de sensibilidade e responsividade às necessidades da criança, que fazem com que a criança tenha autonomia e vontade própria, e se sinta segura e capaz de explorar o meio em que vive, pois recebe uma resposta sintonizada e adequada às suas necessidades (Groh et al., 2016; Heidi Keller, 2018; Paraventi, Gomes, Schneider, & Vieira, 2017).

Ainda segundo a teoria de Bowlby (1969), a mãe por meio do cuidado com a criança ativa o sistema de apego, acalmando a criança transmitindo-lhe segurança. Ao passo que o pai ativa o sistema de exploração da criança, pois tende a colocar a criança em situações que desenvolvem sua autonomia ao mesmo tempo em que dá limites apropriados. Esse sistema complementar garante a proteção da criança, e também sua necessidade de ser encorajada a encarar o mundo. Apesar dessa referência a um sistema de exploração relacionado à figura paterna, a teoria do apego não aprofunda os aspectos relacionados a essa dimensão.

Essa concepção de cuidado sensível e responsivo que assegura uma estrutura básica para sobrevivência da criança e que dá suporte emocional é aceita pelos pesquisadores do desenvolvimento como padrão referência de cuidado realizado por qualquer cuidador, por isso seus elementos podem ser comparados e avaliados em todo lugar do

mundo (Heidi Keller, 2018; Morelli et al., 2017). Os resultados das pesquisas têm indicado que um apego saudável, estabelecido por meio do cuidado e suporte sensíveis e responsivos, está diretamente relacionado à melhor competência social, e menores problemas de internalização e externalização na criança (Groh et al., 2016; Verhoeven et al., 2017). A Teoria do Apego sustenta, portanto, a importância dos aspectos relacionados à dimensão “Cuidado” proposta por Hoghugh (2004).

4.2.2 Teoria da Relação de Ativação

Paquette (2004) desenvolveu a dimensão de exploração que não havia sido aprofundada na Teoria do Apego e propôs uma nova teoria, complementar à Teoria do Apego, denominada Teoria da Relação de Ativação, para explicar a relação de apego entre pai e criança. Esse vínculo afetivo entre pai (ou outro cuidador) e criança é chamado de relação de ativação, e se desenvolve quando o pai realiza a função de abertura ao mundo com a criança (Dumont & Paquette, 2013; Paquette, 2004, 2014).

A abertura ao mundo trata dos comportamentos parentais em si nas dimensões de estimulação e disciplina, complementares à dimensão de cuidado da Teoria do Apego. Ou seja, o pai seria a primeira figura de ativação da crianças, enquanto a mãe seria a primeira figura de apego (Bueno, 2018; Paquette, 2014). Ainda nesse sentido, a relação de ativação se mostra responsável por satisfazer a necessidade da criança de estimulação e imposição de limites ao mesmo tempo em que é protegida por uma figura de referência (Bueno, 2018; Paquette, 2004; Paraventi, Gomes, et al., 2017). Essa necessidade da criança é atendida através da abertura ao mundo, realizada por meio de práticas parentais que incentivam a criança a explorar o ambiente, assumir riscos controlados e persistir diante de adversidades em conjunto com práticas de disciplina que estabelecem os limites necessários para que a exploração da criança se desenvolva de maneira segura e protegida (Dumont & Paquette, 2013; Paquette, 2004; Paraventi, Gomes, et al., 2017).

A abertura ao mundo é realizada por meio de duas dimensões: Disciplina e Estímulo, que por sua vez se subdivide em Estímulo a assumir riscos e e Estímulo à perseverança (Paquette, 2004). Disciplina refere-se ao estabelecimento de limites para garantir a segurança e a proteção da criança e à punição relacionada à demonstração de raiva, ao uso de força física, e à repreensão da criança se ela desobedece, não se esforça ou quebra alguma coisa (objeto ou regra) (Bueno, 2018). Essa

dimensão é fundamental para que a estimulação não ocorra de forma negligente e para proteger a criança, e reflete comportamentos parentais que objetivam o controle e supervisão do comportamento da criança.

A subdimensão Estímulo a assumir riscos inclui atividades que promovem competências desportivas e motoras, e que incentivam a exploração do ambiente e a assumir riscos controlados, assim como proposto na dimensão Desenvolvimento de Hoghughi (2004). Já Estímulo à perseverança engloba práticas que promovem a competência artística e/ou cultural, e inculcar valores como persistência, coragem, tolerância, honestidade e respeito. A subdimensão de Cuidado social proposta no modelo original de Hoghughi (2004) pode ser compreendida como parte do Estímulo à perseverança, pois faz parte do conceito desta dimensão o incentivo ao contato social com pares ou adultos, promove a integração da criança e capacita diante de responsabilidades.

Estudos apontam que as dimensões de Estímulo a assumir riscos e Estímulo à perseverança estão relacionadas a um melhor ajustamento psicossocial, maior competência social, menos sintomas de hiperatividade, maior autonomia, capacidade de controlar riscos e agressividade, e maior assertividade (Dumont & Paquette, 2013; Gaumon & Paquette, 2013; Gaumon et al., 2016; Paquette & Bigras, 2010; Paquette, Eugene, Dubeau, & Gagnon, 2009; StGeorge et al., 2015). A estimulação, realizada por meio de jogos físicos, pode auxiliar a criança a encarar um mundo competitivo de maneira socializada, pois aprendem a se autorregular, controlar as frustrações e respeitar a hierarquia (Flanders, Leo, Paquette, Pihl, & Seguin, 2009; Paquette, Carbonneau, Dubeau, Bigras, & Tremblay, 2003).

Apesar de a teoria centralizar-se na figura paterna, a mãe também pode realizar abertura ao mundo e ativar a criança, da mesma forma que o pai pode se constituir como uma figura de apego (Paquette & Bigras, 2010). Os estudos sugerem que o pai é uma figura particularmente importante para realizar a abertura ao mundo, porém essa função não é exclusiva do pai, as mães também podem exercê-la (Gaumon, 2013). Normalmente, ocorre um equilíbrio entre estes dois tipos de relação com a criança, onde a exploração é facilitada pelo sentimento de segurança despertado na relação de apego com a mãe e estimulada pelo incentivo ao risco controlado na relação de ativação com o pai ou vice-versa (Bueno, 2018; Gaumon, 2013; Paquette, 2014). O que importa é a complementaridade e aditividade nos papéis para que todas as necessidades da criança sejam alcançadas.

4.2.3 Teoria de Hoffman

A dimensão disciplina foi pensada por Hoffman (1963, 1970, 1994) como um conjunto de práticas de afirmação de poder, indução e retirada de afeto realizadas pelos pais que objetiva o desenvolvimento moral e empático da criança. A Disciplina e parte do Desenvolvimento propostos por Hoghugh (2004) vão ao encontro desta concepção, pois estão associados a estabelecer e reforçar limites para a criança em relação a comportamentos e inculcar de valores socialmente apropriados que têm ligação com a moralidade e empatia da criança.

A disciplina é classificada em duas categorias: indutiva e coercitiva. A disciplina indutiva objetiva a alteração voluntária do comportamento, encoraja a criança a aceitar a responsabilidade pelas suas ações e a levar em consideração o outro (Carlo, Knight, McGinley, & Hayes, 2011; Valente, 2009). São realizadas por meio de comunicação verbal com o intuito de advertir, apelar a valores morais, explicitar a necessidade de seguir regras de forma que a criança entenda e obedeça (Hoffman, 1963, 2010). É caracterizada por práticas que comunicam e explicam a necessidade de alteração do comportamento, fazem a criança refletir logicamente sobre a situação, alertam sobre as consequências e implicações das ações da criança. Para que esta disciplina ocorra de forma eficaz, é necessário que seja carregada de afeto e de oportunidades para a criança expressar suas opiniões (Cruz, 2005; Hastings, McShane, Parker, & Ladha, 2007), o que colabora para a adesão da criança às suas orientações e a longo prazo parecem ter efeitos duradouros de introjeção das regras de conduta (Malti, Eisenberg, Kim, & Buchmann, 2013; Padilla-Walker, Nielson, & Day, 2016).

A disciplina coercitiva é utilizada para o fortalecimento do poder parental e para modificar comportamentos indesejados das crianças, incluindo práticas de afirmação de poder e retirada de afeto. As práticas recorrentes são punição física, uso de força pelos pais, retirada de privilégios e de afeto, ameaças, expressão de raiva, frustração, desapontamento e hostilidade (Hastings et al., 2007; Hoffman, 1963, 1994). Não há explicação ou negociação, a vontade dos pais é imposta, a opinião da criança não é considerada, e a ênfase é dada nas consequências do comportamento para a própria criança e não em relação aos outros, a criança não adquire capacidade de compreender as implicações de sua ação (Hoffman, 1994, 2010; Hoffman & Saltzstein, 1967). Essas práticas parentais são uma forma de controle imediato que induzem o medo e a agressão na criança, e não desenvolvem uma motivação intrínseca na criança para mudar o comportamento ou

introeção a longo prazo das normas de conduta (Cruz, 2005; Valente, 2009; Verhoeven et al., 2017).

Os efeitos da disciplina para o desenvolvimento social e emocional da criança são relatados por uma ampla gama de estudos. A disciplina indutiva foi relacionada com favorecimento da autonomia, interiorização de padrões de comportamento, avançado comportamento moral e pró-social, respeito e empatia (Alvarenga & Piccinini, 2001; Bolsoni-Silva & Marturano, 2002; Hoffman, 1994, 2010; Malti et al., 2013; Sabbag, 2017). Já a disciplina coercitiva tem sido relacionada a repercussões negativas como problemas de externalização e internalização, agressividade e hostilidade, medo e ansiedade, dificuldades escolares, sentimento de incapacidade, falta de autonomia e dificuldade de desenvolvimento do comportamento pró-social (Alvarenga & Piccinini, 2001; Bolsoni-Silva & Marturano, 2002; Goelman, Zdaniuk, Boyce, Armstrong, & Essex, 2014; Hoffman, 1994; Lysenko, Barker, & Jaffee, 2012; Verhoeven, Junger, van Aken, Deković, & van Aken, 2010a; Verhoeven, Junger, van Aken, Deković, & van Aken, 2010b).

4.2.4 Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano

O aporte teórico sobre parentalidade destaca a multidimensionalidade e multideterminação de tal fenômeno o que aponta a necessidade de considerá-lo a partir de uma perspectiva capaz de abarcar sua complexidade considerando seus aspectos culturais, históricos, contextuais e processuais. A Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH) de Urie Bronfenbrenner (2005) compreende que o desenvolvimento humano ocorre nas interações entre indivíduo e seu contexto de vida. Seu foco são os processos de trocas recíprocas e progressivamente mais complexas que transcorrem entre os aspectos biopsicológicos da pessoa em interação com os sistemas dos quais faz parte ao longo do ciclo de vida. A compreensão de desenvolvimento humano proposta pela TBDH é capaz de abarcar a complexidade do fenômeno parentalidade a fim de explicar os processos que nele ocorrem, portanto, será utilizada como base teórica deste estudo. Nesta teoria o desenvolvimento humano é estudado situado num espaço e tempo social e historicamente determinado, por meio da interação dinâmica entre quatro núcleos inter-relacionados: o Processo, a Pessoa, o Contexto e o Tempo (PPCT) (Bronfenbrenner, 2005; Bronfenbrenner & Morris, 2006).

O Processo ocupa o lugar de maior relevância nesse modelo e é a força propulsora do desenvolvimento (Bronfenbrenner & Morris, 2006).

Pode ser compreendido como formas particulares de interação entre a pessoa e o ambiente cada vez mais complexas chamadas processos proximais (PP). Para que esses processos ocorram de forma integral é necessário que a pessoa esteja engajada em uma atividade, suficientemente longa e progressivamente mais complexa e através de períodos regulares de tempo. Ademais, deve haver reciprocidade nas relações interpessoais que a atividade envolve, e os seus elementos devem estimular a atenção, exploração, imaginação e manipulação da pessoa em desenvolvimento (Bronfenbrenner & Morris, 2006). Logo, a parentalidade é um processo proximal, pois se trata de uma relação que acontece regularmente ao longo do tempo, com interações progressivamente mais complexas entre pais e filhos, na qual há reciprocidade e estimulação por meio das atividades parentais.

Os PP ocorrem em interações solitárias da pessoa com objetos e símbolos em seu meio, diádicas entre duas pessoas, triádicas entre três pessoas e poliádicas entre mais pessoas (Bronfenbrenner, 2005), sendo que a parentalidade constitui-se como um sistema diático de interação interpessoal. As díades são uma unidade funcional mínima, base para os demais sistemas de interação e importante contexto de desenvolvimento e seu poder desenvolvimental está relacionado a três propriedades: reciprocidade, equilíbrio de poder e relação afetiva (Bronfenbrenner, 1979).

A reciprocidade está relacionada à dinâmica da relação diática caracterizada pela influência mútua dentro da relação interpessoal, ou seja, o que um faz influencia o outro, e vice-versa. Na parentalidade há relação de reciprocidade o que aumenta a capacidade de interação e a torna cada vez mais complexa, estimulando o desenvolvimento cognitivo e social da criança pertencente à díade, resultado significativo e positivo para o processo de aprendizagem infantil (Bronfenbrenner, 1979). Na relação pais-filhos há uma hierarquia e apesar de os processos serem recíprocos, nem sempre há o equilíbrio de poder. Nesse caso, os pais detêm o domínio da relação e passam gradualmente esse poder para o filho que está em desenvolvimento, respeitando suas capacidades e necessidades, proporcionando à criança a aquisição de autonomia (Bronfenbrenner, 1979).

Nessa relação estabelecida pela parentalidade os integrantes da díade estão propensos a estabelecer e perpetuar sentimentos um em relação ao outro, configurando a terceira propriedade, a relação afetiva. Esses sentimentos podem ser positivos, negativos, ambivalentes ou assimétricos e quanto mais positivos e recíprocos maior é a efetividade dos PP resultando em efeito de competência para o desenvolvimento

(Bronfenbrenner, 1979). Entretanto, se a relação estabelecida for irregular e breve, prejudicando algum fator dos PP, isso pode resultar em efeito disruptivo (Bronfenbrenner & Evans, 2000).

A competência na parentalidade está relacionada à aquisição e desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e capacidades de pais e filhos na condução e direcionamento de seus próprios comportamentos. Tais fatores podem atingir os domínios intelectual, físico, motivacional, sócio-emocional ou artístico (Bronfenbrenner & Evans, 2000). Os pais expressam competência, por exemplo, ao exercerem as atividades parentais de forma afetiva e sensível, com práticas de cuidado, disciplina e desenvolvimento adequadas às necessidades da criança. As crianças, por sua vez, demonstram competência ao apresentarem comportamentos pró-sociais. Já os efeitos disruptivos na parentalidade se apresentam como manifestações recorrentes de dificuldades de manutenção do controle e de integração dos comportamentos (Bronfenbrenner & Evans, 2000). A parentalidade em que as práticas não estão adequadas ao pleno desenvolvimento da criança, com o uso de disciplina coercitiva, falta de cuidado e incentivo, por exemplo, é uma demonstração de efeito disruptivo para os pais. Nas crianças o efeito disruptivo pode aparecer quando há dificuldades de comportamento, como hiperatividade, sintomas emocionais negativos, dificuldade de relacionamento com os pares ou problemas de conduta.

A efetividade dos PP e seus efeitos irão depender das características pessoais dos integrantes da díade que compõem o núcleo Pessoa do modelo PPCT. A pessoa em desenvolvimento é constituída tanto por suas características biopsicológicas, quanto por aquelas construídas na interação com o ambiente. Esse conjunto de características, ora mutáveis ora estáveis, é produtor e produto do desenvolvimento dinâmico e não linear (Bronfenbrenner, 2005). Quando se fala de parentalidade o elemento pessoa pode ser centrado nas características do pai e da mãe como a personalidade, saúde física e mental, e motivação, e também nas características da criança como suas capacidades, dificuldades ou temperamento.

As características podem ainda ser divididas em três tipos: Demanda, Disposição e Recurso (Bronfenbrenner & Morris, 2006). Características da pessoa que favorecem ou desencorajam as reações ambientais, agindo a favor ou contra os processos proximais, são chamadas de Demanda, por exemplo, a aparência e personalidade de pais e filhos. Disposição são as características comportamentais que impulsionam os processos proximais como engajar-se em atividades e responsividade, ou que os inibem, como irresponsabilidade, desatenção

e apatia (Bronfenbrenner & Morris, 2006; Wendt, 2006). Recurso são características biopsicológicas como deficiências e habilidades que influem na capacidade de engajamento da pessoa nos processos proximais (Bronfenbrenner & Morris, 2006). As deficiências podem ser condições que limitam o funcionamento integral tanto dos pais quanto dos filhos, por exemplo, as alterações genéticas e deficiências físicas. As habilidades também são características relacionadas às capacidades, conhecimentos e experiências de pais e filhos (Bronfenbrenner & Morris, 2006; Wendt, 2006).

O terceiro núcleo corresponde ao Contexto, ambiente global em que a pessoa está inserida e onde ocorrem as interações, e abrange quatro níveis ambientais denominados microsistema, mesossistema, exossistema e macrosistema (Bronfenbrenner, 1993). O microsistema é o contexto de relações imediatas, de interações face-a-face, e no caso da parentalidade o microsistema de maior significância é a família frente às atividades e relações interpessoais que constroem esse microsistema. O mesossistema corresponde à interrelação entre dois ou mais ambientes em que a pessoa participa ativamente, alterado quando ela entra num novo ambiente ou quando se retira de um. A inter-relação entre o sistema parental e o sistema conjugal ou com a escola são um exemplo de mesossistema. O exossistema é composto por ambientes não frequentados pela pessoa, mas que de alguma forma influencia o seu desenvolvimento, por exemplo, o trabalho dos pais que pode ter influência no exercício da parentalidade. Por fim, o macrosistema é o ambiente que engloba todos os outros sistemas, composto pela interconexão entre valores, crenças, religiões, políticas sociais, políticas econômicas, culturas, e outros elementos do dia-a-dia que influenciam o desenvolvimento da pessoa (Bronfenbrenner, 1993), neste caso, a interconexão entre os micro-, meso-, e exossistemas existentes dentro de uma cultura ou subcultura que influenciam a parentalidade.

O Tempo é o último núcleo do modelo PPCT, corresponde às influências do tempo no desenvolvimento da pessoa e em mudanças no ambiente, sendo dividido em microtempo, mesotempo e macrotempo (Bronfenbrenner, 1993). No microtempo ocorrem as continuidades e descontinuidades dos episódios dos processos proximais gerando estabilidade ou instabilidade no ambiente, como a interação do pai ou da mãe com a criança em um momento específico, como cuidar da higiene da criança. No mesotempo considera-se a frequência e regularidade dos processos proximais desde dias até anos, aqui se encaixa a parentalidade. O macrotempo está relacionado às mudanças e transições sociais ao longo das gerações, assim como a forma com que tais eventos

afetam a pessoa em desenvolvimento ao longo do ciclo de vida, por exemplo, o momento sócio-histórico de realização desta pesquisa no qual se espera uma parentalidade tanto de mães quanto de pais de forma similar (Bronfenbrenner & Morris, 2006).

Compreender a parentalidade com base na TBDH ressalta o caráter relacional desse fenômeno que é produto e produtor do desenvolvimento de pessoas, em determinados contextos e tempos. As atividades parentais exercidas na interação com a criança podem ser vistas como processos proximais que resultam em efeitos de competência ou efeitos disruptivos tanto para os pais quanto para os filhos. As características dos pais e das crianças podem ser consideradas no elemento Pessoa, a família como Contexto principal, e o período sócio-histórico de similaridade na parentalidade materna e paterna como elemento Tempo importante para a compreensão da parentalidade.

4.3 Mensuração da parentalidade

Por ser um construto recente, a diversidade de modelos de parentalidade se reflete na existência vários conceitos, dimensões, instrumentos e maneiras de mensurar a parentalidade. As pesquisas sobre parentalidade têm acessado o construto por meio de observações, entrevistas ou questionários, e também neste campo não há um consenso sobre qual método traduz empiricamente a parentalidade da maneira mais adequada (Bögels & Melick, 2004; Gaylord, Kitzmann, & Coleman, 2003).

Os estudos de Collett, Gimpel, Greenson e Gunderson (2001), Dadds, Maujean e Fraser (2003), Reitman, Rhode, Hupp e Altobello (2002) e Rhoades e O'Leary (2007) apontaram que os métodos desenvolvidos para acessar a parentalidade mostraram-se inconsistentes e as propriedades psicométricas dos instrumentos indicaram problemas de validade. Além disso, Skinner et al. (2005) ressaltam que os modelos tradicionais de mensuração assumem a bipolaridade das dimensões da parentalidade, porém os resultados de sua pesquisa reforçam que a parentalidade é melhor representada por múltiplas dimensões. Essa falta de congruência e inconsistências limitam o progresso de determinar as dimensões centrais da parentalidade pela falta de um modelo dimensional abrangente consistente, e limitam a mensuração do construto a partir de um instrumento que represente um melhor custo-benefício e que seja psicometricamente confiável (Arnold, O'Leary, Wolff, & Acker, 1993; Essau, Sasagawa, & Frick, 2006; Locke & Prinz, 2002; Parent & Forehand, 2017; Reid et al., 2015).

O consenso mais aparente na literatura sobre parentalidade refere-se à necessidade de combinação de diferentes métodos de coleta de dados com múltiplas fontes de informação como a forma mais compreensiva e válida de medir a parentalidade (Bornstein & Toole, 2010; Harvey, Danforth, Ulaszek, & Eberhardt, 2001; Lovejoy et al., 1999). Entretanto a falta de consenso sobre as dimensões da parentalidade e as definições de seu conceito, leva a discrepâncias entre o que é medido, por exemplo, por observação daquilo que é medido pelos questionários, limitando as comparações (Lovejoy et al., 1999). Diante deste cenário, o uso de questionários tem sido o método que apresenta um melhor custo-benefício, capacidade de comparação, propriedades psicométricas mais confiáveis e a possibilidade de alcançar um maior número de informações e informantes em múltiplos contextos (Hurley et al., 2014; Lovejoy et al., 1999; Reid et al., 2015; Zaslow et al., 2006).

As revisões sobre as propriedades psicométricas das medidas existentes de parentalidade realizadas por Hurley et al. (2014) e Locke e Prinz (2002) e o estudo de Reid et al. (2015) demonstraram que a maioria dos instrumentos para acessar a parentalidade revisados não apresentaram propriedades psicométricas boas o suficiente que indicassem o seu uso em estudos futuros ou na prática profissional sem maiores revisões ou estudos de validade. O estudo de Reid et al. (2015) aponta, ainda, que aparentemente nenhum dos instrumentos abarca todas as dimensões de parentalidade que poderiam ser investigadas, por exemplo, suporte à autonomia.

Após uma vasta revisão da literatura em busca dos instrumentos existentes para avaliar a parentalidade com foco em crianças pré-escolares e com base nos estudos de Hurley et al. (2014), Locke e Prinz (2002) e Reid et al. (2015), dois instrumentos destacaram-se por serem os mais utilizados para medir parentalidade, apresentarem dimensões mais abrangentes e individualizadas, por indicarem maiores dados com relação às suas propriedades psicométricas, e por terem sido adaptados transculturalmente com versões para pelo menos quatro países, sendo eles: *Alabama Parenting Questionnaire* (APQ) e *Parenting Styles and Dimensions Questionnaire* (PSDQ).

O APQ foi desenvolvido por Shelton, Frick e Wootton (1996) e avalia as práticas parentais por meio de cinco dimensões da parentalidade: Envolvimento, Monitoramento/Supervisão Insuficiente, Parentalidade Positiva, Disciplina Inconsistente e Punição Corporal. Possui uma versão em formato de questionário a ser respondida pelos pais, uma pelas crianças e uma terceira a ser aplicada por meio de

entrevista telefônica para pais e crianças. O instrumento em destaque pela revisão de literatura se refere à versão de questionário aplicada aos pais que contém 42 itens respondidos numa escala de frequência de cinco pontos, variando de nunca a sempre, validada com uma amostra de 160 mães com filhos entre 6 e 13 anos. A estrutura fatorial foi pré-determinada com base na validade aparente diante do tamanho inadequado da amostra para realização de análise fatorial. O *alfa* de Cronbach apontou consistência interna boa para as dimensões Envolvimento e Parentalidade Positiva com valor igual a 0,80, minimamente adequada para Monitoramento/Supervisão Insuficiente e Disciplina Inconsistente com valor 0,67 e inadequada para Punição Corporal com valor 0,46.

O APQ para pais com crianças pré-escolares foi adaptado e avaliado em diversas populações: australiana por Dadds et al. (2003), americana por Clerkin, Halperin, Marks e Policaro (2007), espanhola por de la Osa, Granero, Penelo, Domènech e Ezpeleta (2014) e chilena por Cova et al. (2017). O estudo de Dadds et al. (2003) avaliou somente as propriedades psicométricas dos 42 itens, mantendo a estrutura das cinco dimensões originais que apresentaram consistência interna acima de 0,70 nas dimensões. Exceto Monitoramento/Supervisão Insuficiente e Punição Corporal que apresentaram *alfa* 0,59 e 0,55 respectivamente. Clerkin et al. (2007) propuseram o APQ-Pr com 24 itens derivados da versão original específicos para crianças pré-escolares organizados em três fatores de acordo com a análise fatorial exploratória: Parentalidade Negativa/Inconsistente ($\alpha = 0,74$) e Parentalidade Positiva ($\alpha = 0,82$) com níveis aceitáveis de consistência interna e Parentalidade Punitiva ($\alpha = 0,63$) com valor minimamente adequado. A dimensão Monitoramento/Supervisão Insuficiente se mostrou inadequada para a amostra de pré-escolares. As dimensões Envolvimento e Parentalidade Positiva agruparam-se em uma única dimensão, como sugerido nos estudos de Dadds et al. (2003) e Shelton et al. (1996).

A análise fatorial confirmatória (AFC) do estudo de de la Osa et al. (2014) que utilizou o APQ-Pr sustentou a estrutura trifatorial proposta por Clerkin et al. (2007) com consistência interna avaliada pelo ômega de 0,86 para Parentalidade Positiva, 0,70 para Parentalidade Inconsistente e 0,54 para Parentalidade Negativa. O estudo de Cova et al. (2017), também por meio de AFC do APQ-Pr, gerou uma estrutura de quatro fatores como a mais adequada. As dimensões apresentaram consistência interna adequada acima de 0,65 Reforço Positivo ($\alpha=0,65$ e $\omega=0,74$), Envolvimento Parental ($\alpha=0,67$ e $\omega=0,70$), Inconsistência das

Práticas Disciplinares ($\alpha=0,70$ e $\omega=0,71$), exceto Práticas Punitivas ($\alpha=0,34$ e $\omega=0,42$) que apresentou consistência muito baixa.

Como visto, a estrutura fatorial do APQ não demonstrou consistência entre os estudos. Práticas Positivas e Envolvimento ora se mostram unidimensionais, ora como fatores separados. A dimensão Monitoramento/Supervisão Insuficiente como foi proposta parece não se adequar à população com crianças pré-escolares. Outro fator relevante foi a instabilidade e baixa confiabilidade do fator práticas punitivas/punição física em todos os estudos de validação, indicando que os itens deste fator devem ser revistos. De modo geral, à sua maneira em cada estudo, todas as dimensões do APQ e do APQ-Pr mostraram-se correlacionadas ao comportamento da criança, principalmente com problemas de externalização e internalização (Clerkin et al., 2007; Cova et al., 2017; Dadds et al., 2003; de la Osa et al., 2014; Shelton et al., 1996).

O PSDQ foi desenvolvido por Robinson, Mandleco, Olsen e Hart (2001) como uma adaptação do *Parenting Practices Questionnaire* (PPQ) (Robinson, Mandleco, Olsen, & Hart, 1995). O PPQ reflete o momento de transição em relação à natureza das dimensões da parentalidade, pois acessa as variáveis mais centradas nas práticas parentais, mantendo também o acesso aos estilos. Assim, como um dos primeiros exemplos de instrumento a mensurar ambos construtos, o *Child Rearing Practices Report* (CRPR) desenvolvido por Block (1965) que deu origem aos itens do PPQ e conseqüentemente do PSDQ.

O PSDQ é uma versão abreviada do PPQ com 32 itens que avalia os estilos parentais e suas dimensões subjacentes por meio de uma escala de frequência de cinco pontos que varia de nunca a sempre. É composto por três estilos e sete dimensões: Autoritativo ($\alpha = 0,83$) – Afeto/Envolvimento, Regulação e Concessão de Autonomia; Autoritário ($\alpha = 0,81$) – Hostilidade Verbal, Coerção Física e Não-Indutivo/Punitivo; e Permissivo ($\alpha = 0,65$) – Indulgente. Foi validada com uma amostra de 1251 pais e mães, americanos, com filhos em idade pré-escolar e escolar. A análise fatorial confirmatória replicou a estrutura de três fatores principais do PPQ segundo os estilos parentais com consistência interna entre boa e aceitável para os três fatores (Robinson et al., 2001).

Uma versão do PSDQ com 27 itens foi validada para a Turquia (Önder & Gülay, 2009) com uma amostra de 320 mães e pais de crianças pré-escolares. Foi confirmada a solução trifatorial, com consistência interna igual a 0,71 para Autoritário, 0,84 para Autoritativo e 0,38 para Permissivo. Não foram relatados dados sobre as dimensões

subjacentes aos estilos. Para a Itália, o PSDQ com 16 itens foi validado com uma amostra de 582 pais e mães de crianças pré-escolares e escolares (Confalonieri, Giuliani, & Tagliabue, 2009). Apresentou estrutura com dois fatores e cinco dimensões subjacentes: Autoritativo – Regulação/Raciocínio, Concessão de Autonomia/Participação Democrática; e Autoritário – Hostilidade Verbal, Coerção Física e Diretividade. A consistência interna foi minimamente adequada para as cinco dimensões variando de 0,52 a 0,69, e não foram reportados valores de consistência interna dos estilos.

A versão portuguesa do PSDQ denominada Questionário de Estilos e Dimensões Parentais (QDEP) (Pedro et al., 2015) foi validada com uma amostra de 2081 pais e mães com filhos entre 3 e 15 anos. A análise fatorial confirmatória reforçou a melhor adequação da estrutura de três fatores e seis dimensões, com consistência interna variando entre boa e minimamente adequada: Autoritativo ($\alpha=0,88$) - Ligação, Regulação e Autonomia; Autoritário ($\alpha=0,73$) Coerção Física, Hostilidade Verbal e Punição; e Permissivo ($\alpha=0,62$). Não foram verelados dados sobre a consistência interna de cada dimensão. Uma versão do PSDQ foi recentemente validada para o Brasil por Oliveira et al. (2018) com uma amostra de 451 mães com filhos entre 3 e 18 anos. A análise fatorial confirmatória ds 32 itens replicou a estrutura fatorial do instrumento original de três fatores (estilos) e sete dimensões com consistência interna variando entre boa e minimamente adequada: Autoritativo ($\omega=0,85$) - Afeto/Suporte ($\omega=0,73$), Regulação ($\omega=0,76$) e Autonomia ($\omega=0,68$); Autoritário ($\omega=0,83$) - Coerção Física ($\omega=0,78$), Hostilidade Verbal ($\omega=0,76$) e Punição ($\omega=0,61$); e Permissivo ($\omega=0,63$) - Indulgente ($\omega=0,63$).

Foram apontadas correlações entre os estilos e dimensões do PSDQ com o desenvolvimento sócio-emocional da criança (Confalonieri et al., 2009; Oliveira et al., 2018; Önder & Gülay, 2009; Pedro et al., 2015; Robinson et al., 2001). As versões validadas nos deferentes contextos demonstraram falta de consistência na estrutura fatorial, tanto para os fatores primários (estilos), quando para os secundários (dimensões). A consistência interna se mostrou estável e boa para os estilos Autoritativo e Autoritário, porém o estilo permissivo se mostrou minimamente adequado na maioria. Somente dois estudos reportaram dados sobre a consistência interna de cada dimensão subjacente aos estilos, sendo que no estudo de Confalonieri et al. (2009) elas se mostraram minimamente adequadas e no estudo de Oliveira et al. (2018) se mostraram minimamente adequadas a boas, das quais a

dimensão Punição foi a que apresentou menor consistência interna assim como no APQ.

Um terceiro instrumento emergiu na revisão de literatura realizada para o presente estudo chamado *Comprehensive Early Childhood Parenting Questionnaire* (CECPAQ). É um instrumento recém-construído, portanto, ainda pouco utilizado, que se propõe a mensurar dimensões mais abrangentes da parentalidade com crianças pré-escolares. A construção e validação inicial do CECPAQ foram apresentadas por Verhoeven et al. (2017). Este instrumento se propõe a avaliar cinco domínios da parentalidade, cuja consistência interna está apresentada para mães e pais, respectivamente: Suporte ($\alpha = 0,88/0,88$), Estimulação ($\alpha = 0,82/0,86$), Estrutura ($\alpha = 0,75/0,77$), Disciplina Severa ($\alpha = 0,79/0,79$) e Disciplina Positiva ($\alpha = 0,76/0,77$). É composto por 54 itens respondidos em uma escala de frequência de seis pontos, variando de nunca a sempre. Para nove itens a escala também é de seis pontos, mas variam entre uma resposta efetiva e uma resposta ineficaz à situação parental apresentada. Foi validado com uma amostra de 1139 mães e 526 pais na Holanda. Este instrumento apresentou dimensões similares e propriedades psicométricas boas e mais elevadas quando comparado ao PSDQ e ao APQ.

No Brasil, a parentalidade foi medida, até então, por meio dos estilos parentais e das práticas parentais. A revisão de literatura de Macarini, Martins, Minetto e Vieira (2010) indica que as pesquisas brasileiras utilizaram principalmente dois instrumentos para acessar as práticas parentais: Escala de Práticas Parentais (Teixeira, Bardagi, & Gomes, 2004) e o Inventário de Estilos Parentais (Gomide, 2006). Apesar do uso de ambos com a população pré-escolar, eles são validados somente para adolescentes. O estudo recente de Valadão (2018) apresentou as evidências de validade para o Brasil de um instrumento amplamente utilizado na literatura internacional para avaliar as práticas parentais, o *Child Rearing Practices Report* (CRPR), cujas propriedades psicométricas e estrutura fatorial (dois estilos e seis dimensões subjacentes) mostraram-se adequadas para avaliar dimensões mais abrangentes da parentalidade de pais com crianças pré-escolares no contexto brasileiro.

A literatura nacional sobre parentalidade se mostrou escassa após a revisão, principalmente no quesito instrumentos de medida para avaliar a parentalidade com crianças pré-escolares. As versões para o

Brasil do PSDQ (Oliveira et al., 2018) e do CRPR³ (Valadão, 2018) mostraram-se as mais promissoras para acessar dimensões mais abrangentes da parentalidade com crianças pré-escolares que tenham evidências de validade e propriedades psicométricas minimamente adequadas para o Brasil. Porém, são instrumentos recentemente utilizados no Brasil, cujas consistências psicométricas ou empíricas para a população brasileira ainda necessitam de maior confirmação.

³ Informações detalhadas sobre o CRPR e sua validação para o Brasil estão descritas no tópico “Instrumentos” do método desta dissertação.

5 MÉTODO

5.1 Delineamento

Este estudo é referente à construção de um instrumento de medida e à busca de suas evidências de validade. Caracteriza-se como exploratório e descritivo, pois visa proporcionar uma visão geral acerca do novo instrumento proposto - Inventário de Dimensões da Parentalidade (IDP) por meio da descrição de sua precisão e de suas propriedades psicométricas que darão suporte à investigação de sua eficácia e utilização.

Trata-se de um estudo transversal, pois analisou e descreveu um momento específico da trajetória de vida dos participantes, em um tempo e espaço determinados. Buscou-se a obtenção de um panorama abrangente acerca da parentalidade conferindo à pesquisa o caráter de levantamento. A técnica para coleta de dados empregada foi pesquisa de campo com observação por meio de questionários. A abordagem dos dados foi quantitativa, pois traduz os dados obtidos em valores numéricos e suas análises estão baseadas em procedimentos estatísticos (Gil, 2008; Sampieri, Collado, & Lucio, 2013).

5.2 Contextos

Contexto da Pesquisa

Esta dissertação faz parte de um contexto de pesquisa mais abrangente intitulado “*Relações entre envolvimento e práticas parentais, funcionamento familiar, coparentalidade e comportamento da criança pré-escolar*”, coordenado pelo professor doutor Mauro Luís Vieira em parceria com as professoras doutoras Maria Aparecida Crepaldi, Ana Maria Xavier Faraco e Elisângela Böing. Foi desenvolvido pelo NEPeDI em parceria com o LABSFAC, núcleos de pesquisa pertencentes à área de Saúde e Desenvolvimento Psicológico do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGP/UFSC). Configurou-se como uma continuação e ampliação do projeto intitulado “*Envolvimento paterno no contexto familiar contemporâneo*” desenvolvido pela equipe supracitada, e foi financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Contexto da Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada, entre 2014 e 2016, simultaneamente em cidades dos três Estados da região Sul do Brasil. Em Santa Catarina, efetuou-se a coleta em três cidades da região da Grande Florianópolis e duas do Vale do Itajaí. Foram selecionadas nove cidades da região Oeste do Paraná e quatro da região Nordeste do Rio Grande do Sul. Dentre as dezoito cidades, a variação da população é de 6 mil a 450 mil habitantes (IBGE, 2016). As cidades foram incluídas para promover a variabilidade da amostra e selecionadas por acessibilidade dos pesquisadores.

5.3 Participantes

Participaram da pesquisa 168 famílias biparentais heteroafetivas com pelo menos um(a) filho(a) entre quatro e seis anos de idade, sendo 168 mães biológicas (100%), 159 pais biológicos (94,6%), 9 padrastos (5,4%), 90 meninos (53,6%) e 78 meninas (46,4%). A escolha por pesquisar famílias biparentais justifica-se por casais com filhos representarem o núcleo familiar mais comum no país e corresponderem a 42,3% do total de arranjos familiares no Brasil (IBGE, 2016). As famílias foram acessadas através de instituições de educação infantil, selecionadas por acessibilidade, e também por “bola de neve” em que as famílias que participaram da pesquisa indicaram outras famílias como possíveis participantes (Gray, 2012).

O critério de saturação da amostra seguiu o indicado por Gaskin e Happell (2014) e Mundfrom, Shaw e Ke (2005) de um mínimo de 260 sujeitos para seis variáveis por fator e baixas comunalidades. Optou-se por essa razão considerando-se o nível mais baixo de comunalidade que os dados poderiam apresentar. Já a relação entre número de variáveis por fator baseou-se na hipótese de o novo instrumento carregar os itens nos fatores originais dos instrumentos utilizados para compor a *pool* de itens. Assim, a menor razão de número de variáveis por fator encontrada originalmente foi de seis itens.

A delimitação da idade da criança focal⁴, entre quatro e seis anos de idade, se justifica pelo fato de após os três anos de idade, as crianças ainda dependerem de um adulto, mas não necessariamente da mãe (Lamb, Pleck, Charnov, & Levine, 1985), mostrando-se mais abertas a estabelecer relações para além da díade mãe-criança, o que possibilita maior espaço para o pai desenvolver sua parentalidade. Ademais, na fase pré-escolar as crianças adquirem certa autonomia, começam a

⁴ O termo criança focal é utilizado para identificar o(a) filho(a) de referência nas respostas de pais e mães.

estabelecer relações sociais para além da família, e gradualmente, as brincadeiras e a comunicação adquirem um grau de maior complexidade, exigindo uma mudança nas atividades parentais que antes estavam mais voltadas ao cuidado direto (Fabes et al., 2008; Marin et al., 2011), demonstrando ser um período com maiores indicações dos comportamentos parentais nas dimensões da parentalidade indicadas como centrais.

Estabeleceu-se como critérios de inclusão na pesquisa que pais e mães deveriam ter idade mínima de 18 anos quando do nascimento da criança, pois nesta idade são legalmente responsáveis por suas ações e por considerar que a gravidez na adolescência possui especificidades que seriam variáveis intervenientes neste estudo. Deveriam também coabitar a pelo menos seis meses, por considerar como tempo hábil para um melhor estabelecimento das relações familiares. Além do mais, a criança focal deveria ter desenvolvimento típico⁵, pois o desenvolvimento atípico apresenta particularidades que não são o foco deste estudo.

5.4 Instrumentos

A escolha do *pool* de itens para compor o novo instrumento denominado Inventário de Dimensões da Parentalidade embasou-se em ampla revisão da literatura cujos pontos principais foram abordados no marco teórico deste estudo, pois segundo (DeVellis, 2016) o desenvolvimento de uma escala começa a partir da revisão na literatura sobre as principais dimensões que deverão fazer parte do instrumento.

Decidiu-se por avaliar a parentalidade com foco na frequência dos comportamentos parentais, pois pesquisas anteriores apontaram como a forma mais confiável de medir a parentalidade (Bornstein & Toole, 2010). Além disso, optou-se pelo formato de resposta em escala de 6 pontos (nunca, raramente, às vezes, regularmente, frequentemente e muito frequentemente), por sua capacidade de acessar e resumir comportamentos que ocorrem em vários contextos e em longos e estáveis períodos de tempo (Lovejoy et al., 1999; Zaslow et al., 2006). Por se tratar da construção e validação de um instrumento, o uso de seis categorias de resposta por item está em consonância com o método de análise dos dados que requer cinco categorias ou mais para que seja

⁵ Considerou-se o termo “desenvolvimento típico” para crianças que apresentam seu desenvolvimento geral em conformidade com o padrão de referência dentro do esperado para sua idade cronológica e maturação infantil segundo a Organização Pan-Americana de Saúde (2005).

possível realizar a análise fatorial dos dados (Ferrando & Anguiano-Carrasco, 2010; Lloret-Segura, Ferreres-Traver, Hernández-Baeza, & Tomás-Marco, 2014).

Os itens foram selecionados a partir de três questionários com evidências de validade para o Brasil e recomendados para mães e pais de crianças pré-escolares. O Questionário de Engajamento Paterno (Paquette, Bolté, Turcotte, Dubeau, & Bouchard, 2000) e o Questionário de Abertura ao Mundo (Paquette, Eugene, Dubeau, & Gagnon, 2009) foram eleitos diante das evidências de sua validade para a população brasileira e pela capacidade de acessar comportamentos paternos de forma mais específica (Bolze, 2011; Bossardi, 2011; Gomes, 2011) com a intenção de aprimorar a sensibilidade aos comportamentos paternos nos instrumentos de parentalidade, apontada como limitação nos estudos de Arney, Rogers, Baghurst, Sawyer e Prior (2008) e Lorber, Xu, Slep, Bulling e O'Leary (2014). Além disso, são itens que apresentaram boa qualidade psicométrica para avaliar comportamentos relacionados ao suporte à autonomia apontado como dimensão pouco explorada da parentalidade (Reid et al., 2015) e à punição cuja consistência interna se mostrou insuficiente na maioria dos instrumentos existentes (Cova et al., 2017; de la Osa et al., 2014; Oliveira et al., 2018; Önder & Gülay, 2009).

O *Child Rearing Practices Report* (Block, 1965) foi escolhido por ser um instrumento amplamente utilizado para acessar os comportamentos de mães e de pais, por conter itens que podem ser agrupados de acordo com os estilos parentais ou com suas dimensões subjacentes, além de sua contundente evidência de validade para a população brasileira apresentada no estudo de Valadão (2018). Este instrumento foi a principal referência na interpretação da solução de fatores para diferenciar se emergiram fatores primários relacionados aos estilos parentais ou às suas dimensões subjacentes.

A combinação de itens desses três instrumentos, a princípio, contempla uma ampla gama de comportamentos parentais que refletem as principais dimensões da parentalidade apontadas pela literatura (Hurley et al., 2014; Locke & Prinz, 2002; Reid et al., 2015; Verhoeven et al., 2017). Apresenta a possibilidade de medir comportamentos teoricamente vinculados à paternidade também para as mães, e vice-versa. Além disso, o desenvolvimento de um novo questionário pautado em itens pré-existentes reconhece a importância dos estudos anteriores, e garante minimamente uma consistência teórica e psicométrica inicial para o instrumento (DeVellis, 2016; Parent & Forehand, 2017; Reid et al., 2015).

A seleção de itens pré-estabelecidos e com evidências de validade para a população brasileira foi realizada com base em definição prévia do construto de forma que os itens escolhidos cobriram a maior parte dos aspectos relevantes do construto. Segundo Lloret-Segura et al. (2014), este processo foi importante para: 1) não haver omissão de aspectos relevantes da variável latente que poderia gerar uma baixa variância comum e fragilidades dos fatores comuns por insuficiência de definição; 2) não haver introdução de itens irrelevantes que poderiam gerar fatores comuns adicionais e muito além do esperado de acordo com a teoria; 3) excluir itens redundantes que naturalmente compartilham maior variância do que aquela diretamente explicada pelo fator comum, gerando fatores comuns mais isolados e difíceis de serem identificados e explicados.

Questionário Sociodemográfico (QS) (ANEXO A)

O QS foi elaborado por pesquisadores do NEPeDI e do LABSFAC da UFSC para acessar os dados sociodemográficos de famílias em pesquisas. Consiste em dezoito questões referentes a: dados da família (composição familiar, idade, sexo, escolaridade), dados de residência (cidade de residência e tipo de moradia) e dados de renda familiar (profissão, jornada de trabalho e renda mensal). Nesse estudo, esse instrumento será utilizado para fazer a caracterização sociodemográfica dos participantes.

Questionário de Engajamento Paterno (QEP) (ANEXO B)

O QEP foi construído pela equipe ProsPère no Canadá para avaliar o engajamento paterno. É composto por 56 itens distribuídos em sete dimensões: Suporte emocional, Abertura ao mundo, Cuidados básicos, Jogos físicos, Disciplina e Tarefas de casa. Acessadas por meio de duas escalas que avaliam a frequência com que os pais realizam determinadas atividades com os filhos(as). Sendo uma escala de frequência relativa de seis pontos (nunca, uma vez por mês, duas ou três vezes por mês, uma vez por semana, várias vezes por semana e todos os dias) e outra escala de frequência absoluta de cinco pontos (nunca, de vez em quando, regularmente, quase sempre e sempre). O instrumento original foi validado no Canadá com uma amostra de 468 famílias biparentais com pelo menos um(a) filho(a) com idade entre zero e seis anos. A confiabilidade foi mensurada por meio dos Alphas de Cronbach que variaram entre 0,72 e 0,86 (Paquette et al., 2000).

No Brasil, o processo de tradução e as evidências de validade foram apresentadas por Bossardi et al. (no prelo) num estudo com uma

amostra de 300 pais e mães brasileiros. A versão final do instrumento apresentou Alpha de Cronbach de 0,87 para o instrumento total e, entre 0,55 a 0,90 entre os fatores. Os 36 itens selecionados ficaram divididos em cinco dimensões que explicaram 47% da variância, sendo elas: Suporte emocional, Evocações, Disciplina, Cuidados diretos e indiretos (Cuidados básicos agrupada a Tarefas de casa) e, Jogos físicos e abertura ao mundo que é a junção das duas dimensões homônimas.

O QEP foi elaborado para acessar o engajamento paterno, mas pode ser aplicado também à mãe com a finalidade de estabelecer especificidades e semelhanças no envolvimento parental (Bossardi, 2015). Ademais, o índice de consistência interna do instrumento é considerado adequado o que possibilita sua aplicação também com mães (Dubeau, Devault, & Paquette, 2009; Paquette et al., 2000).

Neste estudo foram aplicados os 26 itens que correspondentes às dimensões: 1) Suporte emocional (14 itens: 10, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26): diz respeito a gestos e palavras que tranquilizam, acalmam e encorajam a criança. 2) Cuidados diretos e indiretos (12 itens: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 13, 14): engloba questões referentes ao fornecimento de cuidados diretos e indiretos essenciais à sobrevivência da criança como alimentar, dar banho, fazer compras e limpar a casa. Para efeitos de comparação entre as médias das dimensões dos itens que compõem os três instrumentos (QEP, QOM e CRPR) adaptou-se a escala original de cinco pontos para seis pontos (nunca, raramente, às vezes, regularmente, frequentemente e muito frequentemente), sendo que nas dimensões do QEP quanto maior a média, mais frequente é a realização das atividades referentes a cada dimensão.

Questionário de Abertura ao Mundo (QOM) (ANEXO C)

Construído por Paquette, Gagnon e Ramda com a colaboração de Gaudron para avaliar a frequência com que o pai exerce a Relação de Ativação em crianças pré-escolares (Paquette et al., 2009). Os 27 itens são avaliados numa escala de frequência de seis pontos (nunca, raramente, às vezes, regularmente, frequentemente e muito frequentemente) das atividades que o pai realiza com o(a) filho(a). Neste caso, a média de cada dimensão é diretamente proporcional à frequência das atividades realizadas, ou seja, quanto maior a média, maior a frequência, e vice-versa.

O instrumento acessa três dimensões: 1) Estímulo à Perseverança (treze itens: 2, 5, 12, 14, 16, 17, 19, 21, 22, 23, 24, 27): refere-se a estimular a criança a realizar tarefas difíceis, superar limites pessoais,

perseverar diante de adversidades, incentivar a prática esportiva, explorar o ambiente e tomar iniciativa de contato com crianças desconhecidas; 2) Estímulo a assumir riscos (oito itens: 1, 3, 6, 9, 10, 13, 15, 20): consiste em encorajar a criança a realizar atividades que envolvem um risco controlado e dar autonomia para a exploração do ambiente; 3) Punição (seis itens: 4, 7, 8, 11, 18, 25): diz respeito a punir ou repreender a criança caso ela desobedeça, quebre algo (objeto ou regra) ou não se esforce para realizar uma tarefa.

A validação do QOM foi feita no Canadá com uma amostra de 266 pais⁶ (207 quebequenses e 59 franceses) de crianças pré-escolares de dois a cinco anos de idade. Apresentou solução fatorial de três fatores que explicaram 42% da variância e índices de consistência interna adequados, sendo os seguintes valores de alpha de Cronbach para cada dimensão: 0,63 para Estímulo à perseverança, 0,60 para Estímulo a assumir riscos e 0,76 para Punição (Paquette et al., 2009). Esta mesma versão foi utilizada neste estudo.

No Brasil, para seu uso na pesquisa de Backes (2015) foi realizada a adaptação transcultural por meio dos processos de tradução, retradução e validação semântica. A análise de juízes foi realizada com três especialistas e resultou num Kappa de Fleiss de 0,92 (DP 0,08), valor aceitável de acordo entre os juízes para adequação dos itens aos fatores (Fleiss, 1981). As evidências de validade do QOM para a população brasileira estão descritas em artigo em processo de submissão. A análise fatorial apontou a necessidade de retirada de nove itens, com isso o número de itens e valores de alpha de Cronbach para cada dimensão foram: Estímulo à perseverança (sete itens e $\alpha=0,74$), Estímulo a assumir riscos (seis itens e $\alpha=0,74$) e Disciplina (5 itens e $\alpha=0,69$). Após a retirada dos itens o instrumento permaneceu tridimensional e explicou 36% da variância.

O uso do QOM para avaliar a relação do pai com a criança no contexto brasileiro também se mostrou viável na pesquisa de Paraventi, Bittencourt, et al. (2017) que realizou uma adaptação desse instrumento para avaliar a percepção de pessoas sem filhos sobre a função paterna de abertura ao mundo em relação aos filhos e às filhas. O estudo foi realizado com uma amostra de 218 universitários e resultou em propriedades psicométricas adequadas para seu uso. A análise fatorial indicou a necessidade de retirada de dois itens, e a estrutura fatorial

⁶ Exclusivamente neste caso, o termo “pais” refere-se ao plural de “pai” e não está acompanhado do contraponto “mães”, representando somente homens.

manteve-se em três fatores que explicaram 46% da variância. A consistência interna medida por meio do *Alfa de Cronbach* da escala geral e dos fatores nas duas versões variou de 0,71 a 0,87.

Assim como o QEP, o QOM foi elaborado para acessar uma função que seria específica do pai (Paquette, 2004). A viabilidade de emprego também com mães pode ser vista por meio da pesquisa de Koltermann et al. (submetido) que comparou o perfil de abertura ao mundo de pais e mães. Não foram apresentadas as propriedades psicométricas do instrumento nem o índice de confiabilidade nesta amostra. Mas os resultados indicaram diferentes frequências reportadas em cada dimensão pelas mães o que indica que o instrumento foi sensível ao captar os comportamentos maternos de abertura ao mundo.

Inventário de Práticas Parentais (CRPR) (ANEXO D)

O inventário de práticas parentais (Child-Rearing Practices Report – CRPR) (Apêndice C) foi elaborado por Jeanne H. Block para acessar atitudes, comportamentos, valores e objetivos parentais na criação dos filhos (Block, 1965). A escala original é constituída por 91 itens, divididos entre 28 a 33 fatores que permitem a distribuição em diversas categorias, administrados na forma “Q-sort” com escolha forçada com sete etapas de distribuição. Este formato de instrumento apresenta índices de moderado a baixos de confiabilidade e uma variedade grande e específica de escalas.

Para aumentar a qualidade e confiabilidade do instrumento Chuang, Chen e Shu (2013), Dekovic, Janssens e Gerris (1991), Gagnon (2012), Kochanska, Kuczynski e Radke-Yarrow (1989) e Rickel e Biasatti (1982) propuseram o uso de até 40 dos itens, avaliados por meio de uma escala de seis pontos que mostrou não afetar sua estrutura. As versões original e reduzida do CRPR mostraram-se estáveis e com boa confiabilidade ao longo do tempo para acessar as práticas parentais em pesquisas científicas e, também, em práticas clínicas e de aconselhamento (Dekovic et al., 1991; Gagnon, 2012; Stoltz & Dekovic, 2016). O uso da escala reduzida apresentou-se como vantajoso ao demandar menos tempo de aplicação e análise, e por acessar mais facilmente as dimensões mais relevantes das práticas parentais (Dekovic et al., 1991).

As pesquisas de Dekovic et al. (1991), Gagnon (2012) e Kochanska et al. (1989) a título de exemplo, apresentaram maior confiabilidade e estabilidade em suas respectivas amostras e contextos. Destacaram que a estrutura bifatorial do instrumento se manteve estável ao longo dos anos, ainda que diferentes nomenclaturas tenham sido

utilizadas. A dimensão que comporta características de práticas parentais autoritárias é composta por três subdimensões: a) Controle autoritário: imposições físicas e verbais, repreensões, punições, proibições, privação de privilégios, privação de afetos e uso de ameaças. b) Supervisão da criança: monitoramentos autoritários e constantes do comportamento da criança. c) Controle por indução de ansiedade: ameaças sobre as consequências dos atos infantis e controle sobre coisas ruins que podem acontecer com a criança. A dimensão com características de práticas parentais autoritativas agrega também três subdimensões: a) Orientação racional: propiciar à criança compreensão, explicar as implicações de seus comportamentos e as razões que podem justificar possíveis escolhas em suas ações. b) Encorajamento de independência: estimular que as crianças tomem decisões por conta própria e conheçam as consequências de seus atos. c) Expressão de afeto: demonstrar afeto verbalmente ou por meio do contato físico.

As evidências de validade do CRPR para o Brasil foram apresentadas por Valadão (2018). Tal estudo realizou a adaptação transcultural da escala originalmente utilizada por Gagnon (2012) com 35 itens, respondidos em escala de seis pontos (variando de “não me descreve de maneira alguma” a “me descreve muito bem”) com uma amostra de 338 casais. A análise da estrutura interna e das propriedades psicométricas indicou que o instrumento é adequado para ser utilizado no contexto brasileiro. O instrumento apresentou uma estrutura com três fatores – Prática autoritária, Prática autoritativa e Prática negligente - e Alpha de Cronbach variando entre 0,63 a 0,82. Esta mesma versão foi utilizada neste estudo para acessar as práticas parentais, os itens utilizados correspondiam às seguintes dimensões: Prática autoritária (quinze itens: 5, 6, 11, 12, 13, 19, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 33, 34,35) e Prática autoritativa (quatorze itens: 1, 3, 7, 8, 9, 14, 15, 16,18, 20, 21, 22, 23, 32) cujas características são as mesmas homônimas já citadas no parágrafo anterior. Por fim, Práticas negligentes (seis itens: 2, 4, 10, 17, 28, 30) corresponde a práticas não responsivas, sem expressão de afeto, sem monitoria, sem envolvimento nos cuidados com a criança ou estímulo à socialização.

5.5 Procedimentos e Aspectos Éticos

Foram realizados alguns procedimentos para organizar, padronizar e operacionalizar a coleta de dados do projeto mais abrangente antes da coleta de dados propriamente dita. A pesquisa atendeu à resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012 do Conselho

Nacional de Saúde (CNS) sendo desenvolvida com base nos parâmetros éticos. Atendendo à referida resolução, antes da coleta, o projeto maior foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (CEPSH/UFSC) sob os pareceres consubstanciados de nº 447.932 no dia 04 de Novembro de 2013 e nº 1.514.798 no dia 26 de Abril de 2016 (adendo).

Um Manual de Procedimentos para Coleta de Dados foi elaborado como guia para os entrevistadores. As informações que constam no documento, relevantes para essa pesquisa são: Diretrizes para recrutamento dos participantes incluindo os critérios de inclusão/exclusão, sugestões para busca de participantes, roteiro para convite e contato inicial e indicações para agendamento; Instruções para coleta de dados incluindo tabela de escala da equipe para entrevista, checklist do material necessário, orientações sobre postura, conduta, responsabilidades e falas dos entrevistadores; Protocolo a seguir após a coleta para armazenamento dos dados. Também foi realizado um treinamento com os entrevistadores em salas individuais, onde um entrevistador simulou a coleta de dados com o outro, e vice versa, a fim de treinar e padronizar as aplicações dos instrumentos.

Após aprovação no comitê de ética, foram contatadas instituições de ensino infantil para apresentação da proposta de pesquisa. Foi entregue às instituições um projeto resumido, contendo relevância, justificativa, objetivos, população-alvo, procedimentos para coleta dos dados e aspectos éticos da pesquisa. Aquelas que aceitaram a parceria assinaram a autorização institucional (Apêndice A), receberam dos pesquisadores as cartas convite (Apêndice B) e as enviaram para os pais e mães de crianças de quatro a seis anos. As cartas que retornaram foram recolhidas pelos pesquisadores em datas acordadas com cada instituição. De outra forma, foi feito contato com famílias potenciais para a pesquisa a partir da rede de relacionamentos dos integrantes da equipe e das indicações realizadas pelas famílias que já haviam participado da coleta.

Em posse dos contatos possíveis participantes os pesquisadores telefonaram para essas famílias. Nesse primeiro contato forneceram informações sobre a pesquisa, checaram os critérios de inclusão e, quando de acordo aos mesmos, convidaram a família a participar da pesquisa. Fizeram o agendamento da coleta de dados, com data e horário previamente acordados, no local de preferência da família (residência, escola da criança, trabalho dos pais e mães ou universidade) respeitando sua rotina e disponibilidade. Os pesquisadores deixaram disponíveis seus contatos caso fosse necessária a comunicação da família com a equipe antes do encontro marcado. Em caso de não

adequação da família aos critérios da pesquisa, durante o contato telefônico, explicava-se a impossibilidade de inclusão e agradecia-se a disponibilidade em nome de toda a equipe.

Com base nos procedimentos éticos, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice C), redigido em linguagem acessível aos participantes, foi lido em voz alta para os pais. Foram feitos os esclarecimentos sobre os objetivos do estudo, o anonimato, a voluntariedade da participação, o direito de desistência do participante a qualquer momento, e o contato dos pesquisadores. Aqueles pais e mães que decidiram dar continuidade assinaram o TCLE consentindo sua participação na pesquisa em duas vias, ficando uma com o participante e outra guardada com o pesquisador separadamente dos questionários. Em seguida, foram tiradas quaisquer dúvidas e foi aplicado o kit de questionários para o pai e para a mãe. O kit foi elaborado para alcançar os objetivos do projeto mais abrangente, portanto, os participantes responderam outros questionários além daqueles utilizados neste estudo.

A aplicação dos instrumentos ocorreu por meio de entrevista, o entrevistador leu em voz alta as questões e foi responsável por assinalar a resposta do participante que recebeu um kit para acompanhamento. Foi realizada, em sua maioria, de forma paralela, enquanto um entrevistador aplicou o kit com o pai o outro aplicou com a mãe, sempre que possível em locais separados, na ausência do cônjuge, da criança ou quaisquer outras pessoas. Logo após a coleta, os questionários foram guardados em envelopes com um código da família. Agradeceu-se a participação no estudo, entregou-se uma cartilha sobre relações familiares e educação dos filhos, e informou-se a forma de devolução dos resultados (publicações dos resultados e grupo de pais). O entrevistador, ainda, foi responsável por preencher o Diário de Campo com informações sobre a família, a coleta ou outras que julgou relevante.

Com base na resolução nº 466/2012 do CNS, partiu-se do pressuposto que todas as pesquisas com seres humanos possuem riscos. A fim de minimizá-los e de garantir a dignidade, autonomia e bem-estar dos participantes os entrevistadores foram treinados para evitar a emergência de riscos. As questões levantadas nos questionários respondidos por pais e mães permitiram uma reflexão acerca de suas vivências e sentimentos sobre o próprio envolvimento com os filhos, o que poderia gerar algum desconforto. Em caso de identificação de problemas ou desconfortos, após a coleta foi feita uma escuta e acolhida do que foi verbalizado pelos participantes. Não houve necessidade de encaminhamento, mas caso desejassem, as famílias foram avisadas que

poderiam ser encaminhadas para o Serviço de Atendimento Psicológico da Universidade Federal de Santa Catarina (SAPSI/UFSC).

Uma forma de devolução dos achados da pesquisa são as publicações dos resultados da pesquisa disponíveis para acesso na internet ou via contato com os pesquisadores referenciados no TCLE. Outra forma de devolução e contrapartida aos participantes foi o convite a participarem de grupos de pais, mães ou responsáveis de crianças oferecidos pelo NEPeDI por meio do projeto de extensão intitulado “Intervenções psicológicas sobre cuidados e práticas parentais para promoção do desenvolvimento infantil”, aprovado pelo departamento de Psicologia da UFSC. A realização dos grupos iniciou durante a coleta de dados e está em vigor até o presente momento. Trata-se de um grupo com encontros semanais e independentes (a ausência em um encontro não impede a participação em outros), com duração de uma hora e meia, e que aborda diferentes temáticas conforme a demanda e perfil dos participantes. Alguns temas recorrentes são: parentalidade; coparentalidade e redes de suporte; características pessoais e das crianças; disciplina e limites; comportamento infantil; uso de tecnologias; autonomia e independência; expressão de emoções.

5.6 Análise dos dados

Os dados coletados foram submetidos a processos relacionados à análise fatorial por se tratar da construção e avaliação de um instrumento de medida. Trata-se de um procedimento frequentemente utilizado e imprescindível quando aplicado a escalas com grande quantidade de itens para mensurar comportamentos ou atitudes e com vistas à validação (Laros, 2012).

O princípio da parcimônia é o guia da análise fatorial e assegura que um grande número de variáveis observadas pode ser reduzido e explicado por um número menor de fatores, não observados, nos quais se agrupam as variáveis observadas correlacionadas, reduzindo-se a complexidade em uma estrutura relativamente mais simples (Laros, 2012). Os modelos simplificados são obtidos a partir das equações básicas do modelo de regressão linear em conjunto com os princípios chave de avaliação do ajuste do modelo da teoria da correlação parcial (Ferrando & Anguiano-Carrasco, 2010).

Um conjunto de variáveis observadas é analisado, neste caso os itens, e cada um dos itens pode ser considerado como um critério. Sendo assim, na análise fatorial tem-se uma equação para cada item e os regressores, os fatores, tornam-se comuns a um conjunto destes itens por meio de um sistema de equações de regressão. A análise fatorial consiste

num modelo mais complexo que o de regressão, pois para cada uma dessas equações os regressores não são observáveis, fato que diferencia uma análise fatorial de uma regressão convencional (Ferrando & Anguiano-Carrasco, 2010).

A análise fatorial exploratória (AFE) foi a técnica aplicada neste estudo. Trata-se de uma técnica de excelência usada na exploração de um conjunto de variáveis e fatores comuns, sendo a mais comumente utilizada para desenvolvimento e validação de instrumentos (Lloret-Segura et al., 2014). A AFE deve ser empregada quando os itens e o instrumento como um todo são analisados com base em uma teoria prévia que permite a proposição de hipóteses sobre o número de fatores e seus padrões de relação, porém não existem evidências empíricas ou conhecimento prévio suficiente para especificar como os itens devem ser agrupados e avaliados (Damásio, 2012; Ferrando & Anguiano-Carrasco, 2010).

Como visto no marco teórico, há um vasto conhecimento prévio sobre o fenômeno da parentalidade, porém as formas de acesso, definições do construto parentalidade e as correlações entre seus elementos ainda não são consensualmente e empiricamente bem estabelecidas e definidas. Ademais, é a primeira vez que se propôs o uso deste determinado conjunto de itens como variáveis observáveis do construto parentalidade, sendo desconhecidas suas correlações entre si e com o construto que se propõe medir. Estes fatores indicaram e direcionaram o uso da AFE como técnica de extração e análise dos dados deste estudo.

Como proposto por Ferrando e Anguiano-Carrasco (2010), foi utilizado um modelo não restritivo de soluções propostas, com o mínimo de restrições impostas necessárias para obter uma solução inicial, assim como foram estimados modelos com solução fatorial especificada. Tendo em vista que a AFE permite determinar o número de fatores esperado, mas não quais itens medem quais fatores, o padrão de relacionamento dos itens entre si em cada fator, nem o padrão de relacionamento entre os fatores (Lloret-Segura et al., 2014). Isso porque se pretendeu chegar a um modelo exploratório o mais confirmatório dentro do possível, que ajudasse a identificar os fatores latentes subjacentes às variáveis manifestas e seus padrões de relações.

A clareza de que o estudo não era avançado o suficiente para especificar soluções restritivas, tendo em vista que não se tinha uma concepção nítida sobre as variáveis em estudo, indicou que o modelo de análise fatorial confirmatória não poderia ser utilizado. Pois neste modelo são impostas diversas e mais fortes restrições a ponto de

permitirem que uma única solução seja testada, cujo ajuste do modelo é avaliado por meio de índices de qualidade de ajuste do modelo diferentes com o objetivo de confirmar uma teoria (Ferrando & Anguiano-Carrasco, 2010; Lloret-Segura et al., 2014).

Uma série de decisões estatísticas e metodológicas é necessária para realizar a AFE com influências significativas nas soluções geradas. As pesquisas recentes de Damásio (2012), Ferrando e Anguiano-Carrasco (2010), Gaskin e Happell (2014), Howard (2016) e Lloret-Segura et al. (2014) demonstraram que os processos da AFE se aperfeiçoaram com o passar dos anos, e uma série de práticas baseadas em evidências foram recomendadas para a realização de uma AFE com vistas a encontrar o modelo de solução mais adequado. Explicitam ainda, mesmo com todo o avanço e sistematização, uma parcela significativa dos estudos em Psicologia que utilizaram a AFE apresentaram tomadas de decisões equivocadas, uso de métodos ultrapassados e negligência no delineamento da AFE (Damásio, 2012; Ferrando & Anguiano-Carrasco, 2010; Howard, 2016; Lloret-Segura et al., 2014).

Diante da relevância de tais considerações, os procedimentos metodológicos e estatísticos deste estudo foram delineados com base nas recomendações dos estudos de Damásio (2012), Ferrando e Anguiano-Carrasco (2010), Gaskin e Happell (2014), Howard (2016), Laros (2012), Lloret-Segura et al. (2014) e Mundfrom, Shaw e Ke (2005) apontados como essenciais e melhor adequados para a realização da AFE. Os principais procedimentos adotados foram: 1) Análise preliminar da adequação dos dados; 2) Estimção do modelo; 3) Determinação da estrutura fatorial; 4) Rotação dos fatores; 5) Retenção das variáveis nos fatores; e 6) Confiabilidade da estrutura fatorial. As análises estatísticas foram realizadas com o auxílio do *Software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) - versão 22.0 e do Programa FACTOR. Os procedimentos, métodos, técnicas, critérios e programas estatísticos selecionados estão descritos detalhadamente nos parágrafos a seguir e de forma reduzida na Tabela 1.

Tabela 1 Procedimentos, métodos, técnicas, critérios e programas estatísticos utilizados para realização da análise fatorial exploratória

Procedimentos	Método, técnica ou critério de análise dos dados	Programa Estatístico
---------------	--	----------------------

Análise preliminar da adequação dos dados	Tamanho mínimo da amostra Critério de Kaiser- Meyer-Olkin Teste de Esfericidade de Bartlett Histograma Assimetria e Curtose Teste de Kolmogorov-Smirnof Teste Shapiro-Wilk	SPSS
Estimação do modelo	Análise fatorial Exploratória - <i>Principal Axis Factoring</i>	SPSS FACTOR
Determinação da estrutura fatorial	Teste <i>scree</i> de Cattell Critério de Guttman-Kaiser Critério de análise paralela de Horn	SPSS FACTOR
Rotação dos fatores	Rotação oblíqua - <i>Promax</i>	SPSS FACTOR
Retenção das variáveis nos fatores	Critério de Cargas Fatoriais	SPSS FACTOR
Confiabilidade da estrutura fatorial	<i>Alfa</i> de Cronbach Lambda-2 de Guttman Correlação item-total corrigida <i>Alfa</i> de Cronbach se o item for excluído	SPSS

Análise preliminar da adequação dos dados

A análise de adequação dos dados é uma etapa anterior à análise fatorial em si que resulta em indicadores, medidas de adequação de amostragem, para avaliar se a matriz de dados é passível de fatoração e, por assim dizer, se pode ser submetida à análise fatorial (Damásio, 2012; Ferrando & Anguiano-Carrasco, 2010; Pasquali, 2010). Consiste em avaliação do tamanho da amostra e dos requisitos básicos para que as variáveis possam ser fatoradas.

O primeiro aspecto avaliado foi o tamanho mínimo da amostra necessário para que a solução fosse estável e generalizável. Os estudos de Ferrando e Anguiano-Carrasco (2010) e Lloret-Segura et al. (2014) revisaram os critérios utilizados para determinação de amostra e desencorajaram fortemente o uso de critérios que envolvam somente a proporção entre o número de sujeitos por variável, como por exemplo, a proporção de dez sujeitos por item, pois não apresentaram base científica sólida e comprovada. De maneira geral, indicaram um mínimo

de três a quatro itens por fator, com uma amostra de no mínimo 200 sujeitos, tendo em vista que a relação entre o tamanho mínimo necessário da amostra e a razão entre o número de variáveis e o número de fatores tem se mostrado compensatória e não proporcional.

Os estudos de Gaskin e Happell (2014) e Mundfrom et al. (2005), por meio de diversas análises amostrais e estatísticas, especificaram ainda mais os critérios para que a estabilidade da solução fatorial seja a mais adequada possível. Constataram que ela depende de um conjunto de fatores: a) número de variáveis; b) número de fatores; c) número de variáveis por fator; e d) tamanho das comunalidades das variáveis – proporção da variabilidade de cada variável que é explicada pelos fatores. A variável é melhor explicada pelos fatores quanto mais próximo de 1 o valor da comunalidade, sendo considerada alta comunalidade valores acima de 0,60, comunalidade abrangente valores entre 0,20 e 0,80 e baixa comunalidade valores entre 0,20 e 0,40 (Gaskin & Happell, 2014). Também deve ser considerado o coeficiente de congruência K que indica o limite de concordância entre a solução da população e a solução da amostra, sendo que valores entre 0,98 e 1,00 são considerados um critério de nível excelente, entre 0,92 e 0,98 um nível bom de concordância, e qualquer valor abaixo de 0,92 não deve ser considerado para avaliar o tamanho mínimo da amostra (Mundfrom et al., 2005). Na Tabela 2 estão apresentados alguns tamanhos de amostras mínimos recomendados para realização de análise fatorial, considerando-se os múltiplos critérios.

Tabela 2 Tamanho de amostra mínimo recomendado para análise fatorial

v/f	Critério de Nível Excelente (0,98)			Critério de Nível Bom (0,92)		
	F1	F3	F6	F1	F3	F6
Comunalidade Alta						
4	27	260	500	13	120	170
5	21	130	300	11	65	110
6	19	95	160	12	50	70
Comunalidade Abrangente						
4	65	350	900	25	130	300
5	50	200	350	30	80	130
6	50	140	180	20	65	100
Comunalidade Baixa						
4	95	450	1400	35	230	400
5	75	220	400	35	85	160

6	70	160	260	30	85	120
---	----	-----	-----	----	----	-----

Nota. Adaptado de Mundfrom et al. (2005).

O segundo critério analisado foi se a matriz de dados era passível de fatoração. Para tanto foram utilizados dois métodos de avaliação: o critério de Kaiser- Meyer-Olkin (KMO) e o Teste de Esfericidade de Bartlett. O KMO é um teste estatístico que indica em que medida a aplicação da AFE é adequada para o conjunto de dados em questão de acordo com a proporção de variância dos itens explicada pela variável latente (Damásio, 2012). O índice resulta do quadrado das correlações totais dividido pelo quadrado das correlações parciais das variáveis analisadas, podendo variar de zero a um. Valores acima de 0,9 são considerados excelentes, acima de 0,8 ótimos, entre 0,7 e 0,8 bons, entre 0,5 e 0,7 medíocres e abaixo de 0,5 inaceitáveis para análise fatorial (Damásio, 2012; Ferrando & Anguiano-Carrasco, 2010; Howard, 2016).

O teste de esfericidade de Bartlett é um teste estatístico que avalia quão similar a matriz de covariância é de uma matriz-identidade sendo esperada a rejeição da hipótese nula de que a matriz de dados seja similar a uma matriz-identidade. Ou seja, quando a hipótese nula é rejeitada, assume-se que existe relação entre as variáveis e que a matriz de correlação não contém apenas ruídos que geram fatores falsificados. A rejeição da hipótese nula se dá com valores do teste com níveis de significância $p < 0,05$ que indicam a fatorabilidade da matriz (Damásio, 2012; Ferrando & Anguiano-Carrasco, 2010).

Os últimos índices avaliados para compor a adequação dos dados foram os índices de distribuição de normalidade da amostra. Este passo é relevante para que seja escolhido um método de extração fatorial apropriado de acordo às características do conjunto de dados (Damásio, 2012). A normalidade dos dados foi avaliada por meio do histograma, assimetria, curtose e dos testes de normalidade Kolmogorov-Smirnov com correção de significância de Lilliefors e Shapiro-Wilk para cada uma das variáveis como indicado por Field (2009) e Torman, Coster e Riboldi (2012).

O histograma é uma representação gráfica de distribuição de frequências, para uma distribuição normal, a curva deve apresentar o formato de um sino sugerindo que a maioria dos escores está em torno do centro da distribuição. Na assimetria, os escores mais frequentes estão concentrados em um dos lados da escala no histograma e na curtose os escores podem estar concentrados nas caudas com distribuição achatada ou concentrados em distribuições finas e pontiagudas, estes fatores indicam a não-normalidade dos dados. Em

termos de valor, valores próximos de zero da assimetria e da curtose indicam a normalidade. Para uma medida mais fidedigna, é indicado calcular a razão dos valores pelo erro padrão das estimativas, de modo que o valor do coeficiente dividido pelo erro padrão esteja entre -1,96 e +1,96 para uma distribuição normal (Field, 2009; Miot, 2017).

Já os testes Kolmogorov-Smirnov com correção de significância de Lilliefors e Shapiro-Wilk foram utilizados como métodos mais objetivos para analisar a aderência à distribuição normal. Para ambos os testes, valores significativos de $p < 0,05$ indicam que a distribuição é significativamente diferente de uma distribuição normal, não sendo comprovada a normalidade dos dados (Field, 2009; Torman et al., 2012)

Estimação do modelo

Esta foi a primeira fase propriamente dita da análise fatorial e consistiu em estimar um modelo de solução inicial para determinação da estrutura fatorial com o menor número de fatores possível e resíduos suficientemente próximos de zero. Segundo Damásio (2012), Laros (2012) e Gaskin e Happell (2014) a estimação do modelo é gerada por meio de procedimentos para reter itens e reduzir os dados e levam em consideração a variância das variáveis. A qual é composta por três aspectos: 1) variância específica: parcelas individuais dos itens que não são compartilhadas com nenhuma outra variável; 2) variância comum; variância compartilhada entre as variáveis de um determinado fator; 3) variância de erro: porção da variável que não é explicada pelo fator (Damásio, 2012; Gaskin & Happell, 2014; Lloret-Segura et al., 2014).

A análise fatorial exploratória como método de estimação do modelo foi escolhida devido ao fato de considerar apenas a variância comum e ter como objetivo identificar a composição e o menor número de fatores comuns necessários para explicar as correlações entre os itens do conjunto. A variância específica e de erro não são consideradas nesse processo de forma proposital, pois o que se pretende é a estimação da variância comum compartilhada entre esse item e o resto dos itens que medem esse mesmo fator, qualquer outra variância que não contribui para a medição de elementos comuns não deve ser considerada (Damásio, 2012; Ferrando & Anguiano-Carrasco, 2010; Lloret-Segura et al., 2014).

Estes são aspectos cruciais que justificam o uso da EFA e não da Análise de Componentes Principais (ACP) para estimação do modelo. Isso porque na ACP os itens são reduzidos a componentes e não fatores, pois seu objetivo é representar a maior parte da variância no menor número de componentes possível, ou seja, menor número de variáveis

(Gaskin & Happell, 2014). Por esse motivo, na ACP a variância total é considerada, não se distinguindo a variância comum das não comuns. O que pode levar a erro de medição, aumento das cargas fatoriais e das porcentagens de variância explicada pelos fatores, podendo produzir uma superestimação das dimensões, portanto seu uso é desaconselhado (Damásio, 2012; Lloret-Segura et al., 2014).

Dentro da AFE existem diversas técnicas para estimação do modelo, alguns exemplos são *Principal Axis Factoring (PAF)*, *Unweighted Least Squares (ULS)*, *Generalized Least Squares (GLS)*, *Maximum Likelihood (ML)* e *Alpha Factoring (AF)*. Os estudos de Damásio (2012), Ferrando e Anguiano-Carrasco (2010) e Howard (2016) demonstraram que os métodos mais utilizados e que fornecem os melhores resultados são *Principal Axis Factoring* e *Maximum Likelihood*.

O método PAF foi escolhido para este estudo. Após análise preliminar da adequação dos dados, a amostra apresentou distribuição não-normal e de acordo com Damásio (2012), Gaskin e Happell (2014) e Lloret-Segura et al. (2014) PAF é a opção mais recomendada e com melhores resultados quando a normalidade não é assumida, pois para utilização de ML a amostra deve ter obrigatoriamente distribuição normal. Além disso, como apontado por Howard (2016), o uso da PAF é recomendado quando o interesse principal é a exploração dos dados e não o exame rigoroso do ajuste do modelo que poderia ser fornecido pela ML. Principalmente porque para se chegar aos índices de ajuste do modelo demandam-se suposições mais rigorosas necessariamente não assumidas em modelos exploratórios. A PAF consiste em uma série de métodos descritivos com o objetivo de determinar a solução fatorial a partir da minimização da soma dos quadrados das diferenças entre as correlações observadas e as reproduzidas pelo modelo, tornando os resíduos o mais próximo de zero possível (Ferrando & Anguiano-Carrasco, 2010; Lloret-Segura et al., 2014).

Determinação da estrutura fatorial

Após estimação do modelo por meio da PAF determinou-se a estrutura fatorial, ou seja, o número correto de fatores a serem extraídos. Para tanto, foram utilizados o teste *scree* de Cattell, o critério de Guttman-Kaiser e o de análise paralela de Horn como uma combinação de critérios objetivos e com base na teoria para comparar as soluções e determinar a estrutura final. Isso porque um conjunto de indicadores fornece mais informações, e, portanto, mais elementos para um

juízo apropriado (Ferrando & Anguiano-Carrasco, 2010; Lloret-Segura et al., 2014).

O teste de *scree* baseia-se em um gráfico cujos autovalores, total da variância explicada pelo fator, estão representados no eixo Y e o número de fatores no eixo X, de forma que os fatores triviais e os fatores não triviais podem ser visualmente separados. O número de fatores a ser retido é indicado no ponto em que se forma um “cotovelo” – ponto de quebra claramente marcado no gráfico no qual os autovalores apresentam uma tendência decrescente linear. Sua interpretação é feita de forma visual, portanto para fatores mais complexos que não apresentam um cotovelo claro, o juízo do número de fatores a ser retido passa a ser subjetivo e ambíguo (Damásio, 2012; Laros, 2012).

O critério de Kaiser-Guttman, também conhecido por *eigenvalue* > 1 , foi apontado como o critério mais utilizado nas pesquisas em Psicologia (Damásio, 2012; Laros, 2012) e proporciona uma avaliação rápida e objetiva da estrutura fatorial. Segundo esse critério, para alcançar o objetivo de reduzir um determinado número de variáveis observadas e um número menor de fatores, são retidos apenas os fatores com *eigenvalue* > 1 que representa a capacidade do fator de explicar pelo menos a quantidade de variância que é explicada por uma única variável. Assim como o teste de *scree*, o critério de Kaiser-Guttman apresenta imprecisão quando se tratam de fatores mais complexos, portanto seu uso isolado não é recomendado (Damásio, 2012).

O critério de análise paralela de Horn ainda pouco utilizado em pesquisas brasileiras, mas já consolidado na literatura internacional, tem sido apontado como um critério vantajoso, com alta precisão, e melhor indicado para retenção de fatores (Damásio, 2012; Gaskin & Happell, 2014; Howard, 2016). Trata-se de um procedimento estatístico baseado em amostras que constrói matrizes hipotéticas de correlação de variáveis com base no mesmo número de variáveis e de sujeitos do conjunto de dados empíricos, essas matrizes são fatoradas centenas ou milhares de vezes, e a média dos autovalores é calculada nesta simulação. Os autovalores dos dados empíricos são pareados com os autovalores aleatórios provenientes da simulação e comparados. Assim como no critério de Kaiser-Guttman, são retidos os fatores com *eigenvalue* > 1 , porém a estrutura fatorial é determinada no número de fatores dos dados reais que apresenta autovalor maior do que o autovalor simulado (Damásio, 2012; Howard, 2016; Laros, 2012). A aplicação deste método seguiu as sugestões de Damásio (2012) e Gaskin e Happell (2014) para aumentar sua acurácia, portanto foi considerado o intervalo de confiança

de 95% para os autovalores aleatórios, as matrizes foram fatoradas 500 vezes e foi utilizada a PAF para estimação do modelo.

Rotação dos fatores

A rotação dos fatores objetiva facilitar a interpretação dos fatores retidos no processo anteriormente descrito ao indicar a solução mais simples e teoricamente interpretável possível. Os fatores são rotacionados até que as cargas fatoriais elevadas de cada variável se apresentem em poucos fatores (cargas cruzadas) ou em apenas um (Damásio, 2012; Ferrando & Anguiano-Carrasco, 2010).

Neste estudo, optou-se pela rotação oblíqua que permite que os fatores sejam correlacionados entre si, mas não delimita essa interação *a priori*. Seu uso se justifica tendo em vista que as dimensões da parentalidade podem estar correlacionadas de acordo com o marco teórico e porque de acordo com Ferrando e Anguiano-Carrasco (2010) a maioria dos construtos psicológicos possui correlações, portanto, estabelecer que elas não existam seria impor uma solução incorreta. Caso os fatores não tivessem se mostrado correlacionados, os resultados seriam semelhantes àqueles obtidos com rotações ortogonais que exigem que os fatores não sejam correlacionados (Damásio, 2012).

O método de rotação utilizado foi o *Promax*. De acordo com Damásio (2012) e Laros (2012) ainda são insuficientes os estudos para apontar qual dos métodos de rotação oblíqua é o mais adequado, em geral, os mais utilizados - *oblimin*, *quartimin* e *promax* - apresentaram resultados semelhantes. A opção pelo *Promax* se deu por ser uma alternativa interessante que parte de uma solução ortogonal para a criação de uma matriz alvo que se aproxima ao máximo da estrutura mais simples. Em seguida determina-se uma solução oblíqua, permitindo a correlação entre os fatores por meio do aumento das cargas fatoriais para uma potência específica (geralmente de valor quatro) que mais se aproxima da matriz alvo (Ferrando & Anguiano-Carrasco, 2010; Howard, 2016).

Retenção das variáveis nos fatores

Além da determinação dos fatores, outro procedimento importante da AFE é a retenção ou não das variáveis nos fatores indicados. As cargas fatoriais definidas para cada variável em cada fator exprimem a extensão em que cada uma delas representa cada fator estabelecido e indicam a qualidade da variável. O valor da carga fatorial varia entre -1,00 e + 1,00, sendo que o valor 0 indica ausência de covariância entre a variável e o fator (Laros, 2012). Dentre esses

valores, cargas acima de 0,71 são consideradas excelentes, entre 0,63 e 0,70 muito boas, entre 0,55 e 0,62 boas, entre 0,45 e 0,54 razoáveis, sendo 0,40 a carga fatorial mínima indicada como ponto de corte de cargas fatoriais boas (Howard, 2016; Pasquali, 2010; Sampieri et al., 2013). Portanto, por se tratar de um estudo exploratório, o ponto de corte estabelecido para as análises foi de carga fatorial mínima de 0,40 para inclusão dos itens.

Este processo resultou das rotações oblíquas que produziram duas matrizes: matriz de padrões e matriz de estrutura. As cargas da matriz de padrões foram analisadas por apresentarem de forma mais evidente as diferenças entre as cargas altas e baixas quando comparadas às cargas da matriz de estrutura (Laros, 2012). As cargas fatoriais carregaram em apenas um, em mais de um, ou em nenhum fator devido ao ponto de corte. Quando carregaram em apenas um fator a interpretação foi mais simples e objetiva e sua plausibilidade foi guiada pela teoria como proposto por Lloret-Segura et al. (2014). As cargas cruzadas foram analisadas de acordo com a recomendação de Howard (2016) de usar a regra 40-30-20 para retenção da variável, assim, a variável deve apresentar carga acima de 0,40 no fator primário, carga abaixo de 0,30 no fator alternativo e apresentar uma diferença de 0,20 entre as cargas primárias e alternativas para ser mantida. Por fim, as variáveis que não carregaram em nenhum dos fatores foram removidas uma a uma com repetição da análise após a eliminação de cada uma, seguindo a sugestão de Howard (2016) e Lloret-Segura et al. (2014).

Confiabilidade da estrutura fatorial.

A confiabilidade da estrutura fatorial, qualidade de medir sem erros, foi analisada por meio de dois índices de consistência interna – grau de inter-relação entre as variáveis - *alfa de Cronbach* e *Lambda-2* de Guttman. O *alfa de Cronbach* é apontado por Damásio (2012) e Sijtsma (2009) como o método mais utilizado em estudos transversais e avalia o grau em que os itens de uma matriz se correlacionam. O *alfa* varia entre zero e um, sendo que valores acima de 0,90 são excelentes, de 0,80 a 0,89 bons, de 0,70 a 0,79 aceitáveis, de 0,60 a 0,69 questionáveis, de 0,50 a 0,59 pobres e abaixo de 0,50 inaceitáveis (Damásio, 2012). Sendo que fatores com poucos itens tendem a apresentar *alfas* menores e elevadas correlações entre os itens tendem a apresentar *alfas* mais elevados, ainda assim, Damásio (2012) recomendou que os valores estatísticos fossem analisados com base em teorias do construto e de método para uma interpretação mais adequada.

O Lambda-2 de Guttman (λ_2) foi também calculado para se obter uma maior confiabilidade da estrutura, pois segundo Sijtsma (2009), relatar o *alfa* e mais algum indicador de confiabilidade é uma boa estratégia para introduzir e promover uma melhor prática de estimativa de confiabilidade. Guttman em 1945 derivou o *alfa* e propôs uma série de 6 lambda's, sendo o lambda-2 e lambda-3 (λ_3 é equivalente ao *alfa de Cronbach*) os mais utilizados, e o λ_2 mais robusto que o *alfa* e o λ_3 (Osburn, 2000). O λ_2 indica o quanto da variância é proveniente de escores verdadeiros e o quanto é devido ao erro, sendo que quanto maior o λ_2 , maior a confiabilidade (Osburn, 2000) e a interpretação dos valores é a mesma relatada para o *alfa de Cronbach*.

O diagnóstico da confiabilidade do instrumento foi realizado para cada dimensão tendo em vista que busca avaliar o grau de inter-relação entre as variáveis de cada fator, e não a homogeneidade (unidimensionalidade de construtos) do instrumento, pois o construto é reconhecidamente multidimensional (Damásio, 2012). Para tanto, foram calculados os *alfas* e o Lambda-2 de cada dimensão, considerando-se a correlação item-total corrigida e o valor do *alfa* caso o item seja removido. A correlação item-total indica o quanto cada item está relacionado ao escore total da dimensão, em estudos exploratórios valores abaixo de 0,30 são apontados como inadequados para uma correlação item-total apropriada e indicam que o item deve ser removido (Betz, 2000; Kline, 1993). O valor do *alfa* caso o item seja removido indica se o valor do *alfa de Cronbach* da dimensão aumentará ou diminuirá caso aquele item em particular seja removido do instrumento, sendo recomendada a exclusão do item caso o *alfa* aumente substancialmente (Betz, 2000).

6 RESULTADOS

6.1 Caracterização dos participantes

Participaram da pesquisa mais abrangente 172 famílias biparentais heteroaletivas com pelo menos um(a) filho(a) entre quatro e seis anos. Após uma revisão criteriosa dos dados coletados observou-se que oito participantes apresentaram dados omissos (*missings*) nas variáveis analisadas para o presente estudo, eles foram contatados novamente com o intuito de preencher as respostas faltantes. Porém, não se obteve tal êxito e os participantes foram excluídos da amostra. Não foram observados *outliers* que pudessem trazer algum prejuízo relacionado ao desvio-padrão, variância da amostra ou à normalidade dos resultados.

Portanto, este estudo contou com um total de 336 participantes, dos quais 168 eram mães e 168 eram pais. As mães apresentaram média de 35, 20 (DP \pm 0,45) anos de idade, 16,25 (DP \pm 0,45) anos de escolaridade e 34, 48 (DP \pm 1,09) horas semanais de jornada de trabalho. As médias dos pais foram de 37, 99 (DP \pm 0,52) anos de idade, 15,29 (DP \pm 0,44) anos de escolaridade e 40, 56 (DP \pm 1,03) horas semanais de jornada de trabalho. As crianças pré-escolares alvo do estudo consistiram em 90 meninos e 78 meninas com média de 61,58 (DP \pm 0,61) meses de idade, aproximadamente cinco anos. Em relação ao contexto das famílias, 73,8% residiam no Estado de Santa Catarina, 17,8 no Paraná e 8,4% no Rio Grande do Sul.

6.2 Determinação da estrutura fatorial

De acordo com a análise da adequação, os dados foram inicialmente compostos por uma amostra de 336 participantes, 87 variáveis cujas comunalidades variaram entre 0,34 e 0,79 (comunalidade abrangente) para uma solução inicial de 6 fatores, com uma média de 14 variáveis por fator. De acordo com Mundfrom et al. (2005), num critério de nível excelente, para uma proporção de 12 variáveis para 6 fatores, com comunalidade abrangente, uma amostra de 95 sujeitos já comporia o mínimo necessário. Portanto, o tamanho da amostra inicial se mostrou adequado para realização da AFE (Gaskin & Happell, 2014; Mundfrom et al., 2005).

Com o intuito de confirmar a adequação da amostra a solução final também foi avaliada. Sua composição foi: 336 participantes, 54 variáveis com comunalidades entre 0,29 e 0,76 (comunalidade abrangente), com uma solução final de 6 fatores, e a proporção mínima entre variáveis e fator foi de 5 variáveis em um fator. Com isso, a

amostra de 336 participantes se mostrou dentro do tamanho mínimo necessário num critério de nível bom e a solução final se mostrou adequada para AFE, sendo estável e generalizável (Gaskin & Happell, 2014; Mundfrom et al., 2005).

A matriz de dados foi considerada como passível de fatoração pelo Teste de Esfericidade de Bartlett ($\chi^2 = 7279.47$; $gl=1431$; $p<0.000$) e pelo critério de Kaiser- Meyer-Olkin (KMO) que resultou no valor de 0,83 (Damásio, 2012; Ferrando & Anguiano-Carrasco, 2010; Howard, 2016). A distribuição dos dados se mostrou não-normal para todas as variáveis em todos os testes realizados, sendo que a assimetria variou de 0,04 ($DP \pm 0,13$) a 4,24 ($DP \pm 0,13$), a curtose de 0,04 ($DP \pm 0,26$) a 14,97 ($DP \pm 0,26$), e para os testes Kolmogorov-Smirnof e Shapiro-Wilk o valor de p foi $p= 0,000$ para todas as variáveis (Field, 2009; Torman et al., 2012).

A estrutura fatorial foi confirmada em seis fatores após interpretação dos três testes realizados com base na melhor adequação teórica. O teste de *scree* representado pelo *scree plot* na Figura 2 destacou estruturas de seis e sete fatores como adequadas, já o critério de Kaiser-Guttman apontou 29 fatores com autovalores acima de 1 e maior diferença entre os autovalores entre os fatores 6 e 7, como pode ser observado na Figura 3 (Damásio, 2012). O critério de análises paralelas indicou com maior precisão uma estrutura de 6 dimensões, a partir da qual os valores da variância dos dados empíricos se mostraram maiores do que o valor da variância simulada, apresentados na Figura 4 (Damásio, 2012; Howard, 2016).

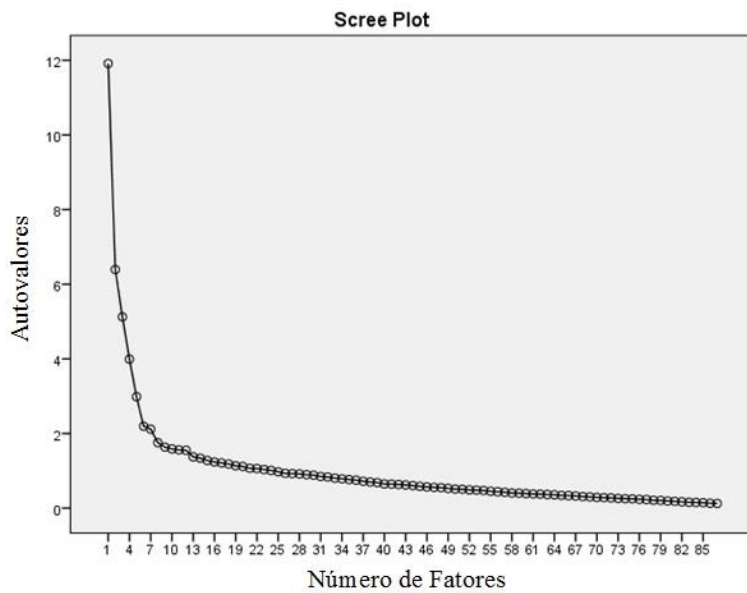


Figura 2 Teste do *Scree Plot* para indicação do número de fatores do IDP.

Fator	Autovalor	Proporção de variância	Proporção de variância acumulada
1	8.81910	0.10137	0.10137
2	4.64158	0.05335	0.15472
3	3.43292	0.03946	0.19418
4	3.13869	0.03608	0.23026
5	2.78505	0.03201	0.26227
6	2.36200	0.02715	0.28942
7	1.87320	0.02153	
8	1.77892	0.02045	
9	1.67085	0.01921	
10	1.61566	0.01857	
11	1.52668	0.01755	
12	1.49187	0.01715	
13	1.45024	0.01667	
14	1.42646	0.01640	
15	1.35203	0.01554	
16	1.33587	0.01535	
17	1.30464	0.01500	
18	1.29491	0.01488	
19	1.24796	0.01434	
20	1.23903	0.01424	
21	1.20193	0.01382	
22	1.15216	0.01324	
23	1.13343	0.01303	
24	1.10184	0.01266	
25	1.07770	0.01239	
26	1.06675	0.01226	
27	1.04911	0.01206	
28	1.02349	0.01176	
29	1.00079	0.01150	
30	0.98887	0.01137	

Figura 3 Autovalores segundo o critério de Kaiser-Guttman para indicação do número de fatores do IDP.

Fator	Autovalores empíricos	Autovalores aleatórios
1	10.5*	3.0
2	5.5*	2.8
3	4.0*	2.7
4	3.7*	2.6
5	3.2*	2.6
6	2.8*	2.5
7	2.2	2.4

* Número recomendado de dimensões: 6

Figura 4 Autovalores pareados da análise paralela para indicação do número de fatores do IDP.

6.3 Propriedades Psicométricas

A AFE, com a estrutura de seis fatores, após o processo de rotação, indicou as cargas fatoriais das variáveis para todos os fatores sem ponto de corte conforme o indicado no Apêndice D. De acordo com o agrupamento e as cargas fatoriais das variáveis nos fatores e com o referencial teórico, determinou-se a nomenclatura dos fatores: Fator 1 representou Suporte Emocional e apresentou cargas que variaram de 0,25 a 0,80; Fator 2 correspondeu à Estímulo à Autonomia com cargas de 0,33 a 0,69; Fator 3 indicou Cuidados Básicos e cargas 0,22 a 0,71; Fator 4 caracterizou Disciplina Indutiva com cargas 0,22 a 0,57; Fator 5 refletiu Estímulo à Perseverança com cargas 0,26 a 0,65; e Fator 6 retratou Disciplina Coercitiva e cargas 0,20 a 0,57.

Após a realização das diversas AFEs, com a mesma estrutura de seis fatores, com ponto de corte 0,40 estipulado, e com a retirada a cada uma delas dos itens que não carregaram, determinou-se a estrutura fatorial final do IDP com as cargas e variáveis que melhor se adequaram aos fatores, representada no Apêndice E. O fator Suporte Emocional ficou com 11 itens e apresentou cargas que variaram de 0,43 a 0,82; Cuidados Básicos ficou representado por 11 itens e cargas 0,46 a 0,71; Estímulo à Autonomia assentou-se com 9 itens e cargas de 0,41 a 0,75; Disciplina Coercitiva ajustou-se em 11 itens e cargas 0,42 a 0,59; Disciplina Indutiva combinou em 7 itens com cargas 0,41 a 0,64; e Estímulo à Perseverança limitou-se a 5 itens com cargas 0,43 a 0,66. O percentual de variância total explicada foi de 45,71%.

Durante as realizações das AFEs, 30 itens não carregaram nos fatores por carga fatorial abaixo de 0,40 (QEP: 12 e 16; QOM: 1, 2, 9, R13, 16, 19, 21, 23, 24, 25 e 26; CRPR: 1, 3, 6, 11, R13, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 31, 32, 33 e 34), após revisão teórica dos itens eles foram de fato retirados da composição do instrumento. Os itens QOM 17 e QEP 25 apresentaram cargas cruzadas, o QOM 17 carregou 0,41 no fator primário e 0,37 no fator alternativo, e o QEP 25 carregou 0,47 no fator primário e 0,42 no fator alternativo, portanto, ambos os itens foram retirados por não estarem de acordo à regra 40-30-20 (Howard, 2016) e por não terem apresentado coerência teórica suficiente para serem mantidos.

A adequação das variáveis nos fatores ou sua exclusão avaliada em função do *alfa* de Cronbach, da correlação item-total e do Lambda-2 está representada no Apêndice F. As dimensões Suporte Emocional e Cuidados Básicos não apresentaram aumento do *alfa* de Cronbach caso algum item fosse retirado, os coeficientes de correlação item-total ficaram todos acima de 0,48. Apresentaram valores de *alfa* de Cronbach e Lambda-2 idênticos, sendo 0,88 para Suporte Emocional e 0,86 para Cuidados Básicos.

As dimensões Estímulo à Autonomia e Disciplina Coercitiva também não revelaram aumento do *alfa* caso algum item fosse excluído. Estímulo à Autonomia apresentou valores acima de 0,35 para correlação item-total, 0,78 para o *alfa* de Cronbach e 0,79 para o Lambda-2. Já Disciplina Coercitiva revelou correlações acima de 0,37, *alfa* igual a 0,77 e Lambda-2 igual a 0,78.

Na dimensão Disciplina Indutiva os valores da correlação item-total ficaram acima de 0,30, e os valores de *alfa* e Lambda-2 foram 0,72 e 0,73, respectivamente. Caso o item 45 fosse excluído (“Eu sou tranquilo(a) e flexível com meu/minha filho(a)”) o valor do *alfa* seria elevado para 0,73. Como o aumento não foi substancial e o conteúdo do item é significativo para medir a dimensão, optou-se por manter o item no instrumento.

Por fim, a dimensão Estímulo à Perseverança apontou valores acima de 0,38 para correlação item-total, 0,74 para *alfa* e 0,75 para Lambda-2. O item 54 (“Eu incentivo meu filho a fazer o melhor que ele pode, a ultrapassar seus limites”), se excluído, aumentaria o valor do *alfa* para 0,77. O aumento de 0,74 para 0,77 não altera a categoria em que se enquadra o *alfa* (aceitável), e por considerar que o item está de acordo com os critérios teóricos adotados para a dimensão, o item foi mantido.

De maneira geral, as dimensões do IDP apresentam correlação item-total acima de 0,30, portanto, apropriadas (Betz, 2000; Kline, 1993). Em relação ao *alfa* de Cronbach e ao Lambda-2, as dimensões Suporte Emocional e Cuidados Básicos apresentaram valores considerados bons, e as outras quatro dimensões valores considerados aceitáveis para ambos indicadores (Damásio, 2012; Osburn, 2000).

Após indicação das evidências de validade baseadas na estrutura interna e dos indicadores de confiabilidade dos fatores identificados, apresenta-se o IDP construído para avaliar a parentalidade de pais e mães de crianças pré-escolares (Apêndice G). A versão final contém 54 itens divididos em seis dimensões: 1) Suporte Emocional com 11 itens (1 a 11); 2) Cuidados Básicos também com 11 itens (12 a 22); 3) Estímulo à Autonomia composta por 9 itens (23 a 31); 4) Disciplina Coercitiva com 11 itens (32 a 42); 5) Disciplina Indutiva constituída por 7 itens (43 a 49); e 6) Estímulo à Perseverança com 5 itens (50 a 54). Pequenas alterações na escrita de alguns itens foram realizadas para homogeneizar a versão final do inventário de acordo com a escala de frequência proposta, mas não causaram mudanças no significado ou conteúdo dos itens.

7 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O presente estudo objetivou investigar as evidências de validade de um instrumento para medir as dimensões da parentalidade para pais e mães de crianças pré-escolares. Compreende-se que esta contribuição é importante diante da complexidade do fenômeno parentalidade, cuja multidimensionalidade e multideterminação do construto dificultam seu acesso de maneira psicometricamente adequada e confiável. Esses fatores motivaram o desenvolvimento do novo inventário face à identificação de poucos instrumentos de medida para avaliar a parentalidade no momento de vida pré-escolar da criança que apresentem propriedades psicométricas adequadas (Cova et al., 2017; Dadds et al., 2003; Hurley et al., 2014; Souza, 2018).

A construção e busca por evidências de validade do IDP priorizou analisar os indicadores de qualidade psicométrica do instrumento à luz da teoria sobre o construto (Cohen, Swerdlik, & Sturman, 2014), e não somente de acordo com as propriedades psicométricas mais adequadas. Embasou-se na interpretabilidade teórica para determinar sua estrutura fatorial e interpretar o conteúdo de cada um dos fatores encontrados. Foi tomado como referencial atual da parentalidade o Modelo de Parentalidade de Hoghughi (2004), amparado pela Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (Bronfenbrenner, 2005), a Teoria do Apego (Bowlby, 1969), a Teoria da Relação de Ativação (Paquette, 2004) e a Teoria do Hoffman (1963) para compreensão do fenômeno de maneira contextualizada.

De acordo com os resultados da análise fatorial exploratória, a solução de seis fatores constituiu-se como a solução fatorial que descreve de forma mais adequada e com índices aceitáveis de precisão o conjunto de variáveis analisadas. As dimensões que emergiram apresentaram-se individualizadas, de modo que, por exemplo, a Disciplina não apareceu como um *continuum* entre disciplina indutiva e disciplina coercitiva, e sim como duas dimensões primárias separadas.

Esse resultado contempla a lacuna apontada pela literatura da necessidade de construção de um instrumento de medida para mensurar a parentalidade com crianças pré-escolares que apresente propriedades psicométricas adequadas (Cova et al., 2017; Dadds et al., 2003; Hurley et al., 2014; Souza, 2018). E confirma a proposta e os achados de Skinner et al. (2005) de que a parentalidade é melhor representada por meio de múltiplas dimensões unipolares ao invés de uma série de dimensões bipolares como indicavam as pesquisas tradicionais da parentalidade. Contribuindo para a determinação das dimensões centrais

da parentalidade a partir de um modelo dimensional abrangente e individualizado, consistente e em consonância com modelos atuais da parentalidade, e psicometricamente confiável (Arnold et al., 1993; Essau et al., 2006; Locke & Prinz, 2002; Parent & Forehand, 2017; Reid et al., 2015).

Os fatores emergentes representaram o agrupamentos das práticas que caracterizam cuidado, suporte, disciplina indutiva, disciplina coercitiva, estímulo à autonomia e estímulo à perseverança de forma individualizada, e não agrupadas de modo a representarem estilos parentais. Também não representaram uma separação das práticas parentais em categorias mais específicas, mas sim de acordo com uma dimensão mais abrangente das práticas. Essa natureza das dimensões da parentalidade tem emergido nos estudos mais atuais de construção e validação de instrumentos e também de modelos teóricos da parentalidade (Hoghugh, 2004; Parent & Forehand, 2017; Skinner et al., 2005; Sleddens et al., 2014; Verhoeven et al., 2017). O que demonstra que o IDP é um instrumento cuja base teórica de sustentação se encontra atualizada.

O diferencial do IDP e destes estudos é que propõem uma terceira perspectiva de foco nas dimensões da parentalidade, a qual propõe que as dimensões centrais da parentalidade encontram-se no intermédio entre os estilos parentais e as práticas parentais, pois são mais singulares e abrangentes que os estilos, mas não tão específicas quanto as práticas parentais. O que pode representar dimensões que se mostraram mais estáveis ao longo dos anos, cuja relação com o desenvolvimento infantil é um consenso, mas que se mostram mais independentes tanto em relação ao conteúdo das práticas parentais, quanto ao clima emocional dos estilos parentais.

Ainda em relação às dimensões mais gerais do IDP, pode-se pensar que a sua solução fatorial diferiu em parte das dimensões propostas no Modelo de Parentalidade de Hoghugh (2004). De acordo com o autor seria de se esperar uma solução fatorial de três dimensões que se subdividem em outras cinco subdimensões. Porém os resultados deste estudo destacam que os seis fatores são considerados como primários. Ainda que esta diferença tenha aparecido, nenhuma dimensão ou subdimensão proposta por Hoghugh foi suprimida, o que se revelou foi uma reagrupação e reorganização das características que compõem cada uma das subdimensões, além de uma especificação maior de alguns componentes.

As dimensões também não sofreram alterações em termos de conteúdo devido à exclusão dos 33 itens no processo de análise fatorial.

Por não estarem de acordo com os critérios de retenção dos itens foram revisados em termos teóricos e metodológicos a fim de identificar porque não se mostraram adequados para compor o IDP (Lloret-Segura et al., 2014). Três itens correspondiam ao QEP (12, 16 e 25) e foram eliminados por apresentarem baixas propriedades psicométricas e porque pelo critério de precisão proposto por Pasquali (1999) apresentavam conteúdo igual a itens com propriedades mais adequadas (ex: itens 7, 48, 49 e 51 do IDP).

Doze itens excluídos correspondiam ao QOM. Cinco itens (9, 19, 21, 23 e 26) já haviam sido recomendados para exclusão pelo estudo de Bueno (2018) por incompatibilidade com o contexto brasileiro. O fato de o item 1 estar escrito na negativa pode ter contribuído para as baixas cargas fatoriais pois não atingiu o critério de clareza (Pasquali, 1999), além disso referia-se a dar autonomia à criança mesmo com o risco de causar um pequeno ferimento, o que pode ter sido considerado pelos participantes como uma atitude inadequada. Os itens 2 e 25 foram excluídos por apresentarem cargas fatoriais menos relevantes do que itens que avaliavam o mesmo comportamento que foram retidos (ex: 32 e 52 do IDP) perante o critério de precisão.

O item 13 pode ter apresentado propriedades baixas de acordo com o critério comportamental (Pasquali, 1999), pois não transmite a representação clara de um comportamento. Os itens 16, 17 e 24 parecem ter apresentado propriedades insuficientes por conta de suas adaptações ao contexto brasileiro, tendo em vista que tocar os objetos dos ambientes no Brasil é frequentemente desencorajado (item 24) e o incentivo ao esporte ou à motricidade (itens 16 e 17) parecem estar mais relacionados a questões de saúde do que de autonomia.

Dezoito dos itens eliminados eram derivados do CRPR, sendo que treze deles (6, 11, 13, 17, 20, 24, 25, 26, 28, 31, 32, 33 e 34) apresentaram propriedades psicométricas insuficientes, em consonância com o estudo de Robinson, Mandelco, Olsen e Hart (1995) que já havia apontado que tais itens não apresentavam propriedades psicométricas suficientes para acessar os comportamentos parentais de forma adequada. Além disso, quando comparados aos itens em cada fator que carregaram, apresentaram as cargas fatoriais mais baixas, indicando que outros itens se mostraram mais adequados para representar aquele fator, em consonância com o critério de precisão (Pasquali, 1999).

Os itens 3, 21 e 22 do CRPR apresentaram incongruência na forma como o item foi escrito, alterando seu sentido e interpretação por parte dos participantes. Nos estudos de Robinson et al. (1995) e (Reid et al., 2015) estavam escritos de maneira a descrever uma ação, no

presente estudo, descreviam crenças parentais e estavam escritos de forma menos objetiva. O que pode indicar problemas na sua tradução e adaptação transcultural de acordo com o critério comportamental proposto por Pasquali (1999). A depender do objetivo, seu uso deve ser devidamente averiguado de acordo com o que se pretende medir, práticas ou crenças.

A questão da tradução e da adaptação também foi observada na eliminação do item 1 do CRPR “respeito as opiniões de meu/minha filho(a) e o(a) incentivo à expressá-las” que pode ter apresentado baixa qualidade por ser contrário ao critério da simplicidade (Pasquali, 1999) ao medir duas questões em uma mesma frase, sendo que o item foi utilizado na pesquisa de Robinson et al. (1995) como “Demonstro respeito às opiniões de meu filho ao encorajá-lo a expressá-las”, alterando-se inclusive o sentido do item. Um último item do CRPR eliminado foi o 23 “incentivo meu/minha filho(a) a falar de seus problemas” por apresentar propriedades mais baixas que seu equivalente mantido “tento saber de meu/minha filho(a) se algo está errado com ele/ela”.

Os 54 itens que compõem o IDP agrupados em cada uma das seis dimensões apresentaram índices de consistência interna (*alfa* de Cronbach e Λ -2) aceitáveis e bons, e refletem que os itens apresentaram relação e covariância a níveis elevados e uma influência tolerável do erro de medida sobre os escores do instrumento, dentro da Teoria Clássica dos Testes. Cada uma das dimensões do IDP estão discutidas detalhadamente a seguir.

Suporte Emocional

Suporte Emocional emergiu como o primeiro fator da AFE na solução final, sendo constituída por onze itens derivados da dimensão homônima do QEP. De maneira geral, esse fator está relacionado a apoiar a criança por meio de elogios e brincadeiras educativas; auxiliar a criança em momentos de fragilidade, como estar doente ou se machucar; e confortar a criança em momentos de necessidade, por exemplo, quando tem medo ou algo está errado. Os itens referentes aos gestos e palavras que encorajam a criança que faziam parte desta dimensão no QEP foram excluídos. Itens semelhantes a esses comportamentos, com melhores propriedades psicométricas, carregaram nos fatores mais específicos de estimulação. Escores altos nessa dimensão indicam altos níveis de apoio, conforto e responsividade às necessidades da criança.

A prevenção de doenças e acidentes que Hoghughi (2004) considera um cuidado físico, no presente instrumento, agrupou-se em

Suporte Emocional. Esta realocação se mostra adequada na medida em que a dimensão Suporte Emocional é caracterizada por comportamentos parentais exercidos em momentos específicos de necessidade, ainda que de extrema importância para assegurar a sobrevivência da criança, mas que não necessariamente fazem parte da rotina diária da criança como é o caso dos cuidados básicos.

Essa dimensão aborda os elementos centrais da Teoria do Apego (Bowlby, 1969) como responsividade, sensibilidade, suporte emocional, auxílio e atendimento das necessidades da criança diante de situações ameaçadoras ou estranhas, mostrando-se de acordo com um referencial teórico bem consolidado. Suporte se associava a cuidado e afeto como uma única dimensão ou encontrava-se representado por um ou dois itens na maioria dos instrumentos existentes para medir a parentalidade, como é o caso do PSDQ e do APQ (Cova et al., 2017; de la Osa et al., 2014; Oliveira et al., 2018; Robinson et al., 2001; Shelton et al., 1996). Cova et al. (2017) e Gardner, Shaw, Dishion, Burton e Supplee (2007) indicaram inclusive que essa dimensão e suas variáveis não foram adequadamente consideradas no APQ. Porém no IDP se mostrou individualizado assim como no CECPAQ (Verhoeven et al., 2017), com maior força até mesmo que o afeto, e com boa precisão, reforçando sua importância para a parentalidade e sua consistência no IDP.

O fato de estudos mais recentes indicarem Suporte como uma dimensão central da parentalidade pode estar relacionado aos efeitos individuais que esta dimensão pode apresentar no desenvolvimento sócio-emocional da criança. Tendo em vista que alguns estudos já apontaram que maiores níveis de suporte melhoram a competência social e a aceitação por pares (Beltrão, 2015; Bossardi, 2015; Rispoli, McGoey, Koziol, & Schreiber, 2013; Spinrad et al., 2007). Além disso, o suporte emocional tem se destacado como atividade mais realizada tanto de pais quanto de mães em termos de envolvimento com a criança, superando dimensões como cuidado, disciplina e estimulação (Beltrão, 2015; Paquette et al., 2000).

Cuidados Básicos

A dimensão Cuidados Básicos foi o segundo fator a emergir na análise e é composta também por onze itens com origem no QEP. Este fator está direcionado à garantia de sobrevivência da criança, assegurando-lhe aspectos relacionados à alimentação, sono adequado, vestimenta, higiene e cuidado pessoal, além da limpeza do ambiente onde a criança reside. A dimensão original do QEP é denominada cuidados diretos e indiretos, fazendo alusão aos cuidados diretamente

relacionados à criança, e àqueles relacionados à manutenção do ambiente em que a criança vive. Por entender que a manutenção de um ambiente limpo e saudável para a criança faz parte da garantia de sua sobrevivência, sendo uma tarefa básica, optou-se pela nomenclatura Cuidados Básicos, englobando todos os tipos de cuidados.

Esta dimensão parece refletir a subdimensão cuidado físico do modelo de Hoghugh (2004) tendo em vista que ambas incluem prover necessidades básicas como alimentação, abrigo, higiene e sono adequado. Está em consonância com os estudos de Locke e Prinz (2002), Reid et al. (2015) e Skinner, Johnson e Snyder (2005) que apontam a existência de uma dimensão de envolvimento parental na parentalidade, pouco aprofundada e acessada nos estudos por falta de itens teoricamente consistentes e que apresentem carga fatorial elevada. Apesar de nomearem como envolvimento, diz respeito somente às ações instrumentais que expressam comprometimento em relação à criança, ou seja, caracterizada pelas ações agrupadas no IDP como Cuidados Básicos. Portanto, essa dimensão parece promissora para avaliar uma dimensão até então pouco explorada, mas muito realizada pelos pais, principalmente, e ainda, pela mãe (Beltrão, 2015; Bossardi, 2015).

Estímulo à Autonomia

Estímulo à Autonomia foi o terceiro fator da solução final caracterizado por meio de nove itens com origem no QOM e no CRPR. Este fator refere-se a promover a independência e autonomia da criança, fomentando a capacidade de explorar o ambiente, tomar decisões, assumir pequenos riscos e realizar atividades por conta própria. As dimensões originais dos instrumentos cujos itens foram retirados denominavam-se Estímulo a assumir riscos (QOM), Supervisão da criança (CRPR) e Encorajamento de independência (CRPR).

Quatro itens do IDP apresentaram-se revertidos para análise, sendo que os itens 26 e 27 já eram invertidos no QOM, mas os itens 29 e 31 da dimensão Supervisão da criança no CRPR foram invertidos somente no IDP. O que leva a considerar que altos escores em Estímulo à Autonomia estão relacionados a níveis elevados de exploração, assunção ao risco e tomada de decisões por conta própria, e a níveis baixos de supervisão, monitoramento ou proibição.

Essa dimensão parece ter sido negligenciada em pesquisas anteriores, principalmente em relação a ser um fator primário, pois era acessada sendo uma das pontas do *continuum* de controle psicológico (Reid et al., 2015), ou seja, representava uma concessão de autonomia quando os níveis de controle psicológicos se mostravam baixos. Em

estudos mais recentes emergiu com o nome de suporte à autonomia (Confalonieri et al., 2009; Oliveira et al., 2018; Önder & Gülay, 2009; Pedro et al., 2015; Reid et al., 2015; C C Robinson et al., 2001), mas ainda com o caráter de concessão de autonomia, principalmente em relação à ouvir a opinião da criança. Essa perspectiva de concessão de autonomia não traduz a relevância de tal dimensão para indicar comportamentos maternos e paternos que visam a autonomia da criança por meio do estímulo e não como fator secundário de outros comportamentos. Relevância já bem fundamentada pela Teoria do Apego, Teoria da Relação de Ativação e por pesquisas empíricas (Bowlby, 1969; Dumont & Paquette, 2013; Koltermann et al., (no prelo); Lafond, 2014; Paquette, 2004).

O estudo de Verhoeven et al. (2017) propõe uma dimensão relacionada à autonomia da criança denominada estimulação, porém ela também representa construtos diferentes daqueles medidos pelo IDP. Os itens que compõem essa dimensão do CECPAQ estão mais voltados a atividade de estímulo cognitivo e exposição à autonomia, diretamente relacionados ao uso de brinquedos. Já os itens do IDP, estão mais relacionados à ordem de desenvolvimento de uma autonomia física da criança, e não representam só uma exposição, mas o incentivo à enfrentar desafios de ordem física que promovam sua autonomia.

O fato dessa dimensão ter carregado como fator primário também pode estar relacionado aos efeitos individuais que essa dimensão tem apresentado principalmente para a autorregulação, controle da agressividade e da frustração, respeito de hierarquias, diminuição da timidez e da hiperatividade (Dumont & Paquette, 2013; Flanders et al., 2009; Paquette et al., 2003; StGeorge et al., 2015; Zarra-Nezhad et al., 2014). Ela vai ao encontro teórico da dimensão Desenvolvimento proposta por Hoghugh (2004) pois te propõe a promover competências de ordem desportiva cultural por meio de atividades de lazer e brincadeira, e apresenta, ainda, comportamentos de estímulo não abarcados pelo autor que poderiam ser incluídos neste modelo.

Disciplina Coercitiva

Disciplina Coercitiva foi o quarto fator a carregar e é composta por onze itens com origem no QOM e no CRPR. Está associada a controlar os comportamentos da criança por meio da punição física, indução de medo e ansiedade, rigidez e inflexibilidade. As dimensões originais dos instrumentos cujos itens foram retirados denominavam-se Punição (QOM) e Controle Autoritário (CRPR). Esta é a única dimensão considerada negativa deste instrumento, portanto são

esperados baixos escores nessa dimensão para uma parentalidade adequada, e altos escores representam um comportamento inapropriado por parte dos pais.

Essa dimensão também apresenta um contributo relevante em relação aos instrumentos já existentes. Sua consistência interna teve valores iguais a 0,77 para *alfa* e 0,78 Lambda-2, sendo considerados adequados. Os instrumentos mais utilizados na literatura para avaliar a parentalidade com crianças pré-escolares (PSDQ e APQ) apresentaram instabilidade e baixa confiabilidade nessa dimensão (Confalonieri et al., 2009; Cova et al., 2017; Dadds et al., 2003; Robinson et al., 2001; Shelton et al., 1996). Quando comparada ao CECPAQ (Verhoeven et al., 2017) cujo valor de *alfa* foi 0,79, ambas as escalas se equiparam, também em termos de conteúdo são similares.

O valor da precisão desta dimensão também destaca sua capacidade de discriminar comportamentos parentais que ocorrem de forma muito sutil ou velada. Apontada por exemplo como limitação nos estudos cuja consistência interna foi baixa (Confalonieri et al., 2009; Cova et al., 2017; Dadds et al., 2003; de la Osa et al., 2014; Reid et al., 2015; Shelton et al., 1996). Ainda que no Brasil a punição severa e física seja muito criticada pelos direitos constitucionais (ECA, 1990) e socialmente não aceitas, o instrumento foi sensível o bastante para captar o uso dessas práticas no contexto brasileiro. Além disso, foi capaz de captar esses comportamentos em pais que se voluntariaram para participar da pesquisa com elevado nível de escolaridade, normalmente ligados a um perfil parental mais envolvido e que faz menos uso de práticas coercitivas (Kobarg & Vieira, 2008), que poderiam ter levado a uma sub-representação desta dimensão, mas isso não ocorreu.

Essa dimensão como fator primário também é relevante diante de suas repercussões para o desenvolvimento da criança, sendo principalmente negativas e relacionadas a problemas de externalização e internalização no geral, problemas de conduta e hiperatividade e falta de autonomia (Bueno, 2018; Goelman et al., 2014; Verhoeven, Junger, van Aken, et al., 2010a; Verhoeven, Junger, van Aken, et al., 2010b). Outro fator importante desta dimensão como fator primário é justamente sua capacidade de acessar os aspectos negativos da disciplina com uma boa sustentação teórica pela Teoria de Hoffman (1963). Como as dimensões do IDP são unipolares, baixos índices de disciplina indutiva não indicam que os pais não possam exercer práticas coercitivas.

Isso é especialmente relevante pois indica a complementaridade desta dimensão ao Modelo proposto por Hoghughí (2004). Pois Disciplina no modelo está voltada a uma disciplina positiva com o

objetivo de desenvolver uma parentalidade minimamente adequada, por isso não faz menção às práticas negativas de disciplina. Porém, altos níveis de disciplina coercitiva estão relacionados não somente a uma parentalidade inadequada, como podem ser um fator indicador de risco na parentalidade, quando ela se torna abusiva (Beckerman, van Berkel, Mesman, & Alink, 2017; Milner, 2003).

Disciplina Indutiva

A Disciplina Indutiva foi o quinto fator a emergir na análise e é composta por sete itens provenientes das dimensões Orientação racional, Encorajamento de Independência e Expressão de afeto do CRPR. Está ligada a estabelecer e reforçar limites de comportamentos socialmente adequados por meio da expressão de afeto positivo, racionalização, consideração da opinião da criança e flexibilidade.

Os itens que carregaram nesta dimensão demonstram sua consonância com o conceito de disciplina indutiva de Hoffman (1963) e reforçam o diferencial desta perspectiva que é aliar disciplina e afeto. Para a disciplina ser consistente e eficaz, ela deve vir carregada de afeto e oportunidades para a criança se expressar (Cruz, 2005; Hastings et al., 2007; Hoffman, 1994), o que está relacionado à introjeção das regras de conduta pela criança (Malti et al., 2013; Padilla-Walker et al., 2016). Os itens retidos nesta dimensão, após análise fatorial, expressam justamente afeto, indução de raciocínio, respeito à opinião da criança e explicação dos limites. O que é um diferencial do IDP, pois os outros instrumentos que avaliam a parentalidade com crianças pré-escolares (PSDQ, APQ e CECPAQ) consideram apenas as práticas positivas de disciplina, mas não apontam o afeto como construto tão necessário quanto para essa dimensão.

Esta dimensão apresentou um índice de confiabilidade adequado ($\alpha/\text{Lambda-2}=0,72/0,73$), porém foi o mais baixo dentro do instrumento. A reavaliação do conceito de disciplina indutiva, dos itens com cargas insatisfatórias que carregaram no fator, e dos itens que ficaram retidos, indicou que de fato este fator mensura disciplina indutiva. Porém, os itens que expressam afeto e respeito pela opinião da criança apresentaram melhores propriedades psicométricas e foram retidos em maior quantidade do que aqueles que medem a indução de raciocínio, advertência verbal, e a expressão de limites claros e bem definidos. Com isso, sugere-se que itens desta natureza que ficou descoberta sejam adicionados ao IDP para que esta dimensão seja o mais fiel possível daquilo que pretende medir, com itens com melhores qualidade psicométricas, por exemplo os itens da dimensão Disciplina

Positiva do CECPAQ que parecem dar conta desse conteúdo insuficiente com propriedades psicométricas adequadas.

Esta dimensão também se mostrou de acordo ao modelo teórico de Hoghughí (2004) cujas dimensões disciplina e desenvolvimento preconizam limites claros e apropriados com o inculcar de valores. Porém, ela demonstra uma limitação quando pensada como imposição de limite para garantir a proteção da criança ao mesmo tempo em há estimulação de sua autonomia, tendo em vista que nenhum item está relacionado a um limite em momentos de exploração. Os estudos de Bueno (2018) e Souza (2018) apontam que essa é uma limitação da própria Teoria da Relação de Ativação que precisa ser revista, pois nesse caso a disciplina deveria ser positiva, mas é medida por meio da punição. Portanto, sugere-se também a adição de itens relacionados à imposição de limites em atividades de promoção da autonomia.

Estímulo à Perseverança

Estímulo à Perseverança foi o sexto e último fator a emergir na análise e é composto por cinco itens provenientes da dimensão homônima do QOM. Essa dimensão é relativa a instigar a capacidade da criança de dar o melhor de si, persistir diante de adversidades, apresentar comportamentos consistentes e obstinados.

Esta é talvez uma das maiores revelações do IDP, pois nenhum outro instrumento propôs uma dimensão similar a esta para compor a parentalidade. O estudo de Souza (2018) sugeriu que os itens de estímulo do QOM poderiam configurar como unidimensionais, porém a AFE deste estudo reforçou a separação em dois fatores diferentes de práticas relacionadas à estimulação. Este fator emergir como primário para avaliar a parentalidade está em concordância com os estudos de Koltermann et al., (no prelo) e StGeorge et al. (2015) que o indicam como importante dimensão na construção da parentalidade. Esta indicação foi feita diante dos resultados das pesquisas de (Bueno, 2018; Koltermann et al., (no prelo); Paraventi, Bittencourt, et al., 2017; Souza, 2018) que demonstram que quando avaliada a abertura ao mundo, os pais e as mães apresentaram índices mais elevados de estímulo à perseverança do que de estímulo a assumir riscos ou punição.

Os achados das pesquisas que apontam os efeitos do estímulo à perseverança para o desenvolvimento sócio-emocional infantil, como aumento de competência social, melhor ajustamento psicossocial, diminuição de sintomas emocionais e menor hiperatividade (Beltrão, 2015; Bueno, 2018; Dumont & Paquette, 2013; Gaumon & Paquette, 2013) corroboram com a importância de se medir esta dimensão de

forma individualizada. Por fim, devido ao conteúdo da dimensão se referir às práticas que estimulem a criança a persistir diante de adversidades, apresentar comportamentos consistentes e obstinados, sugere-se que esta dimensão possa ter efeitos diretos no comportamento de resiliência da criança, que se caracteriza por um processo de adaptação positivo face a uma adversidade (Masten & Gewirtz, 2008; Neves, 2017). Sendo que o estímulo à perseverança pode ser pensado como um fator de proteção, pois desde pequena a criança aprenderia com os pais a ter uma atitude positiva e se adaptar diante de adversidades (Masten & Gewirtz, 2008; Neves, 2017). Assim, indiretamente, o estímulo à perseverança estaria relacionado à promoção de saúde mental.

Após a análise de cada dimensão, é notável que os estudos sobre envolvimento paterno (Bueno, 2018; Bueno, Bossardi, & Vieira, 2015; Dubeau et al., 2009; Dumont & Paquette, 2013; Gaumon, 2013; Paquette, 2004; Souza, 2018; StGeorge et al., 2015) contribuíram significativamente para as dimensões de parentalidade que emergiram. Em primeiro lugar, pois subsidiaram a escolha de itens especificamente construídos para se medir os comportamentos paternos para fazer parte do pool de itens inicial. Assim, o novo instrumento, desde sua construção, apresentou sensibilidade quanto aos comportamentos especificamente relacionados ao papel de pai, negligenciados nos instrumentos de parentalidade existentes (Arney et al., 2008; Lorber et al., 2014). Em segundo lugar, por terem destacado a relevância da Teoria da Relação de Ativação (Paquette, 2004), mais especificamente da função de abertura ao mundo definida em tal teoria, como um aspecto recente, porém de fundamental importância para se investigar as práticas parentais voltadas à estimulação, que apresentam implicações significativas no comportamento da criança (Flanders et al., 2009; Gaumon et al., 2016; Paquette et al., 2003; StGeorge et al., 2015).

E por fim, porque suscitaram o debate sobre as similaridades e diferenças entre os papéis paternos e maternos o qual direcionou o olhar com que a parentalidade foi pensada neste estudo – agregando-se os comportamentos historicamente relacionados ao papel de pai e de mãe. Isso quer dizer que se partiu da perspectiva que os itens do IDP caracterizam comportamentos que devem ser em boa medida exercidos pelos responsáveis pela criança, para que se assegure um desenvolvimento adequado das áreas funcionais infantis e que representam um indicador de parentalidade positiva. Com exceção da Disciplina Coercitiva em que escores mais baixos e quase nulos são

esperados, pois altos escores nessa dimensão já foram correlacionados a problemas de comportamentos na criança (Bueno, 2018; Goelman et al., 2014; Verhoeven, Junger, van Aken, et al., 2010a; Verhoeven, Junger, van Aken, et al., 2010b) e á uma parentalidade abusiva (Beckerman et al., 2017; Milner, 2003). Ou seja, parte-se de uma abordagem mais generalista, em que pais e mães podem apresentar tais comportamentos, e menos determinista de quais seriam os comportamentos apropriados, e até mesmo esperados, para o pai e quais os seriam para a mãe. O que não quer dizer que estudos empíricos não possam apontar em quais dimensões da parentalidade pais ou mães apresentam maiores especificidades, elas só não estão definidas à priori.

O objetivo de reunir evidências de validade com base na estrutura interna e de descrever os indicadores de precisão de um instrumento construído para avaliar as dimensões da parentalidade de pais e mães de crianças pré-escolares foi alcançado e a versão final do instrumento foi concluída. Com isso, retoma-se a pergunta de pesquisa: **Quais as evidências de validade de uma escala para mensurar parentalidade de pais e mães de crianças pré-escolares?** A qual foi respondida por meio dos resultados obtidos, como a precisão que variou de 0,72 a 0,88 para o alfa de Cronbach e 0,73 e 0,88 para o Lambda-2 de acordo à Teoria Clássica dos Testes, as cargas fatoriais que apresentaram-se acima de 0,41 e os valores de correlação item-total acima de 0,30.

Os resultados favoráveis de estrutura interna e confiabilidade fazem parte de uma busca inicial por evidências de validade do IDP que deve ser complementada e confirmada por estudos futuros. Como relatado, os resultados apontam para a eficácia do inventário em medir dimensões mais gerais da parentalidade que se mostram estáveis e significativas para um pleno desenvolvimento das áreas funcionais da criança. Porém, não se deve considerar que sejam as únicas dimensões existentes e que sejam capazes de medir a parentalidade como um todo, mas mostram-se adequadas para se obter indicadores de parentalidade.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A parentalidade é reconhecidamente um construto complexo, multidimensional e multideterminado, fazendo de sua mensuração da forma mais fidedigna a apropriada possível um grande desafio. Nesta pesquisa, o Modelo de parentalidade de Hoghugh (2004), a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (Bronfenbrenner, 2005), a Teoria do Apego (Bowlby, 1969), a Teoria da Relação de Ativação (Paquette, 2004) e a Teoria do Hoffman (1963), configuraram-se como contribuições teóricas centrais para o alcance do objetivo de propor um novo instrumento de medida, psicometricamente confiável, para acessar a parentalidade de pais e mães de crianças pré-escolares. O Inventário de Dimensões da Parentalidade construído apresentou evidências de validade adequadas, satisfatórias e favoráveis com base na análise da estrutura interna e dos indicadores de precisão. Revelou seis fatores capazes de acessar dimensões mais abrangentes, individuais e possivelmente mais estáveis da parentalidade, configurando-se como dimensões intermediárias entre os estilos parentais e as práticas parentais.

Ao final deste trabalho, percebe-se que a parentalidade é um fenômeno que precisa ser estudado em suas minúcias. Ainda que este estudo defina seis dimensões da parentalidade, vale ressaltar que elas representam aquelas que se mostraram mais estáveis e essenciais para assegurar um bom desenvolvimento da criança, mas não se resumem ou se limitam a si mesmas. Entende-se, portanto, que este estudo reforça a importância da investigação deste fenômeno já consolidado na literatura, mas que ainda gera dificuldades para definir os aspectos que o constituem por sua complexidade, e pela influência do contexto e do momento sócio-histórico em que é estudado.

As dimensões aqui apresentadas agrupam e refletem diferentes conceitos apresentados em pesquisas anteriores que variam em termos de terminologia, definição, base teórica e acesso ao fenômeno, ressaltando suas diferenças e similaridades. O conjunto de 87 itens iniciais propostos para compor o IDP incluía itens que originalmente foram pensados para acessar os estilos parentais e as práticas individualmente, porém os resultados apontaram que os itens se agruparam por dimensões com características homogêneas de atividades parentais, e não de acordo com os estilos com que os pais exercem seus comportamentos ou também não de forma ainda mais específica diferenciando as práticas parentais. As dimensões Suporte Emocional, Cuidados Básicos, Estímulo à Autonomia, Estímulo à Perseverança,

Disciplina Coercitiva e Disciplina Indutiva parecem configurar-se como dimensões centrais da parentalidade, e podem representar de forma individualizada as dimensões que se encontram agregadas nos Estilos Parentais e de forma mais abrangente as práticas parentais. Isso sugere que as dimensões centrais parecem ter maior destaque do que a agregação das práticas parentais em estilos ou a individualização de cada prática para definir as atividades parentais na atualidade.

Dentre as dimensões que emergiram, Suporte Emocional, Cuidados Básicos, Disciplina Coercitiva e Disciplina Indutiva, ainda que com outras terminologias, foram exploradas pela maioria dos estudos como componentes da parentalidade. A relação entre cada uma delas, de forma individual ou agregada, com o comportamento da criança foi descrita e analisada em diversas pesquisas como visto no início deste estudo. Entretanto, o mesmo não pode ser apontado para as dimensões Estímulo à Autonomia e Estímulo à Perseverança que se mostraram essenciais para se pensar a parentalidade na atualidade, mas que ainda não haviam sido incluídas num instrumento de parentalidade. Nesse ponto reside um dos maiores diferenciais do IDP, pois ele aponta para a existência de uma dimensão - a estimulação - com influências comprovadas no comportamento da criança, porém ainda pouco exploradas cientificamente como parte do fenômeno parentalidade. O que fornece suporte teórico e empírico para sua inclusão em modelos teóricos de parentalidade.

As dimensões identificadas no IDP podem servir como base não só para modelos teóricos, como também para o desenvolvimento de instrumento de avaliação da parentalidade mais complexos, como por exemplo protocolos de observação, roteiros de entrevistas ou medidas para as próprias crianças responderem. Diante dessas possibilidades, ressalta-se que o presente estudo tem a intenção de contribuir para a produção de conhecimento em Psicologia, a partir de uma nova ferramenta e com reflexões que auxiliem o avanço das pesquisas e de instrumentos de acesso à parentalidade. Representa mais um trabalho nas áreas de construção e validação de instrumentos, e de desenvolvimento infantil no Brasil, com a pretensão de colaborar ao avanço das publicações sobre famílias e desenvolvimento infantil do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSC – PPGP/UFSC.

As evidências de validade e as propriedades psicométricas adequadas sugerem que esse instrumento de medida pode ser usado para abarcar de maneira mais representativa a parentalidade no contexto brasileiro. Além disso, sugerem que ele pode ser uma relevante ferramenta para melhorar a qualidade, consistência e precisão da

avaliação da parentalidade, tanto nas pesquisas, quanto no contexto clínico. As dimensões mais abrangentes e individualizadas do IDP podem ser analisadas uma a uma, indicando quais delas necessitam maior atenção e intervenção para se promover uma parentalidade adequada.

Esse fato mostra-se como uma importante contribuição principalmente para os profissionais ou programas que trabalham com intervenção para promoção de uma parentalidade positiva. Isso porque os profissionais podem focar nas dimensões mais gerais e individualizadas que dão um caráter mais generalizável da parentalidade e comum a qualquer responsável, diferente do caráter mais pessoal e intrínseco que os estilos parentais apresentam. Esse foco desagregado pode transmitir para os pais a sensação de poder identificar em si qual das dimensões precisa de maior atenção, e podem passar a idéia de que podem ser mudadas cada uma a seu tempo, podendo levar a uma mudança positiva do comportamento parental mais rápida e com menos resistências. O que parece ser dificultoso quando se trabalha com estilos parentais que parecem transmitir a sensação de ter que mudar todo um modo de ser para apresentar uma parentalidade adequada, o que poderia levar mais tempo para que os pais apresentassem mudanças, e até mesmo maiores resistências, pois o foco está em si e não em uma tarefa. A aplicação do IDP antes e depois da condução de intervenções relacionadas à parentalidade parece ser uma boa sugestão para avaliar se ocorreram mudanças significativas ns principais dimensões da parentalidade.

Esse estudo apresentou contribuições científicas e implicações sociais como apontado anteriormente, mas seus resultados devem ser interpretados também à luz de suas limitações. Uma das principais limitações está relacionada à coleta de dados, pois o material respondido pelos pais e pelas mães era extenso e com uma grande quantidade de escalas e itens, tendo em vista que foram colhidos dados de outros construtos não utilizados neste estudo, mas que faziam parte do projeto “guarda-chuva”. Isso pode ter provocado fadiga e cansaço nas respostas ao final da pesquisa, gerando dados enviesados ou até mesmo a falta de dados. É possível também que outros fatores da parentalidade não tenham emergido no IDP pela falta ou baixa representação de itens que os caracterizassem no *pool* inicial de itens, mas que ainda assim poderiam ser importantes para determinar as dimensões da parentalidade na atualidade.

Além disso, a amostra deste estudo foi homogênea em termos de escolaridade, nível sócio-econômico, etnicidade, composição familiar e

idade da criança. Não foi representativa para uma discriminação entre uma amostra clínica e não clínica, e não foram utilizados instrumentos concomitantes capazes de avaliar a desajustabilidade social dos pais em serem percebidos como bons pais. Ainda que a amostra de participantes tenha se mostrado adequada, a generalização dos dados pode ser afetada não só pelos fatores já citados, como por causa do processo de participação voluntária. Os pais e mães que se ofereceram para participar podem ser mais comprometidos e envolvidos no exercício da parentalidade, o que pode ter endossado itens mais positivos. Ainda assim, o instrumento demonstrou sua força ao apresentar propriedades psicométricas satisfatórias para a dimensão Disciplina Coercitiva, indicando sua capacidade de mensurar comportamentos velados.

Outro destaque deste estudo foi o cuidado de efetuar e descrever todos os procedimentos necessários para a realização de uma análise fatorial exploratória adequada e de acordo com métodos atualizados ainda subutilizados nas pesquisas em Psicologia, principalmente no contexto nacional, como apontado pela literatura da área. Essa qualidade metodológica alinha a teoria e o desenho da pesquisa, trazendo maior fidedignidade aos dados, credibilidade aos resultados e possível replicabilidade do estudo. Outro aspecto importante em termos metodológicos foi o preenchimento dos questionários por parte dos pesquisadores de acordo com a resposta dos participantes, provavelmente reduzindo o número de dados faltantes e evitando maiores constrangimentos às pessoas com baixa ou não alfabetizadas.

Este estudo representa uma tentativa de operacionalizar e entender como os fatores que compõem a parentalidade se comportam na cultura brasileira. Portanto, reconhece-se que novos estudos são essenciais para análise de outras soluções fatoriais que possam se mostrar mais adequadas tanto em relação à população brasileira, quanto em relação à literatura. Além disso, destaca-se a importância de estudos futuros desenvolverem novos itens que se destinem a cobrir partes descobertas pelos itens atuais do IDP, e que foquem na busca de outras evidências de validade de construto por meio de análises confirmatórias e modelagens de equações estruturais, bem como evidências de validade de critério por meio de medidas já existentes com dimensões parentais similares. Novas análises fatoriais com uma ampliação da amostra podem ser interessantes para verificar se a estrutura fatorial permanece constante, ou se outros fatores irão surgir.

Indica-se também que as pesquisas avaliem a aplicabilidade do IDP em outras populações que não pais e mães de crianças pré-escolares, do sul do Brasil, com elevados níveis de escolaridade. Por

exemplo, em famílias monoparentais; famílias biparentais homoafetivas; com responsáveis por crianças em idade escolar ou adolescentes. Sugerem-se também relações e comparações entre culturas diferentes; entre famílias com status sócio-econômico diversificado; entre participantes com diferentes níveis de escolaridade ou jornada de trabalho; entre a ordem de nascimento dos filhos; e entre amostras clínicas e não clínicas. Ademais, apontam-se alguns construtos com indícios na literatura com implicações para a parentalidade, como o temperamento da criança, a coparentalidade, a personalidade e a saúde mental dos pais.

Por fim, destaca-se a importância que essa pesquisa teve para os próprios participantes. Muitos pais e mães afirmaram que os questionários os fizeram refletir sobre os comportamentos que tinham em relação aos filhos, e também sobre aqueles que não haviam pensado até terem contato com este estudo. Esses momentos de reflexão e revisão sobre a própria parentalidade já se constituem como uma forma de intervenção para os pais. As famílias afirmaram ter gostado de participar da pesquisa, agradeceram a oportunidade de participação, e se colocaram à disposição para colaborar em estudos futuros, o que pareceu demonstrar que tiveram uma sincera e agradável experiência.

9 REFERÊNCIAS

- Almeida, B. L. (2015). Parentalidade e a sua avaliação: Contributo para a validação do inventário sobre parentalidade de adultos e adolescentes (Versão 2), para a população portuguesa (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Motricidade Humana, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Alvarenga, P., & Piccinini, C. (2001). Práticas Educativas Maternas e Problemas de Comportamento em Pré-Escolares . *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14(3), 449-460.
- Arney, F., Rogers, H., Baghurst, P., Sawyer, M., & Prior, M. (2008). The reliability and validity of the Parenting Scale for Australian mothers of preschool-aged children. *Australian Journal of Psychology*, 60(1), 44–52. <https://doi.org/10.1080/00049530701458076>
- Arnold, D. S., O’Leary, S. G., Wolff, L. S., & Acker, M. M. (1993). The Parenting Scale: A measure of dysfunctional parenting in discipline situations. *Psychological Assessment*, 5(2), 137–144. <https://doi.org/10.1037/1040-3590.5.2.137>
- Backes, M. S. (2015). A relação entre o envolvimento paterno e a abertura ao mundo em pais de crianças entre quatro a seis anos (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Bandeira, T. T. (2009). Crenças sobre investimento parental (Dissertação de Mestrado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
- Barber, B. K. (1996). Parental Psychological Control: Revisiting a Neglected Construct. *Child Development*, 67(6), 3296–3319. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8624.1996.tb01915.x>
- Barber, B. K. (2006). Reintroducing parental psychological control. In B. K. Barber (Ed.), *Intrusive parenting: How psychological control affects children and adolescents* (pp. 3–13). Washington, DC: American Psychological Association.
- Barroso, R. G., & Machado, C. (2015). Definições, dimensões e determinantes da parentalidade. In G. A. Pluciennik, M. C. Lazzari, & M. F. Chicaro (Eds.), *Fundamentos da família como promotora do desenvolvimento infantil Parentalidade em foco* (pp. 16–32). São Paulo, SP: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal – FMCSV.
- Baumrind, D. (1966). Effects of Authoritative Parental Control on Child Behavior. *Child Development*, 37(4), 887-907. <https://doi.org/10.2307/1126611>
- Baumrind, D. (1967). Child care practices anteceding three patterns of preschool behavior. *Genetic Psychology Monographs*, 75(1), 43–88.
- Beckerman, M., van Berkel, S. R., Mesman, J., & Alink, L. R. A. (2017). The role of negative parental attributions in the associations between daily stressors, maltreatment history, and harsh and abusive

- discipline. *Child Abuse & Neglect*, 64, 109–116. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2016.12.015>
- Belsky, J. (1984). The Determinants of Parenting: A Process Model. *Child Development*, 55(1), 83–96. <https://doi.org/10.2307/1129836>
- Belsky, J. & Jaffee, S. (2006). The multiple determinants of parenting. In D. Cicchetti & D. Cohen (Eds), *Developmental psychopathology* (pp.38-77). 2^aed. New York: Wiley.
- Belsky, J., Pasco Fearon, R. M., & Bell, B. (2007). Parenting, attention and externalizing problems: testing mediation longitudinally, repeatedly and reciprocally. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 48(12), 1233–1242. <https://doi.org/10.1111/j.1469-7610.2007.01807.x>
- Beltrão, L. G. (2015). Envolvimento parental, desenvolvimento social e temperamento de pré-escolares: um estudo comparativo com famílias residentes em Santa Catarina e em Montreal (Tese de doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Betz, N. (2000). Test Construction. In F. Leong & J. Austin (Eds.), *The Psychology Research Handbook: A Guide for Graduate Students and Research Assistants* (pp. 239–250). Thousand Oaks, Califórnia: Sage Publications.
- Block, J. H. (1965). The child-rearing practices report (CRPR): A set of Q items for the description of parental socialization attitudes and values. Unpublished manuscript, Institute of Human Development, University of California, Berkeley.
- Bögels, S. M., & Melick, M. van. (2004). The relationship between child-report, parent self-report, and partner report of perceived parental rearing behaviors and anxiety in children and parents. *Personality and Individual Differences*, 37(8), 1583–1596. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2004.02.014>
- Bolsoni-Silva, A. T., & Marturano, E. M. (2002). Práticas educativas e problemas de comportamento: uma análise à luz das habilidades sociais. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 7(2), 227-235.
- Bolze, S. D. A. (2011). A relação entre engajamento paterno e conflito conjugal dos pais com crianças de 4 a 6 anos (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Bornstein, M. H., & Toole, M. (2010). Assessment of Parenting. In *Parenthood and Mental Health* (pp. 349–355). Chichester, UK: John Wiley & Sons, Ltd. <https://doi.org/10.1002/9780470660683.ch31>
- Bossardi, C. N. (2011). Relação do engajamento parental e relacionamento conjugal no investimento com os filhos (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Bossardi, C. N. (2015). Envolvimento e interações paternas com filhos de 4 a 6 anos: relações com os sistemas parental e conjugal (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

- Bossardi, C. N., Souza, C. D. de, Gomes, L. B., Bolze, S. D. A., Schimdt, B., Vieira, M. L., Paquette, D., & Crepaldi, M. A., (no prelo). Adaptação Transcultural e Validação do Questionário de Engajamento Paterno. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*.
- Botton, A., Cúnico, S. D., Barcinski, M., & Strey, M. N. (2015). Os papéis parentais nas famílias: analisando aspectos transgeracionais e de gênero. *Pensando Famílias*, 19(2), 43-56.
- Bowlby, J. (1969). *Attachment and loss: Attachment*. New York, NY: Basic Books.
- Bowlby, J. (2002). *Apego: a natureza do vínculo*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development: experiments by nature and design*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Bronfenbrenner, U. (1993). Ecological models of human development. In M. Gauvain & M. Cole (Eds.), *Readings on the development of children* (pp. 37–43). New York, NY: Freeman.
- Bronfenbrenner, U. (2005). The bioecological theory of human development. In U. Bronfenbrenner (Ed.), *Making human beings human: Bioecological perspectives on human development* (pp. 3-14). Thousand Oaks, Califórnia: Sage Publications.
- Bronfenbrenner, U., & Evans, G. W. (2000). Developmental science in the 21st century: Emerging questions, theoretical models, research designs and empirical findings. *Social Development*. 9(1), 115-125. <https://doi.org/10.1111/1467-9507.00114>
- Bronfenbrenner, U., & Morris, P. A. (2006). The bioecological model of human development. In W. Damon & R. M. Lerner (Eds.), *Handbook of child psychology: Theoretical models of human development* (pp. 793–828). Hoboken, NJ: John Wiley & Sons.
- Brown, A. M., & Whiteside, S. P. (2008). Relations among perceived parental rearing behaviors, attachment style, and worry in anxious children. *Journal of Anxiety Disorders*, 22(2), 263–272. <https://doi.org/10.1016/j.janxdis.2007.02.002>
- Bueno, R. K. (2018). Associações entre relação de ativação pai-criança, funcionamento familiar e comportamento da criança pré-escolar em famílias biparentais (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Bueno, R. K., Bossardi, C. N., & Vieira, M. L. (2015). Papel do pai no contexto contemporâneo. In E. R. Goetz & M. L. Vieira (Eds.), *Novo pai: Percursos, desafios e possibilidades* (pp. 109–124). Curitiba: Juruá.
- Cabrera, N. J., Fagan, J., Wight, V., & Schadler, C. (2011). Influence of mother, father, and child risk on parenting and children's cognitive

- and social behaviors. *Child Development*, 82(6), 1985–2005. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8624.2011.01667.x>
- Cano, D. S., & Moré, C. L. O. O. (2008). A família como protagonista: desafios atuais. *Psico*, 39(2), 255–257.
- Carlo, G., Knight, G. P., McGinley, M., & Hayes, R. (2011). The roles of parental inductions, moral emotions, and moral cognitions in prosocial tendencies among Mexican American and European American early adolescents. *The Journal of Early Adolescence*, 31(6), 757–781. <https://doi.org/10.1177/0272431610373100>
- Caron, A., Weiss, B., Harris, V., & Catron, T. (2006). Parenting Behavior Dimensions and Child Psychopathology: Specificity, Task Dependency, and Interactive Relations. *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology*, 35(1), 34–45. https://doi.org/10.1207/s15374424jccp3501_4
- Chuang, L.-Y., Chen, C.-H., & Shu, B.-C. (2013). [Testing the reliability and validity of a parenting scale for Indonesia mothers in transnational marriages]. *Hu li za zhi The journal of nursing*, 60(4), 43–52. <https://doi.org/10.6224/JN.60.3.43>
- Clerkin, S. M., Halperin, J. M., Marks, D. J., & Policaro, K. L. (2007). Psychometric Properties of the Alabama Parenting Questionnaire–Preschool Revision. *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology*, 36(1), 19–28. <https://doi.org/10.1080/15374410709336565>
- Cohen, R. J., Swerdlik, M. E., & Sturman, E. D. (2014). *Testagem e Avaliação Psicológica*. Porto Alegre: AMGH.
- Collett, B. R., Gimpel, G. A., Greenson, J. N., & Gunderson, T. L. (2001). Assessment of Discipline Styles Among Parents of Preschool Through School-Age Children. *Journal of Psychopathology and Behavioral Assessment*, 23(3), 163–170. <https://doi.org/10.1023/1010965220517>
- Confalonieri, E., Giuliani, C., & Tagliabue, S. (2009). Authoritative and authoritarian parenting style and their dimensions: First contribution to the Italian adaptation of a self-report instrument. *Bollettino Di Psicologia Applicata*, 258, 51–61.
- Costa, P. A., Pereira, H., & Leal, I. P. (2012). Homoparentalidade: o estado da investigação e a procura da normalização. *Psicologia*, 26(1), 55–69.
- Cova, F., Bustos, C., Rincón, P., Streiner, D. L., Grandón, P., Saldivia, S., ... Contreras, G. (2017). Psychometric properties of the alabama parenting questionnaire adapted to families of chilean preschoolers. *Infant Mental Health Journal*, 38(2), 249–257. <https://doi.org/10.1002/imhj.21631>
- Cruz, O. (2005). *Parentalidade*. Coimbra: Quarteto.

- Cruz, O., & Ducharme, M. B. (2006). Intervenção na parentalidade: o caso específico da formação de pais. *Revista Galego-Portuguesa de Psicoloxía e Educación*, 13(11), 295–309.
- Dadds, M. R., Maujean, A., & Fraser, J. A. (2003). Parenting and conduct problems in children: Australian data and psychometric properties of the Alabama Parenting Questionnaire. *Australian Psychologist*, 38(3), 238–241. <https://doi.org/10.1080/00050060310001707267>
- Damáσιο, B. F. (2012). Uso da análise fatorial exploratória em psicologia. *Avaliação Psicológica*, 11(2), 213–228.
- Daniel, E., Madigan, S., & Jenkins, J. (2016). Paternal and maternal warmth and the development of prosociality among preschoolers. *Journal of Family Psychology: JFP: Journal of the Division of Family Psychology of the American Psychological Association (Division 43)*, 30(1), 114–124. <https://doi.org/10.1037/fam0000120>
- Darling, N., & Steinberg, L. (1993). *Parenting Style as Context: An Integrative Model*. *Psychological Bulletin*, 113(3), 487–496. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.113.3.487>
- de la Osa, N., Granero, R., Penelo, E., Domènech, J. M., & Ezpeleta, L. (2014). Psychometric Properties of the Alabama Parenting Questionnaire-Preschool Revision (APQ-Pr) in 3 Year-Old Spanish Preschoolers. *Journal of Child and Family Studies*, 23(5), 776–784. <https://doi.org/10.1007/s10826-013-9730-5>
- Dekovic, M., Janssens, J. M., & Gerris, J. R. (1991). Factor structure and construct validity of the Block Child Rearing Practices Report (CRPR). *Psychological Assessment*, 3(2), 182–187. <https://doi.org/10.1037/1040-3590.3.2.182>
- DeVellis, R. F. (2016). *Scale Development: Theory and Applications* (4th ed.). Thousand Oaks, Califórnia: Sage Publications.
- Dubeau, D., Devault, A., & Paquette, D. (2009). L'engagement paternel, un concept aux multiples facettes. In D. Dubeau, A. Devault, & G. Forget (Eds.), *La paternité au XXI siècle* (pp. 71–98). Québec, Canada: Les Presses de l'Université Laval.
- Dumont, C., & Paquette, D. (2013). What about the child's tie to the father? A new insight into fathering, father-child attachment, children's socio-emotional development and the activation relationship theory. *Early Child Development and Care*, 183(3–4), 430–446. <https://doi.org/10.1080/03004430.2012.711592>
- ECA. (1990). Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasil.
- Essau, C. A., Sasagawa, S., & Frick, P. J. (2006). Psychometric Properties of the Alabama Parenting Questionnaire. *Journal of Child and Family Studies*, 15(5), 595–614. <https://doi.org/10.1007/s10826-006-9036-y>
- Fabes, R. A., Gaertner, B. M., & Popp, T. K. (2008). Getting Along with

- Others: Social Competence in Early Childhood. In *Blackwell Handbook of Early Childhood Development* (pp. 296–316). Oxford, UK: Blackwell Publishing Ltd.
<https://doi.org/10.1002/9780470757703.ch15>
- Fagan, J., Day, R., Lamb, M. E., & Cabrera, N. J. (2014). Should Researchers Conceptualize Differently the Dimensions of Parenting for Fathers and Mothers? *Journal of Family Theory & Review*, *6*(4), 390–405. <https://doi.org/10.1111/jftr.12044>
- Ferrando, P. J., & Anguiano-Carrasco, C. (2010). Factor Analysis as a Research Technique in Psychology. *Papeles Del Psicologo*, *31*(1), 18–33.
- Field, A. (2009). *Descobrimo a estatística usando o SPSS* (2nd ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Figueiredo, B., & Lamela, D. (2014). Parentalidade e coparentalidade: Conceitos básicos e programas de intervenção. In *CUP Book: Contributos para a intervenção em Psicologia*. Porto: Universidade Católica Portuguesa.
- Finley, G. E., Mira, S. D., & Schwartz, S. J. (2008). Perceived paternal and maternal involvement: Factor structures, mean differences, and parental roles. *Fathering: A Journal of Theory, Research, and Practice about Men as Fathers*, *6*(1), 62–82. <https://doi.org/10.3149/fth.0601.62>
- Flanders, J. L., Leo, V., Paquette, D., Pihl, R. O., & Seguin, J. R. (2009). Rough-and-tumble play and the regulation of aggression: an observational study of father-child play dyads. *Aggressive Behavior*, *35*(4), 285–295. <https://doi.org/10.1002/ab.20309>
- Fleiss, J. L. (1981). *Statistical Methods for Rates and Proportions*. London, UK: John Wiley & Sons, Ltd.
- Gagnon, M. N. (2012). L'engagement parental des mères et des pères: Associations avec la relation coparentale et l'adaptation socio-affective à l'âge préscolaire (Tese de Doutorado). Universidade de Montreal, Canadá.
- Gardner, F., Shaw, D. S., Dishion, T. J., Burton, J., & Supplee, L. (2007). Randomized prevention trial for early conduct problems: Effects on proactive parenting and links to toddler disruptive behavior. *Journal of Family Psychology*, *21*(3), 398–406. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.21.3.398>
- Gaskin, C. J., & Happell, B. (2014). On exploratory factor analysis: A review of recent evidence, an assessment of current practice, and recommendations for future use. *International Journal of Nursing Studies*, *51*(3), 511–521. <https://doi.org/10.1016/j.ijnurstu.2013.10.005>
- Gaumon, S. (2013). La relation d'activation père-enfant, les problèmes

- intériorisés et l'anxiété chez les enfants d'âge préscolaire. (Tese de Doutorado). Universidade de Montreal, Montreal, Canadá.
- Gaumon, S., & Paquette, D. (2013). The father–child activation relationship and internalising disorders at preschool age. *Early Child Development and Care*, 183(3–4), 447–463. <https://doi.org/10.1080/03004430.2012.711593>
- Gaumon, S., Paquette, D., Cyr, C., Émond-Nakamura, M., & St-André, M. (2016). Anxiety and attachment to the mother in preschoolers receiving psychiatric care: the father–child activation relationship as a protective factor. *Infant Mental Health Journal*, 37(4), 372–387. <https://doi.org/10.1002/imhj.21571>
- Gaylord, N. K., Kitzmann, K. M., & Coleman, J. K. (2003). Parents' and Children's Perceptions of Parental Behavior: Associations with Children's Psychosocial Adjustment in the Classroom. *Parenting*, 3(1), 23–47. https://doi.org/10.1207/S15327922PAR0301_02
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6th ed.). São Paulo: Atlas.
- Goelman, H., Zdaniuk, B., Boyce, W. T., Armstrong, J. M., & Essex, M. J. (2014). Maternal mental health, child care quality, and children's behavior. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 35(4), 347–356. <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.appdev.2014.05.003>
- Gomes, A. A., & Melchiori, L. E. (2012). *A Teoria do Apego no contexto da produção científica contemporânea*. São Paulo, SP: Atlas.
- Gomes, L. B. (2011). Engajamento paterno e agressividade em crianças de quatro a seis anos (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Gomide, P. I. C. (2006). Inventário de Estilos Parentais. In *Modelo teórico: manual de aplicação, apuração e interpretação*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Gray, D. E. (2012). Desenho de pesquisa: métodos quantitativos. In D. E. Gray (Org.), *Pesquisa no mundo real* (pp. 108–133). Porto Alegre: Penso.
- Groh, A. M., Fearon, R. M. P., IJzendoorn, M. H., Bakermans-Kranenburg, M. J., & Roisman, G. I. (2016). Attachment in the Early Life Course: Meta-Analytic Evidence for Its Role in Socioemotional Development. *Child Development Perspectives*, 11(1), 70–76. <https://doi.org/10.1111/cdep.12213>
- Grolnick, W. S., & Gurland, S. T. (2002). Mothering: Retrospect and prospect. In J. McHale & W. S. Grolnick (Eds.), *Retrospect and prospect in the psychological study of families* (pp. 5–33). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Harvey, E., Danforth, J. S., Ulaszek, W. R., & Eberhardt, T. L. (2001). Validity of the parenting scale for parents of children with attention-

- deficit/hyperactivity disorder. *Behaviour Research and Therapy*, 39(6), 731–743. [https://doi.org/10.1016/S0005-7967\(00\)00052-8](https://doi.org/10.1016/S0005-7967(00)00052-8)
- Hastings, P. D., McShane, K. E., Parker, R., & Ladha, F. (2007). Ready to make nice: parental socialization of young sons' and daughters' prosocial behaviors with peers. *The Journal of Genetic Psychology*, 168(2), 177–200. <https://doi.org/10.3200/GNTP.168.2.177-200>
- Hoffman, M. L. (1963). Childrearing Practices and Moral Development: Generalizations from Empirical Research. *Child Development*, 34(2), 295. <https://doi.org/10.2307/1126729>
- Hoffman, M. L. (1970). Conscience, Personality, and Socialization Techniques. *Human Development*, 13(2), 90–126.
- Hoffman, M. L. (1994). Discipline and internalization. *Developmental Psychology*, 30(1), 26–28. <https://doi.org/10.1037/0012-1649.30.1.26>
- Hoffman, M. L. (2010). Empathy and prosocial behavior. In M. Lewis, J. M. Haviland-Jones, & L. F. Barrett (Eds.), *Handbook of emotions* (pp. 440–455). New York, NY: Guilford Press.
- Hoffman, M. L., & D. Saltzstein, H. (1967). Parent Discipline and the Child's Moral Development. *Journal of personality and social psychology*, 5(1), 45-57. <https://doi.org/10.1037/h0024189>
- Hoghugh, M. (2004). Parenting: an introduction. In M. Hoghugh & N. Long (Eds.), *Handbook of parenting: Theory and research for practice* (pp. 1–18). London, NY: Sage Publications.
- Howard, M. C. (2016). A Review of Exploratory Factor Analysis Decisions and Overview of Current Practices: What We Are Doing and How Can We Improve? *International Journal of Human-Computer Interaction*, 32(1), 51–62. <https://doi.org/10.1080/10447318.2015.1087664>
- Hurley, K. D., Huscroft-D'Angelo, J., Trout, A., Griffith, A., & Epstein, M. (2014). Assessing parenting skills and attitudes: A review of the psychometrics of parenting measures. *Journal of Child and Family Studies*, 23(5), 812–823. <https://doi.org/10.1007/s10826-013-9733-2>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, I. (2016). Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE.
- Keller, H. (2018). Parenting and socioemotional development in infancy and early childhood. *Developmental Review*, 50, 31-41. <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.dr.2018.03.001>
- Kiff, C. J., Lengua, L. J., & Zalewski, M. (2011). Nature and Nurturing: Parenting in the Context of Child Temperament. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 14(3), 251–301. <https://doi.org/10.1007/s10567-011-0093-4>
- Kimble, A. B. (2014). The parenting styles and dimensions questionnaire: A reconceptualization and validation (Dissertação de Mestrado).

- Oklahoma State University, Stillwater, OK.
- Kline, P. (1993). *The Handbook of Psychological Testing*. London, NY: Routledge.
- Kobarg, A. P. R., & Vieira, M. L. (2008). Crenças e práticas de mães sobre o desenvolvimento infantil nos contextos rural e urbano. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(3), 401-408. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722008000300008>.
- Kochanska, G., Kuczynski, L., & Radke-Yarrow, M. (1989). Correspondence between mothers' self-reported and observed child-rearing practices. *Child Development*, 60(1), 56-63.
- Koltermann, J. P., Souza, C. D. de, Bueno, R. K., Paraventi, L., & Vieira, M. L. (no prelo). Abertura ao mundo de pais e mães de crianças pré-escolares em famílias biparentais. *Paidéia*.
- Kuppens, S., Grietens, H., Onghena, P., & Michiels, D. (2009). Measuring Parenting Dimensions in Middle Childhood. *European Journal of Psychological Assessment*, 25(3), 133-140. <https://doi.org/10.1027/1015-5759.25.3.133>
- Lafond, K. G. (2014). L'agencement des relations père-enfant et mère-enfant; Liens avec le developpement social d'enfants d'age prescolaire de familles nucleaires (Tese de Doutorado). Universidade de Sherbrooke, Sherbrooke, Canadá.
- Lamb, M. E., Pleck, J. H., Charnov, E. L., & Levine, J. A. (1985). Paternal behavior in humans. *American Zoologist*, 25, 883-894.
- Laros, J. (2012). O Uso da Análise Fatorial: Algumas Diretrizes para Pesquisadores. Análise fatorial para pesquisadores. In L. Pasquali (Org.), *Análise fatorial para pesquisadores* (pp. 141-160). Petrópolis: Vozes.
- Lloret-Segura, S., Ferreres-Traver, A., Hernández-Baeza, A., & Tomás-Marco, I. (2014). El análisis factorial exploratorio de los ítems: una guía práctica, revisada y actualizada. *Anales de Psicología*, 30(3), 1151-1169. <https://doi.org/10.6018/analesps.30.3.199361>
- Locke, L. M., & Prinz, R. J. (2002). Measurement of parental discipline and nurturance. *Clinical Psychology Review*, 22(6), 895-929. [https://doi.org/10.1016/S0272-7358\(02\)00133-2](https://doi.org/10.1016/S0272-7358(02)00133-2)
- Lorber, M. F., Xu, S., Slep, A. M. S., Bulling, L., & O'Leary, S. G. (2014). A New Look at the Psychometrics of the Parenting Scale Through the Lens of Item Response Theory. *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology*, 43(4), 613-626. <https://doi.org/10.1080/15374416.2014.900717>
- Lovejoy, M. C., Weis, R., O'Hare, E., & Rubin, E. C. (1999). Development and initial validation of the Parent Behavior Inventory. *Psychological Assessment*, 11(4), 534-545. <https://doi.org/10.1037/1040-3590.11.4.534>

- Lysenko, L. J., Barker, E. D., & Jaffee, S. R. (2012). Sex Differences in the Relationship between Harsh Discipline and Conduct Problems. *Social Development, 22*(1), 197–214. <https://doi.org/10.1111/sode.12002>
- Macarini, S. M., Martins, G. D., Minetto, M. de F., & Vieira, M. L. (2010). Práticas parentais: uma revisão da literatura brasileira. *Arquivos Brasileiros de Psicologia, 62*(1), 119-134.
- Maccoby, E. E. (2000). Parenting and its effects on children: on reading and misreading behavior genetics. *Annual Review of Psychology, 51*, 1–27. <https://doi.org/10.1146/annurev.psych.51.1.1>
- Maccoby, E. E., & Martin, J. A. (1983). Socialization in the context of the family: Parent-child interaction. In P. H. Mussen & E. M. Hetherington (Eds.), *Handbook of child psychology: Vol. 4: Socialization, personality and social development* (pp. 1–101). New York: Wiley.
- Malti, T., Eisenberg, N., Kim, H., & Buchmann, M. (2013). Developmental Trajectories of Sympathy, Moral Emotion Attributions, and Moral Reasoning: The Role of Parental Support. *Social Development, 22*(4), 773-793. <https://doi.org/10.1111/sode.12031>
- Marin, A. H., Piccinini, C. A., & Tudge, J. R. H. (2011). Estabilidade e mudança nas práticas educativas maternas e paternas ao longo dos anos pré-escolares da criança. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 24*, 71–79. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722011000100009>
- Masten, A. S., & Gewirtz, A. H. (2008). Vulnerability and Resilience in Early Child Development. *Blackwell Handbook of Early Childhood Development*. <https://doi.org/doi:10.1002/9780470757703.ch2>
- McDowell, D. J., & Parke, R. D. (2009). Parental correlates of children's peer relations: an empirical test of a tripartite model. *Developmental Psychology, 45*(1), 224–235. <https://doi.org/10.1037/a0014305>
- McKee, L. G., Jones, D. J., Forehand, R., & Cuellar, J. (2013). Assessment of parenting behaviors and style, parenting relationships, and other parent variables in child assessment. *The Oxford Handbook of Child Psychological Assessment*. New York, NY, US: Oxford University Press.
- Michiels, D., Grietens, H., Onghena, P., & Kuppens, S. (2010). Perceptions of maternal and paternal attachment security in middle childhood: links with positive parental affection and psychosocial adjustment. *Early Child Development and Care, 180*(1–2), 211–225. <https://doi.org/10.1080/03004430903415064>
- Milner, J. S. (2003). Social information processing in high-risk and physically abusive parents. *Child Abuse & Neglect, 27*(1), 7–20. [https://doi.org/https://doi.org/10.1016/S0145-2134\(02\)00506-9](https://doi.org/https://doi.org/10.1016/S0145-2134(02)00506-9)
- Miot, H. A. (2017). Avaliação da normalidade dos dados em estudos clínicos e experimentais. *Jornal Vascular Brasileiro, 16*(2), 88–91.

- <https://doi.org/10.1590/1677-5449.041117>
- Morelli, G. A., Chaudhary, N., Gottlieb, A., Keller, H., Murray, M., Quinn, N., ... Vicedo. (2017). Taking culture seriously: A pluralistic approach to attachment. In H. Keller & K. A. Bard (Eds.), *The cultural nature of attachment. Contextualizing relationships and development* (pp. 139–170). Cambridge, MA: MIT Press.
- Mozzaquatro, C. de O., & Arpini, D. M. (2017). Planejamento Familiar e Papéis Parentais: o Tradicional, a Mudança e os Novos Desafios. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(4), 923-938. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703001242016>.
- Mundfrom, D. J., Shaw, D. G., & Ke, T. L. (2005). Minimum Sample Size Recommendations for Conducting Factor Analyses. *International Journal of Testing*, 5(2), 159–168. https://doi.org/10.1207/s15327574ijt0502_4
- Neves, L. M. (2017). Importância da promoção da resiliência em crianças em idade escolar- impacto de um programa promotor de competências (Dissertação de Mestrado). Universidade de Lisboa, Faculdade de motricidade humana, Lisboa.
- Olds, D. L., Sadler, L., & Kitzman, H. (2007). Programs for parents of infants and toddlers: recent evidence from randomized trials. *Journal of Child Psychology and Psychiatry, and Allied Disciplines*, 48(3–4), 355–391. <https://doi.org/10.1111/j.1469-7610.2006.01702.x>
- Oliva, A. D., Vieira, M. L., Mendes, D. M. F., & Martins, G. D. F. (2017). Aspectos biológicos e culturais sobre desenvolvimento infantil e cuidados parentais. In M. L. Vieira & A. D. Oliva (Eds.), *Evolução, Cultura e Comportamento Humano* (pp. 159–219). Florianópolis, Santa Catarina: Edições do Bosque/CFH/UFSC.
- Oliveira, T. D., Costa, D. de S., Albuquerque, M. R., Malloy-Diniz, L. F., Miranda, D. M., & de Paula, J. J. (2018). Cross-cultural adaptation, validity, and reliability of the Parenting Styles and Dimensions Questionnaire – Short Version (PSDQ) for use in Brazil. *Revista Brasileira de Psiquiatria*. <https://doi.org/10.1590/1516-4446-2017-2314>
- Önder, A., & Gülay, H. (2009). Reliability and validity of parenting styles and dimensions questionnaire. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 1(1), 508–514. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2009.01.092>
- Ong, M. Y., Eilander, J., Saw, S. M., Xie, Y., Meaney, M. J., & Broekman, B. F. P. (2018). The influence of perceived parenting styles on socio-emotional development from pre-puberty into puberty. *European Child & Adolescent Psychiatry*, 27(1), 37–46. <https://doi.org/10.1007/s00787-017-1016-9>
- Osburn, H. G. (2000). Coefficient alpha and related internal consistency reliability coefficients. *Psychological Methods*, 5(3), 343–355.

- Padilla-Walker, L. M., Nielson, M. G., & Day, R. D. (2016). The role of parental warmth and hostility on adolescents' prosocial behavior toward multiple targets. *Journal of Family Psychology, 30*(3), 331–340. <https://doi.org/10.1037/fam0000157>
- Paquette, D. (2004). Theorizing the Father-Child Relationship: Mechanisms and Developmental Outcomes. *Human Development, 47*(4), 193–219. <https://doi.org/10.1159/000078723>
- Paquette, D. (2014). *Ce que les chimpanzés m'ont appris*. Montréal: Éditions MultiMondes.
- Paquette, D., & Bigras, M. (2010). The risky situation: a procedure for assessing the father-child activation relationship. *Early Child Development and Care, 180*(1–2), 33–50. <https://doi.org/10.1080/03004430903414687>
- Paquette, D., Bolté, C., Turcotte, G., Dubeau, D., & Bouchard, C. (2000). A new typology of fathering: defining and associated variables. *Infant and Child Development, 9*(4), 213–230. [https://doi.org/10.1002/1522-7219\(200012\)9:4<213::AID-ICD233>3.0.CO;2-0](https://doi.org/10.1002/1522-7219(200012)9:4<213::AID-ICD233>3.0.CO;2-0)
- Paquette, D., Carbonneau, R., Dubeau, D., Bigras, M., & Tremblay, R. E. (2003). Prevalence of father-child rough-and-tumble play and physical aggression in preschool children. *European Journal of Psychology of Education, 18*(2), 171–189. <https://doi.org/10.1007/BF03173483>
- Paquette, D., Eugene, M. M., Dubeau, D., & Gagnon, M. N. (2009). Les pères ont-ils une influence spécifique sur le développement des enfants? In D. Dubeau, A. Devault, & G. Forget (Eds.), *La paternité au XXI siècle* (pp. 99–119). Québec, Canada: Les Presses de l'Université Laval.
- Paraventi, L., Bittencourt, I. G., Schulz, M. L. C., De Souza, C. D., Bueno, R. K., & Vieira, M. L. (2017). A percepção de pessoas sem filhos sobre a função paterna de abertura ao mundo. *Psico, 48*(1), 1-11. <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2017.1.24057>
- Paraventi, L., Gomes, Q. de S., Schneider, D. R., & Vieira, M. L. (2017). Teoria da relação de ativação pai-crianças: considerações históricas e epistemológicas. In L. V. de C. Moreira, E. P. Rabinovich, & M. N. Ramos (Eds.), *Pais, avós e relacionamento intergeracionais na famílias contemporânea* (pp. 79–96). Curitiba, PR: Editora CRV.
- Parent, J., & Forehand, R. (2017). The Multidimensional Assessment of Parenting Scale (MAPS): Development and Psychometric Properties. *Journal of Child and Family Studies, 26*(8), 2136–2151. <https://doi.org/10.1007/s10826-017-0741-5>
- Pasquali, L. (1999). *Instrumentos Psicológicos: manual prático de elaboração*. Brasília, DF: LabPAM-IBAPP.
- Pasquali, L. (2010). *Instrumentação psicológica: Fundamentos e práticas*.

- Porto Alegre: Artmed.
- Pedro, M. F., Carapito, E., & Ribeiro, T. (2015). Parenting Styles and Dimensions Questionnaire - versão portuguesa de autorrelato. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 28(2), 302–312. <https://doi.org/10.1590/1678-7153.201528210>
- Reder, P., Duncan, S., & Lucey, C. (2003). *Studies in the assessment of parenting*. London, UK: Routledge.
- Reef, J., Donker, A. G., Van Meurs, I., Verhulst, F. C., & Van Der Ende, J. (2011). Predicting adult violent delinquency: Gender differences regarding the role of childhood behaviour. *European Journal of Criminology*, 8(3), 187–197. <https://doi.org/10.1177/1477370811403444>
- Reid, C. A. Y., Roberts, L. D., Roberts, C. M., & Piek, J. P. (2015). Towards a model of contemporary parenting: the parenting behaviours and dimensions questionnaire. *PLoS One*, 10(6), e0114179–e0114179.
- Reitman, D., C. Rhode, P., Hupp, S., & Altobello, C. (2002). Development and Validation of the Parental Authority Questionnaire – Revised. *Journal of Psychopathology and Behavioral Assessment*, 24, 119–127. <https://doi.org/10.1023/A:1015344909518>
- Reitz, E., Deković, M., & Meijer, A. M. (2006). Relations between parenting and externalizing and internalizing problem behaviour in early adolescence: Child behaviour as moderator and predictor. *Journal of Adolescence*, 29(3), 419–436. <https://doi.org/10.1016/j.adolescence.2005.08.003>
- Rhoades, K. A., & O’Leary, S. G. (2007). Factor Structure and Validity of the Parenting Scale. *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology*, 36(2), 137–146. <https://doi.org/10.1080/15374410701274157>
- Rickel, A. U., & Biasatti, L. L. (1982). Modification of the block child rearing practices report. *Journal of Clinical Psychology*, 38(1), 129–134. [https://doi.org/10.1002/1097-4679\(198201\)38:1<129::AID-JCLP2270380120>3.0.CO;2-3](https://doi.org/10.1002/1097-4679(198201)38:1<129::AID-JCLP2270380120>3.0.CO;2-3)
- Rispoli, K. M., McGoey, K. E., Koziol, N. A., & Schreiber, J. B. (2013). The relation of parenting, child temperament, and attachment security in early childhood to social competence at school entry. *Journal of School Psychology*, 51(5), 643–658. <https://doi.org/10.1016/j.jsp.2013.05.007>
- Robinson, C. C., Mandleco, B., Olsen, S. F., & Hart, C. H. (1995). Authoritative, Authoritarian, and Permissive Parenting Practices: Development of a New Measure. *Psychological Reports*, 77(3), 819–830. <https://doi.org/10.2466/pr0.1995.77.3.819>
- Robinson, C. C., Mandleco, B., Olsen, S. F., & Hart, C. H. (2001). The

- Parenting Styles and Dimensions Questionnaire (PSQD). In B. F. Perlmutter, J. Touliatos, & G. W. Holden (Eds.), *Handbook of family measurement techniques: Vol. 3. Instruments & index* (pp. 319–321). Thousand Oaks, California: Sage Publications.
- Rudd, K. L., Alkon, A., & Yates, T. M. (2017). Prospective relations between intrusive parenting and child behavior problems: Differential moderation by parasympathetic nervous system regulation and child sex. *Physiology & Behavior*, *180*, 120–130. <https://doi.org/10.1016/j.physbeh.2017.08.014>
- Sabbag, G. M. (2017). Práticas educativas maternas e comportamento pró-social infantil (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Sampieri, R. H., Collado, C. F., & Lucio, M. del P. B. (2013). *Metodologia de Pesquisa* (5th ed.). São Paulo: McGraw Hill.
- Sandler, I. N., Schoenfelder, E. N., Wolchik, S. A., & MacKinnon, D. P. (2011). Long-Term Impact of Prevention Programs to Promote Effective Parenting: Lasting Effects but Uncertain Processes. *Annual Review of Psychology*, *62*(1), 299–329. <https://doi.org/10.1146/annurev.psych.121208.131619>
- Saúde, O. P.-A. de. (2005). *Manual de Vigilância do Desenvolvimento Infantil no contexto da AIDPI*. Washington, DC: OPAS.
- Schaefer, E. S. (1965). Children's reports of parental behavior: An inventory. *Child Development*. United Kingdom: Blackwell Publishing. <https://doi.org/10.2307/1126465>
- Shelton, K. K., Frick, P. J., & Wootton, J. (1996). Assessment of parenting practices in families of elementary school-age children. *Journal of Clinical Child Psychology*, *25*(3), 317–329.
- Sijtsma, K. (2009). On the Use, the Misuse, and the Very Limited Usefulness of Cronbach's Alpha. *Psychometrika*, *74*(1), 107–120. <https://doi.org/10.1007/s11336-008-9101-0>
- Skinner, E., Johnson, S., & Snyder, T. (2005). Six Dimensions of Parenting: A Motivational Model. *Parenting*, *5*(2), 175–235. https://doi.org/10.1207/s15327922par0502_3
- Sleddens, E. F., O'Connor, T. M., Watson, K. B., Hughes, S. O., Power, T. G., Thijs, C., ... Kremers, S. P. (2014). Development of the Comprehensive General Parenting Questionnaire for caregivers of 5-13 year olds. *International Journal of Behavioral Nutrition and Physical Activity*, *11*(1), 11-15. <https://doi.org/10.1186/1479-5868-11-15>
- Souza, C. D. de. (2018). Repercussões da coparentalidade e do envolvimento paterno no comportamento da criança pré-escolar em famílias biparentais (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

- Spinrad, T. L., Eisenberg, N., Gaertner, B., Popp, T., Smith, C. L., Kupfer, A., ... Hofer, C. (2007). Relations of maternal socialization and toddlers' effortful control to children's adjustment and social competence. *Developmental Psychology*, *43*(5), 1170–1186. <https://doi.org/10.1037/0012-1649.43.5.1170>
- StGeorge, J., Fletcher, R., Freeman, E., Paquette, D., & Dumont, C. (2015). Father-child interactions and children's risk of injury. *Early Child Development and Care*, *185*(9), 1409–1421. <https://doi.org/10.1080/03004430.2014.1000888>
- Stoltz, S. E. M. J., & Dekovic, M. (2016). Moderators and mediators of parenting program effectiveness. In J. J. Ponzetti (Ed.), *Evidence-based parenting education: A global perspective* (pp. 50–63). London, NY: Routledge.
- Teixeira, M. A. P., Bardagi, M. P., & Gomes, W. B. (2004). Refinamento de um instrumento para avaliar parental responsividade e exigência parental percebidas na adolescência. *Avaliação Psicológica*, *3*(1), 1-12.
- Torman, V. B., Coster, R., & Riboldi, J. (2012). Normality of variables: diagnosis methods and comparison of some nonparametric tests by simulation. *227 Rev HCPA*, *32*(2), 227–234.
- Valadão, F. S. (2018). Evidência de validade do child-rearing practices report em pais de filhos com idade entre 4 a 6 anos (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Valente, R. I. R. de O. P. (2009). Parentalidade em famílias multiproblemáticas: como os técnicos a avaliam (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Medicina de Lisboa, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Verhoeven, M., Deković, M., Bodden, D., & van Baar, A. L. (2017). Development and initial validation of the comprehensive early childhood parenting questionnaire (CECPAQ) for parents of 1–4 year-olds. *European Journal of Developmental Psychology*, *14*(2), 233–247. <https://doi.org/10.1080/17405629.2016.1182017>
- Verhoeven, M., Junger, M., van Aken, C., Deković, M., & van Aken, M. A. G. (2010). Parenting and children's externalizing behavior: Bidirectionality during toddlerhood. *Journal of Applied Developmental Psychology*, *31*(1), 93–105. <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.appdev.2009.09.002>
- Verhoeven, M., Junger, M., Van Aken, C., Deković, M., & Van Aken, M. A. G. (2010). Mothering, Fathering, and Externalizing Behavior in Toddler Boys. *Journal of Marriage and Family*, *72*(2), 307–317. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2010.00701.x>
- Wendt, N. C. (2006). Fatores de risco e de proteção para o desenvolvimento da criança durante a transição para a parentalidade (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

- Zarra-Nezhad, M., Kiuru, N., Aunola, K., Zarra-Nezhad, M., Ahonen, T., Poikkeus, A.-M., ... Nurmi, J.-E. (2014). Social withdrawal in children moderates the association between parenting styles and the children's own socioemotional development. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 55(11), 1260–1269. <https://doi.org/10.1111/jcpp.12251>
- Zaslow, M. J., Weinfield, N. S., Gallagher, M., Hair, E. C., Ogawa, J. R., Egeland, B., ... De Temple, J. M. (2006). Longitudinal prediction of child outcomes from differing measures of parenting in a low-income sample. *Developmental Psychology*, 42(1), 27–37. <https://doi.org/10.1037/0012-1649.42.1.27>

10 APÊNDICES⁷

⁷ Por questão de direitos autorais, parte dos apêndices foi retirada para a publicação da dissertação.

10.1 Apêndice A – Autorização Institucional⁸

⁸ Conforme já mencionado, por questão de direitos autorais, este apêndice foi retirado para a publicação da dissertação.

10.2 Apêndice B – Carta-Convite⁹

⁹ Conforme já mencionado, por questão de direitos autorais, este apêndice foi retirado para a publicação da dissertação.

10.3 Apêndice C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)¹⁰

¹⁰ Conforme já mencionado, por questão de direitos autorais, este apêndice foi retirado para a publicação da dissertação.

10.4 Apêndice D – Estrutura fatorial com as cargas fatoriais de todas as variáveis para os seis fatores.

Item do Instrumento	Fator					
	Original	SE	EA	CB	DI	EP
QEP 24	,807	,002	-,014	,029	,040	,054
QEP 17	,801	,056	-,117	-,071	,068	,019
QEP 22	,744	-,022	-,087	,025	,138	-,026
QEP 23	,697	-,023	-,010	,064	,068	-,098
QEP 21	,671	-,050	,055	-,009	,153	-,011
QEP 19	,668	,079	,061	,010	-,231	,111
QEP 15	,650	-,066	,084	-,117	-,054	,060
QEP 18	,559	-,063	,086	,031	-,100	,060
QEP 20	,494	-,054	,097	-,018	-,005	,047
QEP 10	,486	-,023	,117	,075	,053	-,078
QEP 25	,472	,038	-,144	,044	,427	,037
QEP 26	,399	-,254	,070	,073	,138	-,011
QOM 19	,374	-,008	-,104	-,027	,372	-,129
QEP 16	,317	,149	,204	-,061	,147	-,022
CRPR 11	,254	-,074	-,105	-,087	-,051	,242
QOM 06	,045	,696	-,010	-,092	,138	,093
QOM 15	,018	-,661	,005	-,012	,073	-,029
QOM 10	-,094	,595	,018	,052	,210	,055
CRPR 02	,031	,522	-,070	,036	-,131	,206
QOM 20	,004	-,517	,048	,047	,262	-,001
CRPR 10	,043	,516	-,054	,170	-,050	,015
CRPR 35	-,030	-,462	,075	,156	,013	,222
QOM 03	-,054	,429	,022	-,012	,056	-,005
QOM 26	-,045	-,417	-,074	,073	,350	,147
QOM 17	-,002	,415	,064	,003	,379	-,020
CRPR 04	-,088	-,413	-,005	,268	-,062	-,006

Item do Instrumento	Fator					
	Original	SE	EA	CB	DI	EP
CRPR 31	-,108	,399	,046	,166	,064	,299
QOM 01	,118	-,380	,018	-,096	,033	,077
CRPR 34	-,105	-,330	-,075	,276	,032	,260
QEP 04	-,014	,123	,719	,102	-,100	,058
QEP 03	-,189	-,132	,685	-,045	,131	-,039
QEP 01	-,079	-,126	,670	,016	,005	-,011
QEP 09	,228	,139	,629	,019	-,138	,064
QEP 06	-,021	-,134	,621	-,137	,104	,006
QEP 05	,017	,113	,617	,073	-,115	,056
QEP 11	-,138	-,341	,555	-,069	,139	-,007
QEP 08	,211	,016	,531	,016	,015	-,122
QEP 13	,228	,112	,526	,040	-,077	,092
QEP 02	,099	-,001	,513	,009	-,015	-,088
QEP 07	,152	,042	,475	,015	-,043	-,040
QEP 12	,164	-,040	,223	,041	,176	-,131
CRPR 15	,039	-,131	,051	,576	,029	,054
CRPR 18	-,144	,075	,180	,575	,208	,015
CRPR 08	-,038	,192	,014	,546	-,014	,156
CRPR 23	,038	,102	,053	,503	,047	,111
CRPR 07	-,132	-,080	,156	,496	,133	-,076
CRPR 16	-,134	,023	-,078	,494	,104	-,019
CRPR 09	,154	,120	-,024	,479	,004	,006
CRPR 14	,047	-,139	-,005	,460	-,230	-,105
CRPR 20	-,070	,328	-,046	,458	,175	-,020
CRPR 22	,091	-,076	-,166	,430	,112	,063
CRPR 32	,071	-,115	,095	,378	-,029	,279
CRPR 01	,113	,096	,054	,377	,071	-,119
CRPR 03	,086	-,171	-,006	,358	,101	-,058
CRPR 21	,051	-,045	-,102	,334	,069	-,027

Item do Instrumento	Fator					
	Original	SE	EA	CB	DI	EP
QOM 09	-,136	,201	-,038	-,220	,156	,108
QOM 22	,044	,060	,082	,031	,655	,138
QOM 12	-,042	,057	,027	,144	,593	-,068
QOM 14	-,077	,078	,028	,174	,547	-,045
QOM 27	-,052	-,109	-,056	,062	,503	,105
QOM 23	,153	-,086	-,022	-,015	,498	,104
QOM 21	,103	-,170	-,032	,007	,389	,026
QOM 05	,037	,213	-,012	,130	,377	,055
QOM 16	,023	,120	,037	-,012	,376	-,050
QOM 02	,240	-,003	-,033	,130	,328	-,097
QOM 24	,119	,203	-,028	,084	,304	,035
CRPR 06	-,041	-,107	-,177	,063	-,275	,258
RQOM 13	,181	-,255	,000	,056	-,266	,034
CRPR 12	,015	-,073	,033	,072	-,025	,579
CRPR 19	,026	,169	,010	,079	-,064	,544
CRPR 27	,010	,050	-,080	,094	,088	,523
QOM 08	-,010	,111	-,062	-,322	,104	,506
CRPR 30	,072	-,240	-,015	-,012	,068	,499
CRPR 05	-,064	,005	,110	-,069	-,236	,488
CRPR 25	,077	-,044	-,062	,228	-,110	,454
QOM 04	,080	-,062	,088	-,092	,342	,448
CRPR 29	,017	-,305	,009	-,118	-,017	,423
QOM 11	-,012	,124	,119	-,260	,255	,418
QOM 07	,037	,196	-,028	-,277	,069	,417
QOM 18	-,161	,028	,166	-,253	,068	,385
QOM 25	-,072	-,063	-,103	-,004	,324	,371
CRPR 28	,027	,298	-,044	,129	-,023	,353
RCRPR 13	-,097	,269	-,022	,029	,164	-,326
CRPR 26	-,047	-,015	-,062	,258	,147	,316

Item do Instrumento	Fator					
	Original	SE	EA	CB	DI	EP
CRPR 24	,070	-,206	,021	,255	-,009	,274
CRPR 17	-,047	,148	-,003	,126	-,033	,263
CRPR 33	-,023	-,134	,008	-,137	-,088	,209

Nota: SE = Suporte Emocional; EA = Estímulo a Autonomia; CB = Cuidados Básicos; DI = Disciplina Indutiva; EP = Estímulo à perseverança; DC = Disciplina Coercitiva.

10.5 Apêndice E – Estrutura Fatorial do Inventário de Dimensões da Parentalidade

Item do IDP	Fator					
	SE	CB	EA	DC	DI	EP
03	,824					
10	,819					
08	,762					
07	,715					
09	,712					
02	,681					
05	,668					
04	,585					
06	,492					
01	,487					
11	,433					
15		,716				
14		,692				
12		,675				
17		,655				
20		,621				
16		,604				
21		,580				
19		,535				
22		,522				
13		,508				
18		,463				
24			,752			
25			,640			
26			-,636			
31			-,464			
29			-,463			
30			,448			
27			-,424			
28			,413			
23			,412			
38				,592		
34				,539		
32				,509		
42				,501		
37				,490		
39				,489		
35				,480		
33				,474		
40				,464		
36				,435		
41				,428		

Item do IDP	Fator					
	SE	CB	EA	DC	DI	EP
49					,647	
48					,631	
47					,592	
46					,492	
43					,447	
45					,439	
44					,410	
51						,663
52						,580
53						,471
50						,449
54						,437

Nota: SE = Suporte Emocional; CB = Cuidados Básicos; EA = Estímulo a Autonomia; DC = Disciplina Coercitiva; DI = Disciplina Indutiva; EP = Estímulo à perseverança

10.6 Apêndice F – Consistência interna e correlação dos fatores e itens do IDP¹¹

¹¹ Conforme já mencionado, por questão de direitos autorais, este apêndice foi retirado para a publicação da dissertação.

10.7 Apêndice G – Inventário de Dimensões da Parentalidade (IDP)¹²

¹² Conforme já mencionado, por questão de direitos autorais, este apêndice foi retirado para a publicação da dissertação.

11 ANEXOS¹³

¹³ Por questão de direitos autorais, todos os anexos foram retirados para a publicação da dissertação.

11.1 Anexo A – Questionário Sociodemográfico (QS)¹⁴

¹⁴ Conforme já mencionado, por questão de direitos autorais, este anexo foi retirado para a publicação da dissertação.

11.2 Anexo B – Questionário de Engajamento Paterno (QEP)¹⁵

¹⁵ Conforme já mencionado, por questão de direitos autorais, este anexo foi retirado para a publicação da dissertação.

11.3 Anexo C – Questionário de Abertura ao Mundo (QOM)¹⁶

¹⁶ Conforme já mencionado, por questão de direitos autorais, este anexo foi retirado para a publicação da dissertação.

11.4 Anexo D – Inventário de Práticas Parentais (CRPR)¹⁷

¹⁷ Conforme já mencionado, por questão de direitos autorais, este anexo foi retirado para a publicação da dissertação.